

4.

Pistas de ação

No seu sentido etimológico, a palavra consciência expressa um saber compartilhado (do grego, *syneidesis*: “ver com”; “conhecer com”; no latim, *conscientia* $\Rightarrow$ *cum-scire*: saber-com). Ou seja, expressa sempre um caráter comunitário, reflexo do ambiente sócio-cultural. Por isso, o amadurecimento da consciência se realiza numa simbiose entre as relações humanas. É nesta relação entre pessoa e sociedade que surge o senso de responsabilidade.¹

A consciência é o próprio ser humano enquanto se dá conta de que existe e é chamado a desenvolver-se numa determinada direção. Ela evidencia a totalidade unitária da pessoa em busca de uma abertura que transcende (Deus) e também do próximo, numa resposta de amor. Para aquele que crê, a consciência encontra a sua expressão na fé. Por isso, o imperativo moral manifesta-se à pessoa como algo que está no ser humano, mas que não é dele e não se reduz à sua vontade.²

É necessário distinguir a consciência psicológica da consciência moral. A primeira baseia-se na capacidade de se perceber as próprias vivências humanas. Esta percepção forja intuições que chegam a formar graus de conhecimento, podendo ser espontâneos ou frutos da reflexão. A consciência moral, por sua vez, diz respeito aos valores e nos reenvia ao amor a ser vivido concretamente. Ela orienta-se para a verdade e busca o bem. Respeita a dignidade da pessoa humana. Mas, também ela não escapa de todo um conjunto de condicionamentos, bem como das tentativas constantes de manipulação.³

Portanto, a noção de consciência psicológica é de um “ser consciente”, que se dá conta de algo e expressa a complexidade do viver as próprias experiências. Já

¹ Cf. PINCKAERS, S. *Le fonti della morale cristiana: metodo, contenuto, storia*. Milano: Ares, 1992, p. 359; AUBERT, J-M. *Coscienza e legge*. In: LAURET, B.; REFOULÉ, F. *Iniziazione alla pratica della teologia*. Vol. IV, Brescia: Queriniana, 1986, p. 221; VIDAL, M. *Moral de actitudes*. Vol. I: moral fundamental, 4ª. ed., Madrid: PS Edit., 1977, p. 288.

² Cf. HÄRING, B. *I religiosi del futuro*, Roma: Paoline, 1972, p. 165-166; CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, *Ética: pessoa e sociedade*. Documentos da CNBB. n. 50, São Paulo: Paulinas, n.71; VIDAL, M. op. cit., p. 289-290; MOSER, A.; LEERS, B. *Teologia Moral: Impasses e Alternativas*. Coleção Teologia e Libertação. 3. e., Petrópolis: Vozes, 1996, p. 160; AGOSTINI, N. *Moral Cristã – temas para o dia-a-dia – nesta hora da graça de Deus*, Petrópolis: Vozes, 2004, p. 28.

³ Cf. AGOSTINI, N. op. cit., 32; VIDAL, M. *Moral de actitudes*. Vol. I: moral fundamental, 4ª. ed., 1977, Madrid: PS Edit., p. 288-290.

a consciência moral pressupõe a consciência psicológica, acrescentando-lhe o aspecto de compromisso. Trata-se de uma realidade que cada um deve fazer a sua própria experiência. A consciência moral é mais do que conhecimento de si (consciência psicológica) e do simples conhecimento normativo. Constitui-se num sujeito que empenha a sua própria personalidade e responsabilidade no seu agir.⁴

Hoje, o problema da consciência ocupa um lugar de primeiro plano não somente na reflexão moral cristã, mas também em todo o pensamento moderno, acentuando a responsabilidade pessoal e o caráter singular de cada um. A proposta desta Parte III da Tese é de, a partir das reflexões em relação à consciência moral feitas por Bernhard Häring, apresentar algumas considerações no tocante a este tema, tendo em vista os desafios suscitados pela Modernidade/Pós-Modernidade.⁵

⁴ Cf. MADINIER, G. *La coscienza morale*. Torino: Elle di Ci, 1982, p. 19; VIDAL, M. loc. cit.; AUBERT, J.-M. *Coscienza e legge*. In: LAURET, B.; REFOULÉ F. (dir.). *Iniziazione alla pratica della teologia*. Tomo 4, Brescia: Queriniana, 1986, p. 207; MAJORANO, S. *La coscienza: per una lettura cristiana*. Milano: San Paolo, 1994, p. 15; 21-22.

⁵ Cf. VEREECKE, L. *La coscienza nel pensiero di S. Alfonso de Liguori*. In: ALVAREZ VERDES, L.; MAJORANO, S. (cure) *Morale e redenzione*. Roma: EDACALF, 1983, p. 169.

4.1.

A consciência moral no contexto contemporâneo

4.1.1.

Introdução

A afirmação dos direitos da consciência individual, da sua liberdade fundamental, frente a todos os despotismos e a todas as opressões, é um elemento essencial do nosso moderno patrimônio cultural. Este, progressivamente elaborado a partir do século XVIII, encontrou a sua expressão na “Declaração dos direitos do homem e do cidadão” de 1789 e nos ideais difundidos pela Revolução Francesa: a democracia, a tolerância, a legitimidade de um pluralismo de pensamento, etc.⁶

No entanto, a moderna valorização dos direitos da consciência foi muitas vezes combatida pela Igreja, que ligava à promoção destes direitos à penosa lembrança de um anticlericalismo revolucionário. Esta longa recusa até o Vaticano II, em nome de uma ordem moral objetiva, é um dos principais aspectos do divórcio entre o mundo moderno e a Igreja. Persistiu ao ver na liberdade de consciência “um mal pestilento, verdadeiro delírio”, segundo as expressões de Gregório XVI, na Encíclica *Mirari vos* de 1832, condenação retomada por Pio IX, em 1864, nas proposições 15, 78 e 79 do *Syllabus*.⁷

Hoje, o tema da consciência moral está na ordem do dia. Expressões como “liberdade de consciência”, “direitos da consciência”, “primado da consciência”, “fidelidade à própria consciência”, etc. estão presentes na linguagem comum. A Igreja, que está “no mundo”, é também ela portadora desta linguagem.⁸

O tema da consciência encontra-se no centro de um amplo debate de múltiplos âmbitos: teológico, filosófico, político, literário, científico. Ao mesmo tempo, o mundo está vivendo um período de crise moral que poderia ser definido

⁶ Cf. AUBERT, J-M. Coscienza e legge. In: LAURET, B.; REFOULÉ, F. *Iniziazione alla pratica della teologia. Vol. IV*, Brescia: Queriniana, 1986, p. 208.

⁷ Id., *ibid.*

⁸ Cf. PETRÀ, B. *La coscienza “nello Spirito”: per una comprensione cristiana della coscienza morale*. Milano: O. R. Edizioni, 1993, p. 5.

mais exatamente como uma crise da consciência, entendida como capacidade da pessoa de distinguir entre o bem e o mal.⁹

4.1.2.

A pluridimensionalidade da noção de consciência moral hoje

O exame do vocábulo “consciência moral” mostra hoje uma pluridimensionalidade de conceitos, com planos diferentes de uma mesma realidade. Muitas vezes, ela é identificada com o superego¹⁰ freudiano, com todo um conjunto de doutrinas e normas em relação ao lícito e ilícito, os modelos de comportamento a praticar ou a evitar, recebidos desde a infância de qualquer autoridade externa e introjetado no sujeito de modo ainda pré-pessoal. Tudo isso sem um reexame crítico e uma tomada de posição que surja da liberdade humana.¹¹

Para outros, a consciência moral está relacionada exclusivamente ao juízo, tendo em vista o moralmente bom e reto em si, a qualidade moral da própria atitude e do comportamento. Entende-se aqui comportamento como o simples ato particular. Já a atitude distingue-se do comportamento pela totalidade no agir. A distinção “reto/bom” refere-se a dois planos, o objetivo e subjetivo. Uma ação é reta quando é objetivamente de acordo com a lei moral, é boa quando é subjetivamente realizada com uma atitude boa, ou seja, altruísta.¹²

⁹ Cf. CASSANI, M. La coscienza morale nella riflessione teologica contemporanea. In: MANICARDI, E.; CAVALCOLI, G.; CASSANI, M.; BENETOLLO, O.; APPI, F.; BARZAGHI, G. *La coscienza morale e l'evangelizzazione oggi: tra valori obiettivi e tecniche di persuasione*. Collana “Claustrum” 11. Bologna: Studio Domenicano, 1992, p. 78; HAAS, J. La crisi della coscienza e della cultura. In: BORGONOVO, G. (a cura di). *La coscienza*. Città del Vaticano: Editrice Vaticana, 1996, p. 40; JOÃO PAULO II. Carta Encíclica *Evangelium vitae*. São Paulo: Paulinas, 1995, n. 4.

¹⁰ A expressão “super-ego” deriva da psicologia e indica uma espécie de instância presente na pessoa humana, que representa no seu íntimo todas as normas e os valores sociais apreendidos durante a infância e no interior da família. A voz desta instância entra mesmo em conflito com os desejos da busca pessoal e irrepetível de si.

¹¹ Cf. CASSANI, M. La coscienza morale nella riflessione teologica contemporanea. In: MANICARDI, E.; CAVALCOLI, G.; CASSANI, M.; BENETOLLO, O.; APPI, F.; BARZAGHI, G. op. cit., 92, p. 89; PRIVITERA, S. *La coscienza*, Bologna: EDB, 1986, p. 5-18; Idem. *Coscienza. Nuvo dizionario di teologia morale*. Cinisello Balsamo: Paoline, 1990, p. 200-201; RÔMELT, J. *La coscienza: un conflitto delle interpretazioni*. Roma: Academiae Alphonsianae, 2001, p. 12.

¹² Cf. PRIVITERA, S. *Coscienza. Nuvo dizionario di teologia morale*. Cinisello Balsamo: Paoline, 1990, p. 203.

Ainda para outros, consciência é simplesmente sinônimo de vontade, ou melhor, do decidir-se livremente nas escolhas a realizar, em relação ao bem e ao mal, ao reto e ao errado previamente conhecidos. Estes vêem a consciência como um órgão que tem a função de exortar e de levar a agir nos confrontos da vontade. Função que, em relação ao ato já realizado, se traduz em aprovação interior (para o bem) ou remorso (para o mal).¹³

Hoje em dia, muitos falam também da sua consciência quando buscam viver segundo a voz interior que os solicita a tomar pessoalmente em suas mãos a própria vida, a tornarem-se pessoas autônomas e responsáveis, pessoas maduras. O termo “auto-realização” tornou-se moda e exprime numa linguagem universalmente compreensível esta visão.¹⁴

Verificamos, portanto, que o termo pode apresentar uma grande variedade de significados. Isto porque a consciência moral é algo muito complexo. E a razão de tal complexidade reside no fato de que se trata de algo pessoal e a pessoa é sempre um mistério imprevisível.¹⁵

Sabemos que a consciência é continuamente provocada pelo suceder-se das situações e das relações concretas nas quais o “eu” vive e se desenvolve. Por isso, ela deve tomar posição, avaliar, formular um juízo sobre aquilo que deve ser feito num espaço e num tempo particulares. E quando o termo consciência recebe a qualificação de “moral” então a referência é ao saber que o sujeito tem de si como “responsável”, como um “eu” chamado a responder ao apelo do bem, tanto em geral quanto numa determinada situação.¹⁶

¹³ Cf. PRIVITERA, S. *La coscienza*, Bologna: EDB, 1986, p. 5-18; CAVALCOLI, G. Il concetto di coscienza in S. Tommaso. In: MANICARDI, E.; CAVALCOLI, G.; CASSANI, M.; BENETOLLO, O.; APPI, F.; BARZAGHI, G. *La coscienza morale e l'evangelizzazione oggi...*, Bologna: Studio Domenicano, 1992, p. 53.

¹⁴ Cf. RÖMELT, J. *La coscienza: un conflitto delle interpretazioni*. Roma: Academiae Alphonsianae, 2001, p. 11.

¹⁵ Cf. AUBERT, J.-M. Coscienza e legge. In: LAURET, B.; REFOULÉ, F. *Iniziazione alla pratica della teologia*. Vol. IV, Brescia: Queriniana, 1986, p. 206; VIDAL, M. *Moral de actitudes*. Vol. I: moral fundamental, 4ª. ed., 1977, Madrid: PS Edit., p. 315; PIANA, G. La coscienza nell'attuale contesto culturale. *Credere oggi*, ano XXII, n. 2, vol. 128, 2002, p. 10.

¹⁶ Cf. PETRÀ, B. *La coscienza “nello Spirito”*: per una comprensione cristiana della coscienza morale. Milano: O. R. Edizioni, 1993, p. 9 e 57.

4.1.3.

Situando a consciência moral, a partir dos desafios da atualidade

A consciência moral se deve dar como “solidão” consigo mesmo e, ao mesmo tempo, como possibilidade, necessidade e encontro com o outro. Ou seja, exige-se a efetiva percepção da nossa vida para dar a tudo sentido e valor. Há uma imperatividade de valores, princípios e normas, que devem ser descobertos não arbitrariamente, mas nas tensões de nossa liberdade cotidiana. Frente aos desafios do mundo atual, a consciência moral tornou-se uma realidade extremamente dinâmica. Por outro lado, vale a pena ressaltar que não existe uma consciência moral definitiva, em nenhuma idade. Pois, estamos sempre em processo de realização humana.¹⁷

A partir das nossas experiências, tornamo-nos conhecedores da nossa mais íntima dignidade. Somos chamados a tomar plenamente em nossas mãos a própria vida e a plasmá-la na realidade que nos circunda. E assim, por meio da consciência, somos capazes de avaliar as nossas próprias ações, sob o ponto de vista moral e de emitir juízos em relação a essas mesmas ações concretamente realizadas. Para isso, usamos de todo o nosso ser, envolvendo os aspectos intelectivos, volitivos e emotivos.¹⁸

No entanto, falar de consciência moral não significa pressupor uma consciência “autônoma”, segura de si, emancipada de toda relação com a alteridade. Mas, significa admitir que o ser humano, esta criatura em constante devir de humanização, pode, com todos os seus limites, moralizar a sua própria vida, ou ao menos tentá-la. Pode coletivamente perceber-se dentro de certas regras de vida comum que abrem um espaço público de concórdia e de justiça, mesmo sem estar certo da perenidade da sua empreitada. Pode também falir e por fim não estar à altura daquilo que quer, porque a sua vontade está submersa a impulsos não dominados e certamente não de tudo domináveis.¹⁹

¹⁷ Cf. MAJORANO, S. *La coscienza: per una lettura cristiana*. Milano: San Paolo, 1994, p. 22; VIDAL, M. *Moral de actitudes*. Vol. I: moral fundamental, 4. e., 1977, Madrid: PS Edit., p. 314.

¹⁸ Cf. RÔMELT, J. *La coscienza: un conflitto delle interpretazioni*. Roma: Academiae Alphonsianae, 2001. p. 13-14; BORGHI, E.; BUZZI, F. *La coscienza di essere umani: percorsi biblici e filosofici per un agire ético*. Milano: Ancora, 2001. p. 118; VIDAL, M. *Moral de actitudes*. Vol. I: moral fundamental, 4ª. ed., 1977, Madrid: PS Edit., p. 322.

¹⁹ Cf. VALADIER, P. *Elogio della coscienza*. Torino: Società Editrice Internazionale. 1995. p. 123.

A partir de uma visão do personalismo cristão, destacamos que a pessoa humana não “tem” consciência, mas “é” a sua própria consciência. Contudo, a pessoa é sempre também, de certo modo, uma realidade desconhecida e insondável nas suas profundidades últimas e mais recônditas. E talvez por isso, o fenômeno consciência seja um tema nunca desgastado e sempre aberto a ulteriores aprofundamentos e se compreende porque se torna difícil tentar uma definição completa. Falar de consciência significa falar da pessoa humana na sua totalidade e intimidade consigo mesma e, neste sentido, é sempre um mistério. Sobretudo, diante de um mundo carregado de profundas e rápidas mudanças.²⁰

4.1.3.1.

Influências mais significativas na consciência moral

Em razão do ser humano ser sujeito e viver certa autonomia através da consciência não diminui o fato da sua existência ser condicionada por fatores genéticos, biológicos, familiares, educacionais, ambientais, psicoafetivos, sociopolíticos e econômicos. Acrescenta-se aqui a presença dos meios de comunicação social. Porém, a existência de tais fatores não significa que a consciência seja determinada por eles. Há, sim, certa influência, mas não uma total determinação.²¹

Muitas vezes, vivemos o fenômeno da consciência moral como um eco da sociedade. E isto é, em parte, inevitável, pois estamos condicionados pela história. Às vezes cremos que estamos agindo com consciência pessoal e não somos nada mais que um eco da consciência social. Na verdade, somos devedores de toda a história humana. A força cultural da humanidade condiciona a nossa consciência. Não somos nada mais que um eco desta consciência cultural, pois, a consciência individual nasce dentro dessa consciência coletiva. Ela se alimenta e se desenvolve

²⁰ Cf. CASSANI, M. La coscienza morale nella riflessione teologica contemporanea. In: MANICARDI, E.; CAVALCOLI, G.; CASSANI, M.; BENETOLLO, O.; APPI, F.; BARZAGHI, G. *La coscienza morale e l'evangelizzazione oggi: tra valori obiettivi e tecniche di persuasione*. Collana “Clastrum” 11. Bologna: Studio Domenicano, 1992, p. 91-92.

²¹ Cf. AGOSTINI, Nilo. *Moral Cristã – temas para o dia-a-dia – nesta hora da graça de Deus*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 30.

a partir da consciência social. E o que os demais esperam de nós se constitui muitas vezes como voz de nossa consciência.²²

Um dos maiores desafios que hoje encontramos é a força e a influência dos meios de comunicação social em nossas vidas. As possibilidades que se abrem através destes meios são fascinantes. Consciências que conquistam os horizontes do mundo todo, atuando-se em reciprocidade entre si. Mas, por outro lado, os riscos são muito grandes, com uma manipulação das informações, de imagens, de estilos, a serviço do poder e dos interesses dos mais fortes.²³

4.1.4.

Ambigüidades do Concílio: tensão entre paradigmas

Os debates medievais falam de consciência como uma função do intelecto (razão prática) ou da vontade (opções). A era manualista a fez como uma operação racional que funciona de um modo dedutivo, caindo na casuística. Com o Vaticano II, sobretudo com a *Gaudium et spes*, abre-se para nós uma nova era em relação à reflexão sobre a natureza da consciência moral.²⁴

As palavras da *Gaudium et spes*, n.16, dão um tom de respeito sincero à consciência de cada um, anunciando a sua consistência e profundidade. Falam da interioridade misteriosa da pessoa humana que não somente está diante de Deus como imagem, mas participa da sua própria vida como filho ou filha. Graças ao mistério pascoal de Cristo, a consciência é o “lugar” do Espírito que nos abre à riqueza do Pai, transformando-nos progressivamente no seu Filho.²⁵

À primeira vista, os documentos do Vaticano II enfatizam, de uma forma geral, a dignidade e autonomia das consciências. No entanto, ao analisarmos mais a fundo os textos, percebemos que há diferentes visões, até mesmo conflituosas, sobre a natureza e o papel da consciência. Sendo assim, os ensinamentos do Concílio podem ser descritos, de certa forma, como ambíguos. O termo

²² VIDAL, M. *Moral de actitudes*. Vol. I: moral fundamental, 4. e., 1977, Madrid: PS Edit., p. 316-317.

²³ MAJORANO, S. *La coscienza: per una lettura cristiana*. Milano: San Paolo, 1994, p. 62.

²⁴ Cf. GULA, R. M. The moral conscience. In: CURRAN, C. (edit.). *Conscience*. Readings in moral theology n. 14. New York: Paulist press, 2004, p.51.

²⁵ Cf. MAJORANO, S. op. cit., p. 181.

consciência é empregado numa combinação de sentidos, manifestando certa incoerência.²⁶

A ambigüidade é também extremamente óbvia na *Gaudium et spes*, n.16. Na primeira parte do texto, o papel da consciência é descrito simplesmente como o de obedecer à lei moral objetiva. Já na última parte do mesmo número, o sentido muda de figura. O paradigma da lei é abandonado. Ao invés, é a voz de Deus que ecoa nas nossas profundezas e nos orienta a buscar o bem em cada situação. Além disso, a passagem afirma que esta capacidade para discernir está presente em todas as pessoas, desconsiderando se são cristãs ou não.²⁷

Isto porque, nos documentos do Concílio, em geral, encontramos um paradigma já em colapso: o da lei. E um outro paradigma, o do personalismo, começa a emergir. Na verdade, o Vaticano II iniciou um processo de renovação que ainda está em curso. O desenvolvimento do paradigma personalista na teologia moral veio trazer uma nova luz, encorajando-nos a uma vivência mais comprometida da fé.²⁸

Tendo em vista este novo paradigma personalista, vale a pena destacar as conquistas mais fundamentais da teologia da consciência moral em *Gaudium et spes* n.16: 1) a existência da consciência categorial: “faz isso, evita aquilo”; 2) a existência da superior consciência transcendental como profunda interioridade onde o humano se encontra a sós com Deus, numa tensão de amor, que se estende de Deus para o próximo.²⁹

Para Häring, a *Gaudium et spes*, n.16, acentua a importância da autonomia e assim exprime o seu verdadeiro significado: o ser humano se confronta com Deus na consciência, e nenhum outro pode colocar-se por cima das decisões que a ela competem. A submissão a Deus não pode nunca tornar-se heteronomia, quando se pensa que o Senhor procura amigos que conheçam as suas intenções e não escravos

²⁶ Cf. HOGAN, L. Conscience in the documents of Vatican II. In: CURRAN, C. (edit.). *Conscience. Readings in moral theology* n. 14. New York: Paulist press. 2004, p.82; GAFFNEY, J. *Matters of faith and morals*. London: Sheed and Ward, 1987, p. 115-133.

²⁷ Cf. HOGAN, L. op. cit., p.84.

²⁸ Idem, p.87.

²⁹ Cf. CAPONE, D. La teologia della coscienza morale nel Concilio e dopo il Concilio. *Studia moralia*. Roma, n. XXIV/1, 1986, p. 230-232.

que observem pequenos preceitos, privados de qualquer indicação sobre o seu significado e motivo de ser.³⁰

Sendo assim, depois do Vaticano II, afirma-se um modelo de ética que interpreta numa chave antropológica o agir moral como expressão da pessoa no seu fazer histórico, a partir de um projeto global. Com isso, destaca-se a importância da categoria “opção fundamental”. Destaca-se também o valor das atitudes, mais do que os atos particulares. Nesta concepção, cada decisão moral passa através das relações com os outros, com o mundo e com Deus.³¹

4.1.5.

A consciência moral numa visão personalista

Na Bíblia, o termo *nefesh/psyché* (alma) significa o eu como ser vivente. O termo *basar/sárx* (carne) significa o eu como ser terrestre, frágil, mortal. *Ruah/pneûma* (espírito) significa o eu como ser vivificado por uma chama divina. *Soma* (corpo) significa o eu como ser relacionado com o mundo, com os outros e com Deus. Todos estes elementos no curso da história sofreram desvios interpretativos múltiplos, sendo catalogados, muitas vezes, unicamente com base ao esquema de inspiração grega numa contraposição dualista entre corpo e alma, com uma interpretação dicotômica e negativista.³²

É importante lembrar que na tradição patrística, Santo Agostinho foi o que mais tratou da descrição das características fundamentais da consciência moral como interioridade. Para ele, o ser humano é a sua própria consciência, porque é o centro interior da pessoa, o abismo onde habita Deus.³³

Por outro lado, na visão do personalismo cristão, a consciência não é uma simples parte ou uma particular função da pessoa humana, mas, no fundo, a própria pessoa. Conseqüentemente, cada visão isolada, que a separa da totalidade humana,

³⁰ Cf. HARING, B. *Il peccato in un'epoca di secolarizzazione*. Bari: Paoline, 1973, p. 37-38.

³¹ Cf. PIANA, G. La coscienza nell'attuale contesto culturale. *Credere oggi*. ano XXII, n. 2, vol. 128, 2002, p. 13.

³² Cf. TRENTIN, G. Struttura e funzioni della coscienza nella teologia morale. *Credere oggi*. ano XXII, n. 2, vol. 128, 2002, p. 75.

³³ Cf. AUBERT, J.-M. Coscienza e legge. In: LAURET, B.; REFOULÉ, F. *Iniziazione alla pratica della teologia*. Vol. 4, Brescia: Queriniana, 1986, p. 213.

torna-se somente um fragmento ou, senão, uma falsificação dos problemas e das suas soluções.³⁴

Podemos afirmar, portanto, que a consciência é o próprio ser humano enquanto se dá conta de que existe e é chamado a desenvolver-se numa determinada direção. É preciso considerar a pessoa integral como o sujeito da vida moral e ver esse sujeito inserido nas coordenadas do tempo, espaço, grupo, sexo e caráter.³⁵

A consciência moral não é simplesmente um tribunal interior que acusa ou aprova, condena ou absolve a pessoa em relação ao seu agir. Ela não indica somente a dimensão interior da pessoa que deve responder pelas suas escolhas e ações. Mas, é a própria pessoa, que entrecruza as suas relações com os outros, diante de Deus.³⁶

Neste sentido, a consciência humana enquanto expressão da totalidade da pessoa é uma realidade complexa, na qual convergem, numa relação complementar e dialética, os diversos aspectos ou momentos da experiência pessoal. A vida, o modo o qual as pessoas permanecem no tempo e no espaço, não é uma simples presença, mas é, ao invés, conduzida num presente no qual aquilo que provém do passado se entrecruza com as expectativas em relação ao futuro.³⁷

A realidade da consciência cristã é histórica pelo fato de que se refere a um sujeito que na história é chamado a conhecer e realizar a sua identidade cristã. É a pessoa concreta, enquanto ela se encontra conscientemente diante da sua decisão fundamental de agir e de responder ao chamado de Deus. Ela se refere, portanto, à totalidade da pessoa humana, na qual inclui-se não somente aspectos cognitivos e volitivos, mas também afetivos, intuitivos, somáticos e outros mais. Ou seja, numa visão personalista, a consciência moral é concebida de uma forma holística. Ela é o

³⁴ Cf. GÜNTHER, Anselmo. *Coscienza e legge. Seminarium*. Città del Vaticano: Sacram Congregationem Pro Institutione Catholica, n. 3, jul.-sept. 1971, p. 563.

³⁵ Cf. VIDAL, M. *Moral de opção fundamental e atitudes*. São Paulo: Paulus, 1999, p. 126; MOSER, A.; LEERS, B. *Teologia Moral: Impasses e Alternativas*. Coleção Teologia e Libertação. 3. e., Petrópolis: Vozes, 1996, p. 160.

³⁶ Cf. FABRIS, R. La coscienza nella riflessione di San Paolo. *Credere oggi*. ano XXII, n. 2, vol. 128, 2002, p. 53.

³⁷ Cf. MADINIER, G. *La coscienza morale*. Torino: Elle di Ci, 1982. p. 6; TOMASI, G. Persona, ragioni, coscienza: alcune considerazioni. *Credere oggi*. ano XXII, n. 2, vol. 128, 2002, p. 35.

todo da pessoa no julgar e avaliar o que fazer, como agir, envolvendo todas as suas dimensões.³⁸

Portanto, a consciência é reflexão, mas é também generosidade. É razão, mas é também sentimento e paixão. Produz o conhecimento e ao mesmo tempo o amor ao bem. Certamente, a consciência é muito mais matriz de aspirações e desejos do que de conhecimentos. Por isso, pode gerar mais angústias do que certezas, mais interrogações do que respostas. Ou seja, visa sempre o transcender das possibilidades humanas. Tudo isto a torna, muitas vezes, uma faculdade incômoda e *sui generis*.³⁹

É importante destacar as principais dimensões da pessoa humana: o intelecto, a vontade como capacidade de autodeterminação, o sentimento e toda a esfera sensitiva. É através do seu intelecto que a pessoa humana compreende o bem. É através da vontade que decide a atuação e a realiza na sua sensibilidade que adverte uma alegria pelo bem realizado e remorso pelo mal. Devemos reconhecer também a dimensão afetiva, pois o coração também tem as suas próprias razões. Mesmo que nossas intuições e emoções possam errar, elas têm um papel significativo nas nossas decisões.⁴⁰

É preciso permanecer fiel a uma visão antropológica integral, sem cortes ou desequilíbrios. Consciência significa algo de grandioso, uma realidade criativa, capaz de ver e de atuar qualquer coisa que antes não existia ainda. De gerar, de certo modo, qualquer coisa de infinito na simples forma limitada de uma ação. Pois, não somos coisas, mas pessoas, sujeitos morais e, enquanto tais, orientados para aquilo que é objetivamente bom e justo. Ao mesmo tempo, não somos

³⁸ Cf. GÜNTHER, Anselmo. *Coscienza e legge. Seminarium*. Città del Vaticano: Sacram Congregationem Pro Institutione Catholica, n. 3, jul.-sept. 1971, p. 560; GULA, R. M. The moral conscience. In: CURRAN, C. (edit.). *Conscience*. Readings in moral theology n. 14. New York: Paulist press. 2004, p.53; MEDUSA, L. Il contributo di A. Gardeil per lo sviluppo della riflessione teologica sulla coscienza morale cristiana. In: NALEPA, M.; KENNEDY, T. (a cura di). *La coscienza morale oggi: omaggio al prof. Domenico Capone*. Roma: Academiae Alphonsianae, 1987, p. 258.

³⁹ Cf. BACH, J. M. *Consciência e identidade moral*. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 93; 99-100.

⁴⁰ Cf. CASSANI, M. La coscienza morale nella riflessione teologica contemporanea. In: MANICARDI, E.; CAVALCOLI, G.; CASSANI, M.; BENETOLLO, O.; APPI, F.; BARZAGHI, G. *La coscienza morale e l'evangelizzazione oggi: tra valori obiettivi e tecniche di persuasione*. Collana "Clastrum" 11. Bologna: Studio Domenicano, 1992, p. 89-90; CURRAN, C. Conscience in the light of the Catholic Moral Tradition. In: CURRAN, C. (edit.). *Conscience*. Readings in moral theology n. 14. New York: Paulist press. 2004, p.16-17.

chamados somente a assumir uma atitude moralmente boa, mas também a traduzir tais atitudes numa série de comportamentos moralmente retos.⁴¹

Por outro lado, a nossa consciência não é um espelho, que reproduza simplesmente aquilo que se encontra diante dela. No nosso olhar o mundo está presente algo de nós mesmos. Com nosso temperamento, com nossos desejos, com nossos motivos secretos e também evidentes. E assim, modelamos a realidade, de acordo com o nosso olhar. Não a tomamos como é em si mesma. Não vemos as coisas como elas são, mas como queremos que elas sejam. Nós desejamos ver na situação a confirmação daquilo que somos. E assim, interpretamos a situação, de acordo com os nossos desejos conscientes e inconscientes.⁴²

Enquanto órgão, a consciência é sede interior na qual a pessoa humana dá sempre a sua livre resposta, se autodetermina em direção à sua opção fundamental ou contra ela. É, portanto, a sede da sua liberdade, interioridade da qual surge a validade ou não das ações humanas.⁴³

Podemos então dizer que com a consciência a pessoa humana encontra-se a si mesma. Ela torna-se conhecedora da sua identidade, numa relação com o próprio eu. E, neste reportar-se, percebe-se não como já perfeitamente realizada, mas como portadora de uma vocação à realização humana. Como portadora de um projeto que traz inscrito em si, que não é ela a dar-se, mas é dado por alguém que a ultrapassa, o próprio Deus. Um projeto que se faz exigência e que ela deve, na sua liberdade humana, realizar.⁴⁴

⁴¹ Cf. GUARDINI, R. *La coscienza*. 3. ed. Brescia: Morcelliana, 2001, p. 33; MAJORANO, S. *La coscienza: per una lettura cristiana*. Milano: San Paolo, 1994, p. 183; TRENTIN, G. Struttura e funzioni della coscienza nella teologia morale. *Credere oggi*. ano XXII, n. 2, vol. 128, 2002, p. 89.

⁴² Cf. GUARDINI, R. op. cit., p. 35.

⁴³ Cf. MAJORANO, S. op. cit., p. 77; TREMBLAY, R. La libertà dei figli: saggio di teologia paolina. In: NALEPA, M.; KENNEDY, T. (a cura di). *La coscienza morale oggi: omaggio al prof. Domenico Capone*. Roma: Academiae Alphonsianae, 1987, p. 72-73; CASSANI, M. La coscienza morale nella riflessione teologica contemporanea. In: MANICARDI, E.; CAVALCOLI, G.; CASSANI, M.; BENETOLLO, O.; APPI, F.; BARZAGHI, G. *La coscienza morale e l'evangelizzazione oggi: tra valori obiettivi e tecniche di persuasione*. Collana "Clastrum" 11. Bologna: Studio Domenicano, 1992, p. 90-91.

⁴⁴ Cf. CASSANI, M. op. cit., p. 90.

4.1.6.

Dignidade e missão da consciência moral como sacrário inviolável

Como afirma o Concílio, a consciência é o núcleo mais secreto da pessoa humana. Por isso, ela tem o direito à inviolabilidade. Nenhuma autoridade pode introduzir na consciência alheia e profanar esse sacrário da intimidade pessoal. Da consciência recebe a pessoa a sua dignidade, enquanto a abre ao diálogo com Deus. Violentar a consciência, obrigando-a a agir contra seus próprios princípios, faz com que esta se manche, ou seja, se enfraqueça e sofra um dano muitas vezes irreparável.⁴⁵

Vale ressaltar que em Rm 2,14-15 nos é lembrado que a consciência é patrimônio de cada pessoa humana. A idéia central deste texto encontra-se expressa e aplicada na constituição pastoral *Gaudium et spes*, n. 16.⁴⁶ Vejamos o texto:

Quando então os gentios, não tendo Lei, fazem naturalmente o que é prescrito pela Lei, eles não tendo Lei, para si mesmos são Lei; eles mostram a obra da lei gravada em seus corações, dando disto testemunho sua consciência e seus pensamentos que alternadamente se acusam ou defendem.

Podemos afirmar que a consciência tem em vista a autêntica realização do eu individual, numa realidade concreta. Realização que inclui, ao mesmo tempo, a abertura a Deus, às outras pessoas, à coletividade e ao mundo como um todo. Não tem o sentido de uma simples obediência cega às normas, mas, sobretudo, a responsável realização do próprio eu no mundo.⁴⁷

Por meio da consciência, a pessoa é conhecedora de si como ser ético, como realidade chamada a uma auto-realização na atuação do bem. Como é na consciência que vem sempre o encontro entre o sujeito e as normas morais, cada

⁴⁵ Cf. VIDAL, M. *Moral de actitudes*. Vol. I: moral fundamental, 4. e., 1977, Madrid: PS Edit., p. 300; 327; ALVAREZ VERDES, L. La “sineidesis” en S. Pablo. *Studia moralia*, Roma, n. 32, 1994, p. 302.

⁴⁶ Cf. HÄRING, B. La legge naturale nella luce della legge di Cristo iscritta nei cuori.. In: NALEPA, M.; KENNEDY, T. (a cura di). *La coscienza morale oggi: omaggio al prof. Domenico Capone*. Roma: Academiae Alphonsianae, 1987, p. 285-286; MAJORANO, S. *La coscienza: per una lettura cristiana*. Milano: San Paolo, 1994, p. 77.

⁴⁷ Cf. CASSANI, M. La coscienza morale nella riflessione teologica contemporanea. In: MANICARDI, E.; CAVALCOLI, G.; CASSANI, M.; BENETOLLO, O.; APPI, F.; BARZAGHI, G. *La coscienza morale e l'evangelizzazione oggi: tra valori obiettivi e tecniche di persuasione*. Collana “Clastrum” 11. Bologna: Studio Domenicano, 1992, p. 99.

um busca alcançar aquilo que considera como bom e eticamente correto, e a evitar aquilo que julga como mal, eticamente errado. Agindo em conformidade à sua convicção de consciência, a pessoa humana se comporta de modo subjetivamente justo. No entanto, não podemos esquecer de vista o risco do subjetivismo. Para isto, é preciso evidenciar a importância de uma boa formação moral.⁴⁸

4.1.7.

Conclusão

Hoje, o tema da consciência moral está na ordem do dia. Expressões como “liberdade de consciência”, “direitos da consciência”, “primado da consciência”, “fidelidade à própria consciência”, etc. estão presentes na linguagem comum. O tema da consciência encontra-se no centro de um amplo debate de múltiplos âmbitos: teológico, filosófico, político, literário, científico.

No entanto, o exame do vocábulo “consciência moral” nos mostra uma pluridimensionalidade de conceitos, com planos diferentes de uma mesma realidade. Isto porque a consciência moral é algo muito complexo. Frente aos desafios do mundo atual, a consciência moral tornou-se uma realidade extremamente dinâmica. Por outro lado, vale a pena ressaltar que não existe uma consciência moral definitiva, em nenhuma idade. Pois, estamos sempre em processo de realização humana.

A partir de uma visão do personalismo cristão, destacamos que a pessoa humana não “tem” consciência, mas “é” a sua própria consciência. Falar de consciência significa falar da pessoa humana na sua totalidade e intimidade consigo mesma e, neste sentido, é sempre um mistério. Mas, em razão do ser humano ser sujeito e viver certa autonomia através da consciência não diminui o fato da sua existência ser condicionada por fatores genéticos, biológicos, familiares, educacionais, ambientais, psicoafetivos, sociopolíticos e econômicos. Acrescenta-se aqui a presença dos meios de comunicação social.

As palavras da *Gaudium et spes*, n.16, dão um tom de respeito sincero à consciência de cada um, anunciando a sua consistência e profundidade. Falam da

⁴⁸ Cf. CASSANI, M. La coscienza morale nella riflessione teologica contemporanea..., Bologna: Studio Domenicano, 1992, p. 103-110.

interioridade misteriosa da pessoa humana que não somente está diante de Deus como imagem, mas participa da sua própria vida como filho ou filha. Graças ao mistério pascoal de Cristo, a consciência é o “lugar” do Espírito que nos abre à riqueza do Pai, transformando-nos progressivamente no seu Filho.

Contudo, encontramos uma ambigüidade extremamente óbvia na *Gaudium et spes*, n.16. Na primeira parte do texto, o papel da consciência é descrito simplesmente como o de obedecer à lei moral objetiva. Já na última parte do mesmo número, o sentido muda de figura. O paradigma da lei é abandonado. Isto porque, nos documentos do Concílio, em geral, temos um paradigma já em colapso: o da lei. E, por outro lado, há o desenvolvimento do paradigma personalista.

Tendo em vista este novo paradigma personalista, vale a pena destacar as conquistas mais fundamentais da teologia da consciência moral em *Gaudium et spes* n.16: 1) a existência da consciência categorial: “faz isso, evita aquilo”; 2) a existência da superior consciência transcendental como profunda interioridade onde o humano se encontra a sós com Deus, numa tensão de amor, que se estende de Deus para o próximo.

Na visão do personalismo cristão, a consciência não é uma simples parte ou uma particular função da pessoa humana, mas, no fundo, a própria pessoa. Conseqüentemente, cada visão isolada, que a separa da totalidade humana, torna-se somente um fragmento ou, senão, uma falsificação dos problemas e das suas soluções. É preciso considerar a pessoa integral como o sujeito da vida moral e ver esse sujeito inserido nas coordenadas do tempo, espaço, grupo, sexo e caráter.

Como afirma o Concílio, a consciência é o núcleo mais secreto da pessoa humana. Nenhuma autoridade pode introduzir na consciência alheia e profanar esse sacrário da intimidade pessoal. Da consciência recebe a pessoa a sua dignidade, enquanto a abre ao diálogo com Deus. A idéia central deste texto encontra-se expressa e aplicada na constituição pastoral *Gaudium et spes*, n. 16.

Podemos afirmar que a consciência tem em vista a autêntica realização do eu individual, numa realidade concreta. Realização que inclui, ao mesmo tempo, a abertura a Deus, às outras pessoas, à coletividade e ao mundo como um todo. Não tem o sentido de uma simples obediência cega às normas, mas, sobretudo, a responsável realização do próprio eu no mundo.

4.2.

Formação da consciência moral

4.2.1.

Introdução

O objetivo da formação é educar a pessoa para decidir não num cego impulso interno ou por mera coação externa, mas, com convicção, buscar a realização do bem. A formação não tem o sentido de dominar e subjugar a consciência. Busca sim torná-la capaz de caminhar conforme a própria vontade e decisão para o bem, para a realização verdadeira da própria vida e a edificação da comunidade humana, de acordo com a justiça. Ou seja, o objetivo da formação da consciência não é em primeiro lugar inquirir sobre as coisas certas ou não, mas de se alcançar uma textura maior de nosso caráter, que se manifesta em atitudes, motivações, intenções, afeições e perspectivas de vida.⁴⁹

No seu verdadeiro significado, a educação moral é voltada para o conceito de maturidade moral. Portanto, ela tende a formar uma consciência sensível aos valores. Hoje, mais do que nunca, a educação da consciência moral exige a superação das armadilhas do individualismo moderno, visando uma ética da solidariedade e o reconhecimento da dignidade de cada pessoa humana.⁵⁰

Além disso, na dinâmica da vida atual, somos muito estimulados a ficarmos apenas na superfície, a nos contentarmos com as aparências, a nos agregarmos aos modismos de cada época e a nos atermos à concepção de que “todos fazem assim”. Neste sentido, a formação da consciência moral deve preocupar-se com a busca da profundidade da vida, em todos os seus aspectos. Daí, o papel da Igreja como

⁴⁹ Cf. HÄRING, B. *I religiosi del futuro*. Roma: Paoline, 1972, p. 116-117; PETRÀ, B. *La coscienza “nello Spirito”: per una comprensione cristiana della coscienza morale*. Milano: O. R. Edizioni, 1993, p. 53; SVANERA, O. La formazione della coscienza nella Chiesa. *Credere oggi*, ano XXII, n. 2, vol. 128, 2002, p. 105; GULA, R. M. The moral conscience. In: CURRAN, C. (edit.). *Conscience*. Readings in moral theology n. 14. New York: Paulist press. 2004, p.55.

⁵⁰ Cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (1999-2002)*. 2. e., São Paulo: Paulinas, 1999, n. 153; LANDINI, E. Coscienza morale ed evangelizzazione. In: MANICARDI, E.; CAVALCOLI, G.; CASSANI, M.; BENETOLLO, O.; APPI, F.; BARZAGHI, G. *La coscienza morale e l'evangelizzazione oggi: tra valori obiettivi e tecniche di persuasione*. Collana “Clastrum” 11. Bologna: Studio Domenicano, 1992, p. 187.

insubstituível educadora, buscando a plenitude da realização humana. Nela, os cristãos são ajudados a não serem levados por “todo vento de doutrina, presos pelas artimanhas dos homens” (cf. Ef 4,14).⁵¹

Pois, é inegável que a vida de fé tem um forte impacto na maturação da consciência. Do encontro com Cristo e da mensagem do Evangelho se dá um novo projeto de vida, um novo modo de ver o mundo e a si mesmo. Como cristãos devemos considerar também, na formação de nossas consciências, o papel fundamental do Espírito Santo que renova as nossas mentes e corações.⁵²

4.2.2.

O processo de amadurecimento da consciência moral

O amadurecimento moral da pessoa é algo que acontece por meio de um caminho progressivo. São etapas que se sucedem, assinaladas de graduações, através das experiências do dia-a-dia. Por outro lado, este amadurecimento nunca se completa em sua forma definitiva. Ou seja, vivemos por toda a vida esta dialética de crescimento, de desenvolvimento, mas que pode ser também regressivo. Como humanos, temos sempre um projeto, um algo a mais a realizar. Daí constantes insatisfações, depois de realizadas as nossas necessidades presentes. Face mesmo a estas insatisfações, o caminho de formação deve ser sempre tomado. Sobretudo, na idade adulta na qual se exige um empenho renovado frente às responsabilidades profissionais, familiares e sociais, com desafios éticos densos de interrogações.⁵³

⁵¹ Cf. MAJORANO, S. *La coscienza: per una lettura cristiana*. Milano: San Paolo, 1994, p. 130-131; BENETOLLO, O. Il problema della formazione della coscienza retta. In: MANICARDI, E.; CAVALCOLI, G.; CASSANI, M.; BENETOLLO, O.; APPI, F.; BARZAGHI, G. op. cit., p. 128; Cf. GIOVANNI PAOLO II. Udienza generale dell’Anno Santo, 24 agosto 1983; PETRÀ, B. *La coscienza “nello Spirito”: per una comprensione cristiana della coscienza morale*. Milano: O. R. Edizioni, 1993, p. 96; VALADIER, P. *Elogio della coscienza*. Torino: Società Editrice Internazionale. 1995. p. 223.

⁵² Cf. LANDINI, E. Coscienza morale ed evangelizzazione. In: MANICARDI, E.; CAVALCOLI, G.; CASSANI, M.; BENETOLLO, O.; APPI, F.; BARZAGHI, G. op. cit., p. 188-189.

⁵³ Cf. HARING, B. *La morale è per la persona*. Roma: Paoline, 1973, p. 241; MAJORANO, S. *La coscienza...* p. 182 e 238-239; GATTI, G. Confessione ed educazione morale. *Corso sul Foro Interno*. Tribunale della Penitenzieria Apostolica. Roma, 2005, p. 3; GUARDINI, R. *La coscienza*. 3. e. Brescia: Morcelliana, 2001, p. 54-55; AUBERT, J.-M. Coscienza e legge. In: LAURET, B.; REFOULÉ, F. *Iniziazione alla pratica della teologia*. Vol. 4, Brescia: Queriniana, 1986, p. 219.

Dotados de um poder cognitivo em si mesmo ilimitado, que, todavia, avança em degraus, nós não conseguimos progredir no nosso caminho pessoal de vida, seja no plano cognitivo como comportamental, sem a ajuda da experiência coletiva acumulada e conservada pelas gerações precedentes, e sem a ajuda de uma normal transmissão dos resultados adquiridos no tempo. No entanto, é preciso que tenhamos em vista o fato de que o agente principal da nossa educação é cada um de nós mesmos.⁵⁴

A maturidade moral é a capacidade de penetrar no pleno significado dos valores morais. Ela não se reduz à simples correspondência com a norma moral, nem se firma com atos particulares. Ela constitui muito mais numa sensibilidade que afina, sobretudo na mente renovada do fiel, e que orienta desejos, aspirações, impulsos e esperanças. A maturidade moral se manifesta na capacidade de conhecer, de julgar eventos e escolher, numa tensão para o bem.⁵⁵

No entanto, a educação é um processo delicado, sempre à margem de transformar-se numa pseudo-educação moral. Não é infrequente que aqueles que têm a responsabilidade de formar a pessoa humana, a começar pelos próprios pais, tendam a não fazer amadurecer a subjetividade moral, mas a produzir alguns comportamentos éticos conforme às normas impostas pelas autoridades constituídas, recorrendo a ameaças – mais ou menos sutis e explícitas – de sanções. Em tal caso, a consciência moral corre o risco de tornar-se um tipo de superego – para usar a linguagem de S. Freud – mediante o qual a pessoa vem subjugada a exigências exteriores e alienantes.⁵⁶

Por isso, mais do que nunca, a consciência precisa ser instruída, educada. Para o cristão, a formação geral da consciência coincide com a edificação de si mesmo como pessoa humana, comprometida com Jesus. Isto se dá na vivência concreta de seguidor de Jesus Cristo, por meio da busca amorosa de Deus, da

⁵⁴ Cf. BENETOLLO, O. Il problema della formazione della coscienza retta. In: MANICARDI, E.; CAVALCOLI, G.; CASSANI, M.; BENETOLLO, O.; APPI, F.; BARZAGHI, G. *La coscienza morale e l'evangelizzazione oggi: tra valori Obiettivi e tecniche di persuasione*. Collana "Clastrum" 11. Bologna: Studio Domenicano, 1992, p. 119-120.

⁵⁵ Cf. DEMMER, K. *Christi vestigia sequentes*. Pontificia Università Gregoriana, Roma, 1989, p. 241; LANDINI, E. Coscienza morale ed evangelizzazione. In: MANICARDI, E.; CAVALCOLI, G.; CASSANI, M.; BENETOLLO, O.; APPI, F.; BARZAGHI, G. *La coscienza morale e l'evangelizzazione oggi...*, p. 185.

⁵⁶ Cf. PETRÀ, B. *La coscienza "nello Spirito": per una comprensione cristiana della coscienza morale*. Milano: O. R. Edizioni, 1993, p. 52.

abertura interior ao Espírito do Senhor na oração, da escuta fiel da Palavra, da Eucaristia, da comunhão eclesial e da existência para os outros, na caridade. O cristão se forma tornando-se “co-natural” ao Cristo no seu Espírito e de tal modo, tornando-se sempre mais “co-natural” ao amor e à paz.⁵⁷

A formação se realiza através da dinâmica da comunhão fraterna (*koinonía*), da presença testemunhante de pessoas creíveis (*martyria*) e do serviço humilde ao outro (*diakonía*). Trata-se de formas com as quais o fiel – pense aqui na relação pedagógica paradigmática entre Jesus e os seus discípulos descrita no Evangelho – participa de uma dinâmica que estrutura a sua identidade moral. Os ensinamentos de Jesus também endereçam ao olhar para o exame do coração, fonte dos atos puros ou impuros, obriga a avaliar as intenções, traz em suma inelutavelmente uma valorização da interioridade.⁵⁸

4.2.3.

Necessidade da formação

A profundidade e complexidade da consciência e o papel que a compete em toda a vida moral fazem facilmente intuir a necessidade de uma correta formação. Tal empenho deve ser considerado, por cada um de nós e pela sociedade inteira, como o dever ético mais fundamental (cf. Mt 6,22-23). Vigilância e empenho contínuo de formação são necessários para que a consciência seja clara e luminosa e dê uma verdadeira qualidade para toda a nossa vida.⁵⁹

A educabilidade é uma das características da natureza humana. Os animais não são educáveis, embora possam ser eventualmente “adestrados”. Universalmente, a educação é considerada a arte, em degraus, que conduz a pessoa humana, enquanto ser inteligente, a tornar-se adulta. Ou seja, de instintiva para

⁵⁷ Cf. PAOLO VI. Allocuzione del 12 febbraio 1969; PETRÀ, B. *La coscienza “nello Spirito”*: per una comprensione cristiana della coscienza morale. Milano: O. R. Edizioni, 1993, p. 69-70 e 89-90.

⁵⁸ Cf. VALADIER, P. *Elogio della coscienza*. Torino: Società Editrice Internazionale. 1995. p. 226-227; SVANERA, O. La formazione della coscienza nella Chiesa. *Credere oggi*. ano XXII, n. 2, vol. 128, 2002, p. 103; JOAO PAULO II. *Familiaris consortio*, n. 39.

⁵⁹ Cf. CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, n. 1783-1785. São Paulo: Loyola; Petrópolis: Vozes, 1993, p. 482-483; MAJORANO, S. *La coscienza: per una lettura cristiana*. Milano: San Paolo, 1994, p. 123; GULA, R. M. The moral conscience. In: CURRAN, C. (edit.). *Conscience. Readings in moral theology* n. 14. New York: Paulist press. 2004, p.54.

reflexiva, de imatura para madura. Neste sentido, a educação permite a cada pessoa humana usufruir da herança espiritual da sua civilidade.⁶⁰

A consciência se forma através de aprendizado e é fruto da educação. Hoje, mais do que em qualquer outro tempo, é preciso a educação da vontade. É impossível formar uma vontade que abra concessão a tudo. A educação da vontade pode dizer-se completa somente quando alcança o pleno domínio de si. É necessário que a pessoa humana seja decidida a tomar o cuidado de si mesma, como sujeito moral, e canalize as energias interiores para tal escopo.⁶¹

Podemos dizer que existem quatro vias educativas: 1) um amor acolhedor, capaz de favorecer a autonomia e de dar confiança; 2) uma disciplina amorosa e firme que forme as regras da vida social; 3) o ensino e o testemunho dos educadores; 4) a identificação com diversos modelos ideais que se sucedem no tempo. Dessas quatro vias, é oportuno considerar a grande influência do exemplo moral oferecido pelos educadores. Pois, o encontro com uma personalidade moral verdadeira cria “simpatia”, tem qualquer coisa de espiritualmente contagioso.⁶²

O cristão que é dócil ao Espírito não precisa de leis “externas”. Mas, em razão da fragilidade humana, as leis são meios pedagógicos necessários para formar a nossa consciência, orientar nossas ações, no aprendizado do discernimento do bem. A primeira de todas as leis, fundada no amor a Deus, é a do amor universal, imparcial e concreto para com todas as pessoas humanas. Já os mandamentos do Decálogo (não matar, não cometer adultério, não furtar...) são expressões fundamentais desta mesma lei.⁶³

A formação da consciência é necessária. A consciência, de fato, no seu caminho marcado desde já pelo pecado é exposta a muitas deformações. Pode, antes de mais nada, relaxar-se e julgar de uma forma leviana aquilo que é grave. Por outro lado, pode tornar-se farisaica, escrupulosa, ansiosa. Por isso, para nós

⁶⁰ Cf. BENETOLLO, O. Il problema della formazione della coscienza retta. In: MANICARDI, E.; CAVALCOLI, G.; CASSANI, M.; BENETOLLO, O.; APPI, F.; BARZAGHI, G. *La coscienza morale e l'evangelizzazione oggi: tra valori OBiettivi e tecniche di persuasione*. Collana “Claustrum” 11. Bologna: Studio Domenicano, 1992, p. 119.

⁶¹ Cf. PETRÀ, B. *La coscienza “nello Spirito”*: per una comprensione cristiana della coscienza morale. Milano: O. R. Edizioni, 1993, p. 54. BACH, J. M. *Consciência e identidade moral*. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 83; BENETOLLO, O. op. cit., p. 125-126.

⁶² Cf. MADINIER, G. *La coscienza morale*. Torino: Leumann, 1982, p. 88-89; GATTI, G. *Educazione morale: ética cristianas*. Torino: Leumann, 1985, p. 176-193.

⁶³ Cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Ética: pessoa e sociedade*. Documentos da CNBB, n. 50, Paulinas, São Paulo, n.103.

cristãos, a formação da consciência deve ter em vista o reconhecer a vontade de Deus. O querer divino deve ser buscado, para agir conforme este querer. Isto pode significar sacrifícios e abnegações, já que a pessoa humana é exposta continuamente às falsas tentações de uma autonomia exclusivista.⁶⁴

Sem esforço pessoal, não é possível alcançar algum significativo fim moral. E também não se pode avançar na vida moral. No entanto, o simples esforço não garante de fato o sucesso, dado a fragilidade e a tendência humana para o mal. É preciso também considerar a presença da graça, com a respectiva resposta do esforço humano.⁶⁵

Numa sociedade em constante e acelerada evolução não é possível limitar-se a perspectivas e soluções morais recebidas durante a infância e adolescência. É preciso evoluir-se incessantemente, de acordo com os desafios da vida no dia-a-dia. A necessidade de um empenho constante pela formação da consciência recebe hoje uma nova urgência, frente ao crescente poder manipulador de determinados grupos. As nossas avaliações e os nossos estilos de vida são cada vez mais influenciados pelas informações e pelas propostas apresentadas, sobretudo pelos meios de comunicação social, que nos bombardeiam a cada instante.⁶⁶

Todos nós necessitamos de formação, pois a consciência não é infalível. Somos configurados e formados pelas circunstâncias nas quais vivemos, pelas tradições que recebemos, pela comunidade na qual fomos criados e pelas experiências pessoais de nossas vidas. Quando falamos de consciência, falamos de uma realidade frágil. Falamos de um aspecto humano que sempre precisa de ajuda e luz, para caminhar bem. Pois, nem sempre somos capazes de ver com clareza a realidade e emitir um reto juízo.⁶⁷

⁶⁴ Cf. *Gaudium et spes*, n. 41. In: CONCILIO ECUMÊNICO VATICANO II. *Compêndio do Vaticano II: Constituições, Decretos e Declarações* (Organizado por VIER, F.; KLOPPENBURG, B.). 25. ed. Petrópolis: Vozes, 1996; MADINER, G. *La coscienza morale*. Torino: Leuman, 1982, p. 84; PETRÀ, B. *La coscienza "nello Spirito": per una comprensione cristiana della coscienza morale*. Milano: O. R. Edizioni, 1993, p. 50; GÜNTHÖR, Anselmo. *Coscienza e legge. Seminarium*. Città del Vaticano: Sacram Congregationem Pro Institutione Catholica, n. 3, jul.-sept. 1971, p. 567-568.

⁶⁵ Cf. PETRÀ, B. op. cit., p. 55.

⁶⁶ Cf. MAJORANO, S. *La coscienza: per una lettura cristiana*. Milano: San Paolo, 1994, p. 125.

⁶⁷ Cf. O'CONNELL, T. An understanding of conscience. In: CURRAN, C. (edit.). *Conscience. Readings in moral theology* n. 14. New York: Paulist press. 2004, p.28; CURRAN, C. *Conscience in the light of the Catholic Moral Tradition*. In: CURRAN, C. (edit.). op. cit., p.14.

4.2.4.

Contribuições da psicologia para a formação da consciência moral

De acordo com a psicologia, a formação da consciência moral é um processo de interiorização das normas sociais e dos seus valores. Trata-se de um processo particularmente trabalhoso e cheio de feridas pelo narcisismo ou pelas ilusões de crer-se o centro de tudo. Por outro lado, cada um traz em si os traços de um passado sepulto, mas não apagado.⁶⁸

O suíço Jean Piaget (1896-1980) e depois o americano Lawrence Kohlberg (1928-1987) buscaram explicar o desenvolvimento do juízo moral, da infância à idade adulta, abrindo um novo campo para a pesquisa da psicologia, um campo bem longe de ser exaurido. No início, a consciência é formada e colhe o bem heteronomamente, ou seja, como norma posta pelo externo do eu. Somente no desenvolver das várias fases de maturação cognitiva e social do sujeito, ela adquire uma autonomia e o bem se torna a norma mediante a qual o eu se põe como fiel a si mesmo e como valor intrínseco da pessoa humana. Não se deve pensar, porém, que a consciência seja nas suas primeiras fases um pólo puramente passivo da pressão dos genitores ou, em geral, social. Já, desde o início, ela de qualquer modo interage com o contexto social.⁶⁹

A pessoa humana é um ser que necessita de uma longa gestação para formar-se como membro ativo e autônomo. Nas primeiras fases da vida humana, esta gestação se configura com a pedagogia moral que o mundo dos adultos exerce sobre a pessoa em formação. Família, escola, Igreja e ambiente de trabalho constituem os principais meios formativos que se sucedem ou se associam, numa interação, com aquela “douta ignorância moral” ou aquele sentido do bem que é patrimônio íntimo de cada pessoa.⁷⁰

Portanto, na ótica da psicologia, a consciência não se torna madura e verdadeira através de conteúdos cognitivos objetivos, mas através da integração psicodinâmica da pessoa humana. A passagem da heteronomia para a autonomia moral, através dos processos de socialização, implica em regras de cooperação e

⁶⁸ Cf. VALADIER, P. *Elogio della coscienza*. Torino: Società Editrice Internazionale. 1995, p. 121.

⁶⁹ Cf. PETRÀ, B. *La coscienza “nello Spirito”...*, Milano: O. R. Edizioni, 1993, p. 16-17.

⁷⁰ Ibid., p. 49.

participação (J. Piaget). Por outro lado, a possibilidade de que o sujeito alcance um raciocínio moral emancipado dos próprios impulsos e interesses egocêntricos passa pelo respeito das convenções sociais, da autoridade e da lei. Alcança-se assim, uma ética da convicção onde uma decisão de consciência nasce de princípios éticos escolhidos pessoalmente (L. Kohlberg).⁷¹

4.2.5.

A educação na liberdade

“Educar” – do latim *e-ducere*, “levar para fora de” – é conduzir ao externo do coração das pessoas, suas aspirações, ideais, atitudes e potencialidades já presentes, afim de que crie no seu íntimo e oriente-se para o bem, o belo e o verdadeiro. A comunidade cristã sempre defendeu e afirmou a sabedoria da interna capacidade humana para fazer o bem, também quando tal visão foi obscurecida por um excessivo acento no pecado original e na sua impotência para o bem, determinada por uma antropologia cristã dualista, com uma separação entre natureza e graça.⁷²

“Educar” – do latim *edere*, “nutrir”, segundo uma outra acepção etimológica – é também capacidade de transmitir ao educando um saber moral, feito de valores como o amor, a justiça, a honestidade; de normas e regras de vida; de tradições e modelos de comportamento que definem a cultura moral de um povo.⁷³

A obra educativa é, portanto, uma arte na qual se conjugam aspectos cognitivos (instruções, ensinamentos críticos, aprendizagem, etc.) com aqueles vitais (experiências e processos de libertação e de responsabilização, etc.), sendo acompanhada pela ação do Espírito, o Educador interior. Pois, o Espírito educa a consciência para a capacidade de discernimento (Cf. Ef 1,9-10; Rm 12,2; Heb 5,14).⁷⁴

Uma educação da consciência, radicada no fundamento trinitário-histórico-salvífico da moral, se preocupa não em determinar “que coisa fazer”, mas o

⁷¹ Cf. RÖMELT, J. *La coscienza: un conflitto delle interpretazioni...*, p. 95; SVANERA, O. La formazione della coscienza nella Chiesa. *Credere oggi*. ano XXII, n. 2, vol. 128, 2002, p. 108.

⁷² Ibid., 104.

⁷³ Id., ibid.

⁷⁴ Idem.

“porque vale a pena”, sustentado por cada tomada de posição ética. Ou seja, é preciso que a via educativa seja acolhedora e confiante nas potencialidades da pessoa. No entanto, hoje, a verdadeira questão é que para a imensa maioria dos adultos falta radicalmente uma identidade que seja capaz de transmitir conteúdos e modelos de valor. Identidade esta que passa pelo “estar com”, “caminhar juntos” e partilhar sabendo oferecer um testemunho significativo, ou seja, sensato.⁷⁵

Por outro lado, vivemos uma realidade de pluralismos, ou seja, da multiplicidade de discordância das concepções e das opiniões, mesmo em relação às questões éticas. O difundir-se dos meios culturais (o cinema, a imprensa, a rádio, a televisão, a internet, etc.) tem contribuído notavelmente para a formação desta mentalidade pluralista e independente. O único caminho que nos resta é o da educação com liberdade e responsabilidade, lembrando que “a educação da consciência é uma tarefa de toda a vida” (cf. Catecismo da Igreja Católica, n. 1784). Portanto, a educação fundamental da consciência cristã não é uma educação para um aperfeiçoamento moral, mas para a responsabilidade diante do compromisso de colaboradores da história da salvação.⁷⁶

Ou seja, a educação cristã da consciência é, antes de tudo, uma educação para a docilidade ao Espírito e para a vivência do amor, no cultivo das virtudes (Cf. Catecismo da Igreja Católica, 1803-1829). Trata-se de uma educação para atitudes firmes e estáveis na procura do bem, mais do que procura escrupulosa de determinar regras e preceitos para todo e qualquer caso. Finalmente, é educação para o discernimento prudente e criativo, que colhe a oportunidade de contribuir para a realização de uma nova sociedade humana.⁷⁷

⁷⁵ Cf. SVANERA, O. La formazione della coscienza nella Chiesa..., p. 109-111.

⁷⁶ Cf. MAJORANO, S. *La coscienza: per una lettura cristiana*. Milano: San Paolo, 1994, p. 144; ROCCA, G. *Coscienza, libertà e morale: risposte ai giovani e agli educatori*. 4. ed. Roma: Città Nuova, 2000, p. 21-22; GÜNTHER, Anselmo. *Coscienza e legge. Seminarium*. Città del Vaticano: Sacram Congregationem Pro Institutione Catholica, n. 3, jul.-sept. 1971, p. 570; MOLINARO, A. *Libertà e coscienza: saggi etica filosofica e teologica*. Roma: PUL/Città Nuova, 1977, p. 153; ROCCA, G. *Coscienza, libertà e morale: risposte ai giovani e agli educatori*. 4. ed. Roma: Città Nuova, 2000. p. 21-22; VATICANO. *Catecismo da Igreja Católica*. São Paulo: Loyola; Petrópolis: Vozes, 1993. p. 482.

⁷⁷ Cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Ética: pessoa e sociedade*. Documentos da CNBB, n. 50, Paulinas, São Paulo, n.108; VATICANO. *Catecismo da Igreja Católica*, op. cit., p. 485-492.

4.2.6.

Formação e Magistério

A busca da vontade de Deus na concreta situação deve nascer num espaço de comunhão com a Igreja que, conduzida pelo Espírito do Senhor, caminha na história. A consciência “individual” é sempre e necessariamente, para o cristão, uma consciência “eclesial”. Por isso, a formação da consciência não pode ser realizada como aventura privada e individual, que do externo julga tudo o que a Igreja diz, mas ao contrário como intencional busca da vontade de Deus ao interno daquele ambiente de comunhão de vida com todos os outros fiéis em Cristo. Neste contexto pedagógico-formativo, um destaque fundamental é o Magistério da Igreja que, porém, não chega sempre a afirmações e certezas absolutas, pois há sempre uma evolução e revisão.⁷⁸

O Magistério tem um papel muito positivo e importante no sentido de iluminar as consciências. No exercício de nossas consciências, não temos a posse da verdade, de uma forma imediata. E precisamos sempre buscar a verdade. Os valores os quais buscamos são, muitas vezes, frágeis e ambíguos. Consequentemente, nós precisamos da assistência do Magistério. Isto se torna mais evidente, quando saímos do nosso olhar pessoal para a complexidade do contexto cultural em que vivemos. Temos uma esmagadora necessidade de líderes morais hoje. Ao assumir este papel, a Igreja presta um grande serviço à humanidade.⁷⁹

Nós não ignoramos a voz de Deus que ressoa em nós. Mas, precisamos de uma orientação para poder articular bem esta voz com a nossa vivência do dia-a-dia. Daí a importância do Magistério da Igreja. Os cristãos que são sinceros e têm uma fé amadurecida percebem o Magistério não como uma imposição, mas como um meio precioso de se alcançar uma luz.⁸⁰

Como afirma a *Veritatis splendor*, n.64:

⁷⁸ Cf. PETRÀ, B. *La coscienza “nello Spirito”: per una comprensione cristiana della coscienza morale*. Milano: O. R. Edizioni, 1993, p. 78; CASSANI, M. *La coscienza morale nella riflessione teologica contemporanea*. In: MANICARDI, E.; CAVALCOLI, G.; CASSANI, M.; BENETOLLO, O.; APPI, F.; BARZAGHI, G. *La coscienza morale e l’evangelizzazione oggi: tra valori obiettivi e tecniche di persuasione*. Collana “Clastrum” 11. Bologna: Studio Domenicano, 1992, p. 104.

⁷⁹ Cf. O’CONNELL, T. *An understanding of conscience*. In: CURRAN, C. (edit.). *Conscience. Readings in moral theology* n. 14. New York: Paulist press. 2004, p.32.

⁸⁰ Cf. GRISEZ, G.; SHAW, R. *Conscience: knowledge of moral truth*. In: CURRAN, C. (edit.). *op. cit.*, p.46 e 49.

A Igreja põe-se sempre e só ao *serviço da consciência*, ajudando-a a não se deixar levar cá e lá por qualquer sopro de doutrina, ao sabor da maldade dos homens (cf. *Ef* 4, 14), a não se desviar da verdade sobre o bem do homem, mas, especialmente nas questões mais difíceis, a alcançar com segurança a verdade e a permanecer nela.

Na formação da nossa consciência moral, temos diversas autoridades consideradas fundamentais: genitores, educadores, catequistas, bons testemunhos. Todos eles são ao mesmo tempo autoridades através das quais chega o chamado a querer ser pessoa moral, assinalando o chamado com a sua específica marca afetiva e intelectual. Mas, dentre estas autoridades, não podemos perder de vista o papel do Magistério Eclesiástico.⁸¹

A Igreja deve se preocupar para que os cristãos atuantes nos âmbitos político, cultural e social, sejam sempre responsáveis e não se deixem manipular. Para isso, é preciso uma educação adulta que seja capaz de promover a justiça e de formar caráter e capacidade crítica.⁸²

Verdadeiramente a Igreja, enquanto comunidade de fiéis promove a consciência chamando o fiel a ser digno da sua vocação. A autoridade do Magistério eclesial se insere neste contexto. Tem, todavia, uma responsabilidade específica: o compromisso de recordar ao conjunto da comunidade de fé as exigências da fidelidade a Cristo. Tem também o compromisso de indicar onde, como e sob quais pontos a consciência pode hoje encontrar-se solicitada às fidelidades inovadoras. Deve, portanto, encorajar à vigilância, anunciando Aquele que vem e que os conformismos, as “sonolências” morais e as velhacarias fazem esquecer esta fidelidade.⁸³

Contudo, as normas formuladas pela Igreja e pela comunidade humana no curso dos séculos representam certamente um grande patrimônio de doutrina e verdade. Mas, elas não se constituem na plenitude da verdade, não a exaurem. Por

⁸¹ Cf. VALADIER, P. *Elogio della coscienza*. Torino: Società Editrice Internazionale. 1995. p. 242-243.

⁸² Cf. TRASFERETTI, J. Teologia moral na Pós-Modernidade: o difícil dilema do agir moral. In: TRASFERETTI, J.; GONÇALVES, P. S. L. (Orgs.) *Teologia na pós-modernidade – abordagens epistemológica, sistemática e teórico-prática*. São Paulo: Paulinas, p. 430.

⁸³ Cf. VALADIER, P. op. cit., p. 243.

isso, a Igreja se encontra continuamente tomada por graves interrogativos éticos, determinados, sobretudo, pelo progresso da ciência.⁸⁴

A Igreja deve ser vista, de uma forma positiva, ao longo de toda a história humana, a partir da sua existência. Não há dúvidas de que a Igreja nem sempre falou inequivocamente na defesa dos valores morais. Houve determinados momentos em que ela traiu estes valores. Mas, o fato é que, em geral, ela tem sido uma grande força para o desenvolvimento humano e para a proteção da dignidade de todos. Além disso, ela é uma instituição que tem um propósito que ultrapassa qualquer época, porque é portadora de “palavras eternas”.⁸⁵

A Igreja é beneficiária de séculos de tradição, de sabedorias acumuladas ao longo de sua existência. Por isso, ela se encontra especialmente numa boa posição para avaliar e julgar a realidade em que vivemos. Neste sentido, a consciência e o Magistério não devem ser vistos em termos de conflito de autoridades. Ao invés, eles devem ser vistos como suportes mútuos no compromisso e na fidelidade a Deus.⁸⁶

Uma outra razão que a Igreja deve ser vista positivamente, deriva da fé no Deus Uno e Trino. Acreditamos de fato que o Espírito Santo habita em nós, por isso nos ilumina na nossa caminhada. Não acreditamos arrogantemente que a Igreja seja o Reino de Deus. Mas, reconhecemos que ao nos deixarmos guiar pelo Espírito, somos portadores das sementes do Reino. Por outro lado, sendo a Igreja uma instituição humano-divina, composta de homens e mulheres que são também pecadores, ela pode ser vista muitas vezes como uma “prostituta da Babilônia”. Mas, desde o profeta Oséias, tem sido parte da tradição judaico-cristã o fato de que Deus perdoa as infidelidades da “amada”, sendo a fidelidade divina uma presença permanente entre nós, pois se trata de uma promessa irrevogável.⁸⁷

⁸⁴ CASSANI, M. La coscienza morale nella riflessione teologica contemporanea. In: MANICARDI, E.; CAVALCOLI, G.; CASSANI, M.; BENETOLLO, O.; APPI, F.; BARZAGHI, G. *La coscienza morale e l'evangelizzazione oggi...*, Bologna: Studio Domenicano, 1992, p. 102.

⁸⁵ Cf. O'CONNELL, T. An understanding of conscience. In: CURRAN, C. (edit.). *Conscience. Readings in moral theology* n. 14. New York: Paulist press. 2004, p.32.

⁸⁶ Ibid., p.33; HOGAN, L. Conscience in the documents of Vatican II. In: GULA, R. M. The moral conscience. In: CURRAN, C. (edit.). *Conscience. Readings in moral theology* n. 14. New York: Paulist press. 2004, p.87.

⁸⁷ Cf. O'CONNELL, T. An understanding of conscience. In: CURRAN, C. (edit.). op. cit., p.33.

4.2.7.

Conclusão

O objetivo da formação é educar a pessoa para decidir não num cego impulso interno ou por mera coação externa, mas, com convicção, buscar a realização do bem, para a realização verdadeira da própria vida e a edificação da comunidade humana, de acordo com a justiça.

Hoje, mais do que nunca, a educação da consciência moral exige a superação das armadilhas do individualismo moderno, visando uma ética da solidariedade e o reconhecimento da dignidade de cada pessoa humana. Além disso, na dinâmica da vida atual, somos muito estimulados a ficarmos apenas na superfície, a nos contentarmos com as aparências, a nos agregarmos aos modismos de cada época e a nos atermos à concepção de que “todos fazem assim”. Neste sentido, a formação da consciência moral deve preocupar-se com a busca da profundidade da vida, em todos os seus aspectos.

Daí, o papel da Igreja como insubstituível educadora, buscando a plenitude da realização humana. Nela, os cristãos são ajudados a não serem levados por “todo vento de doutrina, presos pelas artimanhas dos homens” (cf. Ef 4,14). Pois, é inegável que a vida de fé tem um forte impacto na maturação da consciência. Como cristãos devemos considerar também, na formação de nossas consciências, o papel fundamental do Espírito Santo que renova as nossas mentes e corações.

Dotados de um poder cognitivo em si mesmo ilimitado, que, todavia, avança em degraus, nós não conseguimos progredir no nosso caminho pessoal de vida, seja no plano cognitivo como comportamental, sem a ajuda da experiência coletiva acumulada e conservada pelas gerações precedentes, e sem a ajuda de uma normal transmissão dos resultados adquiridos no tempo.

A educação é um processo delicado, sempre à margem de transformar-se numa pseudo-educação moral. Por isso, a profundidade e complexidade da consciência e o papel que a compete em toda a vida moral fazem facilmente intuir a necessidade de uma correta formação. Hoje, mais do que em qualquer outro tempo, é preciso a educação da vontade. A educação da vontade pode dizer-se completa somente quando alcança o pleno domínio de si. De fato, sem esforço pessoal, não é possível alcançar algum significativo fim moral. E também não se

pode avançar na vida moral. É preciso também considerar a presença da graça, com a respectiva resposta do esforço humano.

Todos nós necessitamos de formação, pois a consciência não é infalível. Somos configurados e formados pelas circunstâncias nas quais vivemos, pelas tradições que recebemos, pela comunidade na qual fomos criados e pelas experiências pessoais de nossas vidas. Quando falamos de consciência, falamos de uma realidade frágil.

De acordo com a psicologia, a formação da consciência moral é um processo de interiorização das normas sociais e dos seus valores. O suíço Jean Piaget (1896-1980) e depois o americano Lawrence Kohlberg (1928-1987) buscaram explicar o desenvolvimento do juízo moral, da infância à idade adulta, abrindo um novo campo para a pesquisa da psicologia, um campo bem longe de ser exaurido.

A obra educativa é uma arte na qual se conjugam aspectos cognitivos (instruções, ensinamentos críticos, aprendizagem, etc.) com aqueles vitais (experiências e processos de libertação e de responsabilização, etc.), sendo acompanhada pela ação do Espírito, o Educador interior. Pois, o Espírito educa a consciência para a capacidade de discernimento (Cf. Ef 1,9-10; Rm 12,2; Heb 5,14).

Uma educação da consciência, radicada no fundamento trinitário-histórico-salvífico da moral, se preocupa não em determinar “que coisa fazer”, mas o “porque vale a pena”, sustentado por cada tomada de posição ética. Ou seja, é preciso que a via educativa seja acolhedora e confiante nas potencialidades da pessoa. O único caminho que nos resta é o da educação com liberdade e responsabilidade, lembrando que “a educação da consciência é uma tarefa de toda a vida” (cf. Catecismo da Igreja Católica, n. 1784).

A consciência “individual” é sempre e necessariamente, para o cristão, uma consciência “eclesial”. Por isso, a formação da consciência não pode ser realizada como aventura privada e individual, que do externo julga tudo o que a Igreja diz, mas ao contrário como intencional busca da vontade de Deus ao interno daquele ambiente de comunhão de vida com todos os outros fiéis em Cristo. Neste contexto pedagógico-formativo, um destaque fundamental é o Magistério da Igreja que, porém, não chega sempre a afirmações e certezas absolutas, pois há sempre uma

evolução e revisão. Mas, ao assumir este papel, a Igreja presta um grande serviço à humanidade.

Na formação da nossa consciência moral, temos diversas autoridades consideradas fundamentais: genitores, educadores, catequistas, bons testemunhos. A autoridade do Magistério eclesiástico se insere neste contexto. Tem, todavia, uma responsabilidade específica: o compromisso de recordar ao conjunto da comunidade de fé as exigências da fidelidade a Cristo.

A Igreja é beneficiária de séculos de tradição, de sabedorias acumuladas ao longo de sua existência. Neste sentido, a consciência e o Magistério não devem ser vistos em termos de conflito de autoridades. Ao invés, eles devem ser vistos como suportes mútuos no compromisso e na fidelidade a Deus. Uma outra razão que a Igreja deve ser vista positivamente, deriva da fé no Deus Uno e Trino. Não acreditamos arrogantemente que a Igreja seja o Reino de Deus. Mas, reconhecemos que ao nos deixarmos guiar pelo Espírito, somos portadores das sementes do Reino.

4.3.

Liberdade com responsabilidade

4.3.1.

Introdução

O propósito deste capítulo é tentar discutir a questão da liberdade e, por conseguinte, a sua relação com a responsabilidade. Para isso, trazemos à tona dois processos fundamentais na realização da liberdade, o discernimento e, consequentemente, a decisão.

Partimos do pressuposto de que o ser humano não é nunca objeto, mas subjetividade que dispõe de si, em força da sua estrutura auto-reflexiva. Nesta dinâmica do auto-dispor-se, continuamente busca a superação, o auto-transcender-se. Isto porque a existência da pessoa humana é originariamente liberdade de existir. A palavra *ex-sistere* significa “estar fora”, sair, ter a coragem de transformar-se, de ser si mesmo na liberdade, com todos os seus riscos. Com a firme resolução de não viver uma vida de isolamento artificial, busca sair da solidão individual em direção a Deus, aos outros e às situações e possibilidades sempre novas. Portanto, a liberdade não é uma característica accidental da pessoa, mas é aquilo pelo qual a pessoa é pessoa.⁸⁸

A liberdade é uma das grandes preocupações de Häring. Pois, somente sendo livre, se pode ser responsável. Porém, a liberdade na qual pensa Häring é uma liberdade vinculada à fidelidade: é uma liberdade fiel a Deus. Mas, este é um obstáculo que encontramos hoje, onde há uma idéia muito presente na qual a liberdade humana é considerada absolutamente autônoma e subjetiva. Ou seja, há uma forte tendência ao subjetivismo.⁸⁹

“Vós sois chamados para a liberdade” (Cf. Gal 5,13). Esta afirmação de Paulo é o manifesto da educação no discernimento moral cristão. Mas, hoje existe

⁸⁸ Cf. HARING, B. *La morale è per la persona*, p. 47; VALADIER, P. *Elogio della coscienza*. Torino: Società Editrice Internazionale. 1995; p. 153; MOLINARO, A. *Libertà e coscienza: saggi etica filosofica e teologica*. Roma: PUL/Città Nuova, 1977, p. 95.

⁸⁹ Cf. HAAS, J. La crisi della coscienza e della cultura. In: BORGONOVO, G. (a cura di). *La coscienza*. Città del Vaticano: Editrice Vaticana, 1996, p. 48; VIDAL, M. Bernhard Häring y la renovación de la moral fundamental. *Estudios eclesiásticos*, vol. 74, jul-sep. 1999, p. 484-485.

a ilusão da liberdade absoluta, da auto-suficiência que nos faz fechar os olhos frente aos nossos próprios limites. Fato é que a condição da liberdade é no mundo atual, de qualquer modo, mais trágica do que anteriormente. Ela nos submete a um “stress decisional” num amontoado de informações e de estímulos e num excesso de possibilidades de escolha, frente à ausência de um quadro interpretativo unívoco à nossa disposição. O resultado não é um maior sentido de responsabilidade diante da própria vida e dos outros, mas uma cultura onde se tem uma visão de que não importa que uma coisa seja boa ou má. Com isso, o que importa em primeiro lugar é a escolha pessoal, o gosto que permite eleger um critério objetivo daquilo que funciona para a realização pessoal e imediata (utilitarismo).⁹⁰

4.3.2.

Liberdade

O ambiente social e cultural, as condições econômicas e, sobretudo psíquicas, incidem enormemente no comportamento humano. Como elementos dessa situação, temos: elementos geofísicos (clima, estações, dia e noite, etc.); biopsicossomáticos (sexo, idade, constituições, temperamento, etc.); culturais (educação, inteligência, religião, etc.); sociais (família, raça, povo, nação, classe social, etc.); históricos (a história pessoal de cada um); morais (sensibilidade aos valores morais que pode ser diferente pela sua pureza, profundidade, intensidade e extensão; tonalidade emocional ou racional da consciência moral, etc.) e, elementos conexos com a história da salvação (a graça, os pecados, a vocação e a eleição em Cristo, o dinamismo das virtudes, a relação com a Igreja, com a comunidade eclesial local, com outras religiões, etc.). Cada pessoa pode, de qualquer forma, voltar-se ao bem somente na liberdade. Sabemos, porém que o agir moral livre se estrutura na interação entre vários destes condicionamentos.⁹¹

A nossa liberdade é uma liberdade encarnada, portanto, uma liberdade profundamente condicionada. Distinguimo-nos do mundo não humano pela nossa

⁹⁰ Cf. SVANERA, O. La formazione della coscienza nella Chiesa. *Credere oggi*, ano XXII, n. 2, vol. 128, 2002, p. 105; BAUMAN, Z. *Le sfide dell'etica*. Milano: Feltrinelli, 1996.

⁹¹ Cf. SCHILLEBEECKX, E. *Dio e l'uomo*. Roma: Paoline, 1967, p. 396; ROCCA, G. *Coscienza, libertà e morale: risposte ai giovani e agli educatori*. 4. e. Roma: Città Nuova, 2000, p. 57; SVANERA, O. op. cit., p. 105.

liberdade e pela nossa personalidade, expressões da amplitude do ser enquanto participação imediata do ser de Deus. É através dela que respondemos pelos nossos atos individuais. Por outro lado, é importante lembrar que a liberdade do outro é o limite e, ao mesmo tempo, é a condição para a minha.⁹²

A liberdade não é nunca incondicionada. As suas condições o sujeito moral não se lhe dá, mas as encontra. A situação impõe a cada pessoa humana inevitavelmente de ser situado, sem que seja ele a criar tal situação, ao menos diretamente. Antes mesmo que ele possa tomar livremente posições, a sua situação o leva a uma direção determinada. É sempre diante do mundo, já ali, onde ele toma posições. No entanto, o ser humano é um ser situado, mas também se transcende da sua situação.⁹³

O ato moral, bom ou mal que seja, é tal somente se livre. Mas ele é sempre marcado pelo passado daquele que o realiza. Toda pessoa tem atrás de si uma história de vida, a educação recebida e o influxo das escolhas morais já precedentemente feitas. Na verdade, ser livre é estar libertando-se incessantemente.⁹⁴

O cristão deve ser visto inserido na realidade do seu “entorno social”, em sua dimensão histórico-temporal. Trata-se de uma natureza histórica, que procura viver a plenitude do compromisso da ética cristã, porque deve fazer de sua história uma “história de salvação”. E isto se realiza num processo dinâmico, ao longo da sua vida. Não é algo que se conquista de uma vez por todas, mas que se dá passo a passo. Por isso, Häring enfatiza o tempo presente como *kairós*, tempo favorável,

⁹² Cf. RAHNER, Karl. *Curso fundamental da fé*. 2. e., São Paulo: Paulus, 1989, p. 44, 51-52; ROCCA, G. *Coscienza, libertà e morale: risposte ai giovani e agli educatori*. 4. e. Roma: Città Nuova, 2000, p. 74; CAPONE, D. Antropologia, coscienza e personalità. *Studia Moralia*, Roma, 1966, n. IV, p. 107; SVANERA, O. La formazione della coscienza nella Chiesa. *Credere oggi*, ano XXII, n. 2, vol. 128, 2002, p. 112.

⁹³ Cf. BERGER, P. *The heretical imperative: contemporary possibilities of religious affirmation*. New York: Anchor Books, 1980, p. 7; SCHILLEBEECKX, E. *Dio e l'uomo*. Roma: Paoline, 1967, p. 397; VALADIER, P. *Elogio della coscienza*. Torino: Società Editrice Internazionale, 1995, p. 125.

⁹⁴ Cf. AZPITARTE, E. L. *Fundamentação da ética cristã*. São Paulo: Paulus, 1995, p. 292; GATTI, G. Confessione ed educazione morale. *Corso sul Foro Interno*. Tribunale della Penitenzieria Apostolica. Roma, 2005, p. 1; VIDAL, M. *Moral de opção fundamental e atitudes*. São Paulo: Paulus, 1999, p. 136.

momento oportuno para a salvação. E também por isso, a Igreja deve avançar, sem medo das novidades.⁹⁵

Ocorre ter em conta a grande fragilidade humana, as pressões exercidas pelo instinto prepotente, pelas condições econômicas ou de saúde, etc. São fatores que podem reduzir notavelmente a liberdade e a responsabilidade humana. Com efeito, o cristão é um ser em caminho, um ser no devir, o qual precisa de muito tempo para conseguir dominar suas tendências negativas. Por isso, sempre há a possibilidade do pecado, pois são possíveis momentos de incoerências, que podem ser graves e prolongados. No entanto, não se deve perder de vista o rosto misericordioso de Deus. Por certo, Jesus não quer que nós sejamos impecáveis. Mas, que nos empenhemos seriamente. Ao mesmo tempo, nos pede sempre a humildade para recomeçar sempre e uma infinita confiança na sua misericórdia.⁹⁶

Há dois modos principais de se renunciar à liberdade: a submissão e a alienação. Do ponto de vista ético, há freqüentemente no mundo atual um equívoco: o de pensar a liberdade como simples autonomia da pessoa, que não se sujeitaria a ninguém. Na realidade, a pessoa humana se torna livre enquanto não está submetida a outro indivíduo humano, mas principalmente enquanto aceita o apelo a uma vida ética, em que são reconhecidos direitos e deveres de todos (não apenas os seus). Além disso, se é verdade que a liberdade humana é uma liberdade a ser realizada, que pode e deve crescer, ela exige o empenho permanente da libertação, a luta contra a “alienação”, contra a situação de quem está sendo impedido de realizar suas possibilidades.⁹⁷

A liberdade da boa consciência é a liberdade de querer fazer o que se deve fazer porque é a coisa certa a se fazer. Nossa liberdade para escolher isto ou aquilo, sem limites, é fundamentalmente uma liberdade para escolher uma identidade, para se tornar um determinado tipo de pessoa. Na perspectiva cristã, a liberdade criativa é dom do Espírito, e portanto faz com que se dê respostas criativas, para responder ao chamado divino. Neste sentido, um traço importante da responsabilidade moral

⁹⁵ Cf. ARENDT, H. *A condição humana*. 10 e., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001, p. 17; ROCCA, G. *Coscienza, libertà e morale: risposte ai giovani e agli educatori*. 4. ed. Roma: Città Nuova, 2000, p. 49; VIDAL, M. Bernhard Häring y la renovación de la moral fundamental. *Estudios eclesiológicos*, vol. 74, jul.-sep. 1999, p. 472-473.

⁹⁶ Cf. ROCCA, G. op. cit., p. 51 e 77.

⁹⁷ Cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Ética: pessoa e sociedade*. Documentos da CNBB, n. 50, São Paulo: Paulinas, n. 75.

é a sua liberdade criativa. Mas, as formas negativas de liberdade confundem liberdade com permissividade.⁹⁸

O discurso teológico moral deve assumir plenamente a dinamicidade da pessoa humana. O ser humano é um ser histórico, que vai se fazendo ao longo da existência; chamado a modelar-se de alguma maneira a si mesmo. Ele não nasce feito, por isso, é preciso se fazer através de um feixe de possibilidades que recebeu passivamente (seu *pathos*). Com seu *pathos*, ele constrói o seu *ethos*. Neste sentido, qualquer forma de dominação frustra o processo histórico de humanização. Por isso, a teologia moral deve assumir a historicidade humana a nível da reflexão moral. Toda reflexão moral, ao perguntar-se se alguma coisa é um bem para os homens e mulheres, supõe, como primeiro passo, a leitura da realidade, entender que valores estão em jogo, etc. Portanto, requer a participação de todos os que tenham alguma palavra a dizer. Esta participação é muito importante, a fim de que as diversas sensibilidades que se dão dentro da comunidade eclesial apresentem uma reflexão.⁹⁹

4.3.3.

O processo de discernimento

Discernir é “ver através de”. É ver o essencial através da parede maciça das ilusões e das sombras. É um modo de contatar com a essência das coisas. Podemos dizer que a consciência revela-se no discernimento da práxis. O discernimento é o próprio exercício da consciência. É a própria consciência em atuação. Portanto, a função primordial da consciência é o discernimento. Para nós, cristãos, isto se dá à luz da fé.¹⁰⁰

⁹⁸ Cf. VALLATE, M. “*The inner voice*”: a study of conscience in Bernhard Häring and Mahatma Gandhi..., p. 58-59; GULA, R. M. The moral conscience. In: CURRAN, C. (edit.). *Conscience. Readings in moral theology* n. 14. New York: Paulist press. 2004, p.60.

⁹⁹ Cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Ética: pessoa e sociedade...*, n.79; PEINADO, J. V. *Éticas teológicas ontem e hoje*. São Paulo: Paulus, 1996, p. 14; CARRERA, J. C. *Em busca del Reino – una moral para o Novo Milênio...*, p. 24-26.

¹⁰⁰ Cf. BACH, J. M. *Consciência e identidade moral*. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 100; AGOSTINI, N. Condicionamentos e manipulações: desafios morais. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *O itinerário da fé na “iniciação cristã dos adultos”*. Estudo n. 82, p. 113; JUNGES, J. R. *Evento Cristo e ação humana...*, p. 171; AUBERT, J.-M. *Coscienza e legge*. In: LAURET, B.; REFOULÉ, F. *Iniziazione alla pratica della teologia*. Vol. IV, Brescia: Queriniana, 1986, p. 224-225.

Todos nós começamos com a capacidade básica de conhecer o que é bom e o que não é. Ao longo de nossas vidas, tomamos consciência das fontes do juízo moral tornando-nos sensíveis aos valores, descobrindo as virtudes e aquilo que é bom. Ao agir em sã consciência, precisamos adquirir com sinceridade tudo o que nos preenche e nos realiza enquanto humanos. Com isso, damos direção às nossas vidas, respondendo ao chamado de Deus. O discernimento se dá por meio de um contínuo processo de conversão, na busca daquilo que nós devemos ser e fazer, enquanto fiéis a este chamado. Nós somos moralmente bons, na medida em que honestamente buscamos descobrir o que Deus quer de nós. E isso se dá ao longo de toda a vida.¹⁰¹

A comunidade cristã deve testemunhar de maneira clara e significativa a centralidade e a fundamentação da Palavra de Deus em todo o caminho de discernimento moral. É uma palavra viva, que chega à consciência não somente através da Sagrada Escritura, mas também através da vida da comunidade, em todas as suas expressões. Por outro lado, a comunidade cristã é chamada a prestar particular atenção à voz dos pobres e dos últimos da sociedade. O exige uma sociedade que, enquanto se proclama com júbilo a Palavra, nos fatos se redireciona para a solidariedade. A consciência não poderá nunca individualizar efetivamente o bem se no caminho do discernimento não dá espaço à escuta atenta das esperanças, necessidades e denúncias dos últimos e dos pobres.¹⁰²

Ao organizar a sua vida no seu dia-a-dia, o ser humano fã-lo compreendendo as suas relações fundamentais: si mesmo, o mundo, o outro e a transcendência. A partir destes nós de relações, e desafiados pelas circunstâncias do tempo e do espaço, ele é capaz de ir compondo o que lhe é próprio, na medida em que vai organizando o seu viver, escolhendo a melhor resposta ante os desafios, experimentando e mudando. Aos poucos, ele vai criando um modo habitual e próprio de habitar e interpretar o mundo, modo este que chamamos de *ethos*.¹⁰³

Ao discernir, o ser humano aplica-se todo inteiro, em plena liberdade e responsabilidade. O Espírito Santo inspira, dirige, impulsiona e engendra. A

¹⁰¹ Cf. GULA, R. M. The moral conscience. In: CURRAN, C. (edit.). *Conscience*. Readings in moral theology n. 14. New York: Paulist press. 2004, p.54 e 62.

¹⁰² Cf. MAJORANO, S. *La coscienza: per una lettura cristiana*. Milano: San Paolo, 1994, p. 186.

¹⁰³ Cf. AGOSTINI, Nilo. *Ética Cristã e desafios atuais*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 18.

inteligência (*nóus*) renovada e o espírito (*pneuma*) formam um só princípio de ação, embora a inteligência seja apenas uma dimensão desse todo. Assim, o discernimento é um ato global do ser humano, que o engaja na sua totalidade. O discernimento tem, pois, uma dimensão dialogal humano-divina. A cada um cabe descobrir a vontade de Deus para cada situação. Cada um tem a responsabilidade de seus atos (Cf. Gl 6,4-5). Mas isso não é um convite ao individualismo e ao “cada um por si”. Pois, em cada instante, o ser humano é convidado a caminhar segundo o desígnio salvífico, discernindo a vontade de Deus (Cf. 1 Ts 5,21; Fl 1, 9-10).¹⁰⁴

O discernimento é a categoria central da ética paulina. O cristão tem de “mudar de mente” para fazer o discernimento ético. Só assim adquirirá nova capacidade estimativa que lhe permita achar a vontade de Deus. Essa é a doutrina que Paulo expressa em: “Não vos conformeis com este mundo, mas transformai-vos, renovando as vossas mentes, a fim de poderdes discernir qual é a vontade de Deus, o que é bom, agradável e perfeito” (Rom 12,2). Pois existe em cada um de nós um tipo de sentido moral que nos leva a discernir aquilo que é bem e o que é mal. É como um olho interior, uma capacidade de visão do espírito, em grau de guiar os nossos passos para o caminho do bem. Mas, só é possível discernir qual seja a vontade de Deus, buscando-se conhecer aquilo “que mais convém” (cf. Fl 1,10).¹⁰⁵

O bom discernimento começa quando a pessoa toma consciência do contexto histórico no qual se encontra, nele sabe se situar, lê os fatos sem ser tendenciosa. Isto significa que a pessoa se situa não como simples objeto, à mercê dos acontecimentos, ou mero espectador deles, mas como sujeito. Discernir as situações comporta acima de tudo um espírito crítico e autocrítico para melhor reconhecer o que é justo e devedor de fazer no concreto da história pessoal.¹⁰⁶

¹⁰⁴ Cf. JUNGES, J. R. *Evento Cristo e ação humana...*, p. 127-128.

¹⁰⁵ Cf. Rm 1,28; 2,18; 12,2; 14,22; Fl 1,10; Ef 5,10; VIDAL, M. *Moral de opção fundamental e atitudes*. São Paulo: Paulus, 1999, p. 99-101; JUNGES, J. R. op. cit., p. 129; JOÃO PAULO II. Audiência de 17 de agosto de 1983. *Udienze*. Vaticano, mai. 2006. Em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/audiences/1983>; PETRÀ, B. *La coscienza “nello Spirito”*: per una comprensione cristiana della coscienza morale. Milano: O. R. Edizioni, 1993, p. 90-91.

¹⁰⁶ Cf. FRIGATO, S. *Vita in Cristo e agire morale: saggio di teologia morale fondamentale*. Torino: Elle di Ci, 1994, p. 190; AGOSTINI, Nilo. Condicionamentos e manipulações: desafios morais. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *O itinerário da fé na “iniciação cristã dos adultos”*. Estudos da CNBB, n. 82, p. 112-113.

Na crise ética atual, a necessidade de discernimento é urgente. A pessoa honesta, o cidadão responsável, o cristão convicto, que quer agir coerentemente, na busca da solidariedade com a família humana, não pode simplesmente remeter suas decisões à ciência ou à técnica, que tende a prescindir da ética, nem à opinião pública, dominada pela incerteza, pelo relativismo e pelo subjetivismo. Ao contrário, a sociedade precisa, hoje, de indivíduos capazes de ir contra a corrente. Que defendam, em nome da ética, normas e práticas autênticas. Que superem o oportunismo, o utilitarismo e o egocentrismo mesquinho. Que estabeleçam relações mais humanas e que optem pelo interesse de todos.¹⁰⁷

4.3.4.

O processo de decisão

Sob o ponto de vista cristão, a decisão é a realização finita (no tempo) das possibilidades pessoais com um peso de transcendência (de eternidade). A decisão é aquilo que há de definitivo na escolha. Mas ela pode existir também sem escolha, como na hipótese de que não se dê alternativa. É também verdade que cada única escolha não exaure a decisão. A escolha, de fato, se atua precisamente no tempo e também a decisão se torna presente em cada escolha temporal. Mas, enquanto tem em vista o Absoluto mesmo, a decisão transcende as simples escolhas e o horizonte histórico dentre o qual elas se atuam. Se nós olharmos o passado da nossa vida, podemos descobrir nele nossas escolhas morais deste passado, os germes daquilo que somos agora, as origens da nossa personalidade moral, o percurso através do qual buscamos o bem ou o mal. Sendo assim, na *Familiaris consortio*, n.34, João Paulo II afirma. “O homem... é um ser histórico que se realiza no dia a dia, com as suas numerosas escolhas: por isso, ele conhece, ama e realiza o bem, segundo etapas de crescimento”.¹⁰⁸

¹⁰⁷ Cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Ética: pessoa e sociedade*. Documentos da CNBB, n. 50, São Paulo: Paulinas, n.104.

¹⁰⁸ Cf. VALADIER, P. *Elogio della coscienza...*, p. 3; FORTE, B. *L'eternit'a nel tempo: saggio di antropologia ed etica sacramentale*. Roma, 1993, p. 303-307; GUIDI, S. La struttura ontologica della decisione della coscienza. In: NALEPA, M.; KENNEDY, T. (a cura di). *La coscienza morale oggi...*, p. 303; JOÃO PAULO II. Enciclica *Familiaris consortio*. São Paulo: Paulinas, 1981, n. 34; GATTI, G. Confessione ed educazione morale. *Corso sul Foro Interno*. Tribunale della Penitenzieria Apostolica. Roma, 2005, p. 4; BORGHI, E.; BUZZI, F. *La coscienza di essere umani: percorsi biblici e filosofici per un agire ético*. Milano: Ancora, 2001. p. 109.

A pessoa humana é sujeito de si: da sua própria vida, das suas decisões, das suas próprias ações. Este é um dado decisivo da dignidade humana. A visão cristã revela que se trata de uma subjetividade da “imagem”, criatural e filial de Deus. É o “eu” que se torna conhecedor de si (consciência psicológica) e que decide ser protagonista de si mesmo. Assim, a pessoa que se auto-percebe através da própria vida, transforma a sua existência de um simples dado (me encontro a viver) em decisão-projeto (quero viver). A relação com os outros se torna agora reciprocidade que nos faz incessantemente experimentar a nós mesmos como seres de necessidades e, ao mesmo tempo, riquezas de doação ao outro.¹⁰⁹

Cada compreensão é já sempre também uma decisão, ao menos aquela de iniciar a compreender assim e não diversamente. Assim, conhecimento e decisão se colocam no tempo como atos totais e complementares, mas nunca definitivos. Mas, na consciência não temos somente uma função intelectual. Temos também uma função volitiva. Para agir não basta conhecer e discernir, é preciso querer, escolher, tomar decisões, sendo tudo isso, função que, em última análise, compete à responsabilidade do eu. Portanto, a consciência moral não é nunca uma consciência puramente passiva ou especulativa, pois ela consiste sempre em escolhas e decisões.¹¹⁰

Existe uma estreita relação entre decisão e escolha. Elas são diversas, ou mesmo não se podem conceber de modo abstrato ou desarticulado, como se fosse possível para a pessoa realizar uma decisão sem escolhas, ou vice-versa, realizar escolhas sem uma decisão. A escolha de cada projeto, de cada ação, uma escolha que se dá num conjunto de possibilidades finitas, se realiza sempre inevitavelmente ao interno de uma decisão. O número de opções e a amplitude da lista de características dependem do grau de conhecimento ou de experiência que a pessoa que decide possui do setor sobre o qual ela deve decidir. Cada escolha concreta é uma preferência absoluta acordada a uma possibilidade entre tantas. Por outro lado, ninguém está em grau de experimentar-se meio decidido, mas podemos decidir de

¹⁰⁹ Cf. MAJORANO, S. *La coscienza: per una lettura cristiana*. Milano: San Paolo, 1994, p. 26.

¹¹⁰ Cf. AUBERT, J.-M. *Coscienza e legge*. In: LAURET, B.; REFOULÉ, F. *Iniziazione alla pratica della teologia...*, p. 224; PENATI, G. *Decisione e origine. Sulla verità della libertà*. Brescia: Morcelliana, 1983, p. 49; GUIDI, S. *La struttura ontologica della decisione della coscienza*. In: NALEPA, M.; KENNEDY, T. (a cura di). *La coscienza morale oggi: omaggio al prof. Domenico Capone*. Roma: Academiae Alphonsianae, 1987, p. 316; TRENTIN, G. *Struttura e funzioni della coscienza nella teologia morale. Credere oggi*, ano XXII, n. 2, vol. 128, 2002, p. 82.

permanecer indecisos ou de não decidir. A decisão, seja ela positiva ou negativa, boa ou má, é sempre total, mas nunca definitiva.¹¹¹

O agir consiste no escolher e decidir-se. Os valores que se oferecem a este juízo de consciência tem em vista a realização da pessoa por meio do bem que realiza com os outros. De fato, a pessoa, ser de desejos, ser-no-mundo, é também ser feito para viver em busca da realização com os outros, na vivência do amor. A partir da opção fundamental, as escolhas particulares, que constituem a trama da vida cotidiana, recebem o seu sentido. Pode acontecer, no entanto, que uma decisão particular a contradiga, como pessoa. Esta é então uma dimensão da pessoa que se constitui numa culpa moral.¹¹²

Decisão ética só tem sentido quando é “responsável”, quando constitui “resposta” do eu às exigências de sua própria realização. Se expressa a decisão moral prevalentemente mediante opções e atitudes. Ou seja, ela se instala preferentemente na opção fundamental da pessoa, que orienta todo o dinamismo moral humano. Toda decisão ética particular é fruto da resposta à pergunta: “O que devo fazer nesta situação concreta?” Essa pergunta, porém, inclui e implica uma outra mais fundamental, geralmente não tematizada: “Quem eu quero ser a partir desta decisão?” A resposta à primeira vai depender, em grande parte, do modo como se responde à segunda.¹¹³

Cada ser humano no seu agir cumpre uma série inumerável de escolhas, também se não todos os momentos do agir são frutos de escolhas. Escolher quer dizer deliberar frente a possibilidades, alternativas de comportamento (exterior, mas também interior). Trata-se, portanto, sempre de uma avaliação comparativa frente às diversas possibilidades. Muitas escolhas são seriamente refletidas e motivadas, mas muitas de nossas escolhas nascem de uma emoção. Uma emoção pode gerar uma resposta imediata, fulminante e automática. Sendo assim, a

¹¹¹ Cf. BORGHI, E.; BUZZI, F. *La coscienza di essere umani: percorsi biblici e filosofici per un agire ético*. Milano: Ancora, 2001. p. 108; RUMIATI, R. *Decidir*. Coleção “Para saber mais”. São Paulo: Paulinas/Loyola, 2003, p. 9; GUIDI, S. La struttura ontologica della decisione della coscienza. In: NALEPA, M.; KENNEDY, T. (a cura di). op. cit., p. 314; BORGHI, E.; BUZZI, F. *La coscienza di essere umani: percorsi biblici e filosofici per un agire ético*. Milano: Ancora, 2001. p. 109.

¹¹² Cf. AUBERT, J.-M. Coscienza e legge. In: LAURET, B.; REFOULÉ, F. *Iniziazione alla pratica della teologia*. Vol. 4, Brescia: Queriniana, 1986, p. 224.

¹¹³ Cf. VIDAL, M. *Moral de opção fundamental e atitudes*. São Paulo: Paulus, 1999, p. 103; JUNGES, J. R. *Evento Cristo e ação humana: temas fundamentais da ética teológica*. São Leopoldo: UNISINOS, 2001, p. 133.

resposta que se dá a um estímulo emocional não é fruto de uma apurada reflexão. Exprime de qualquer forma, por meio do modo com o qual eu reajo a uma emoção forte e imprevista, aquilo que é uma atitude de fundo.¹¹⁴

Pelo fato de que a decisão cria uma ligação entre aquilo que o sujeito era (o passado) e aquilo que é e quer ser (presente), não pode ser compreendida como um ato isolado. É, acima de tudo, uma primeira decisão da razão, mas de uma razão não unicamente discursiva, porque atenta à experiência. Somente um mínimo de racionalidade confere a sua coerência a este processo de afirmação de si. Além disso, cada decisão tem sentido somente se a põe em relação com qualquer coisa de fundamental que exprime aquilo que é a pessoa na sua originalidade.¹¹⁵

Portanto, a boa decisão exige a intervenção da inteligência também nos níveis mais elementares. Sem cair no racionalismo moral que faz depender a qualidade moral de um ato da quantidade de racionalidade que se põe, deve ser pacífico que nenhuma decisão pode pretender ser reta senão como resultado de uma reflexão. Um critério para uma boa decisão, capaz de instruir a consciência sobre a qualidade do seu ato, consiste mesmo na satisfação de ter cumprido aquilo que deveria cumprir.¹¹⁶

O não ter a possibilidade de escolher pode fazer parecer absurda a própria liberdade humana. A decisão é, de fato, o sujeito em ato de auto-decidir-se. Ela é sempre um ato singular do sujeito individual. Portanto, a decisão é sempre “autêntica”. A decisão é o “eu quero” do “eu sou”, como liberdade pessoal frente à outra liberdade. Propriamente, como liberdade pessoal nós nos decidimos, mas sempre também com relação a outra liberdade, mesmo não podendo nunca decidir por ela. É todo o sujeito que co-envolve no seu histórico e, portanto, limitado, auto-decidir-se. O eu não poderia verdadeiramente auto-decidir-se se não se percebesse como tal.¹¹⁷

¹¹⁴ Cf. CHIAVACCI, E. Coscienza, società, diritti umani. *Credere oggi...*, p. 115-117.

¹¹⁵ Cf. AUBERT, J.-M. Coscienza e legge. In: LAURET, Bernard; REFOULÉ, F. *Iniziazione alla pratica della teologia*. Vol. IV, Brescia: Queriniana, 1986, p. 220.

¹¹⁶ Cf. VALADIER, P. *Elogio della coscienza*. Torino: Società Editrice Internazionale. 1995. p. 161 e 172.

¹¹⁷ Cf. GUIDI, S. La struttura ontologica della decisione della coscienza. In: NALEPA, M.; KENNEDY, T. (a cura di). *La coscienza morale oggi: omaggio al prof. Domenico Capone*. Roma: Academiae Alphonsianae, 1987, p. 310-315.

Na decisão experimento aquela liberdade a qual decido não somente sobre qualquer coisa, mas também sobre mim mesmo, e a qual não é possível uma separação entre a escolha e o eu, porque eu mesmo sou a liberdade desta escolha. Por isso, ninguém pode subtrair-se à sua realidade e às suas próprias responsabilidades. Mas, também quando o sujeito alcançou a assim chamada maturidade moral, de fato se podem dar condicionamentos externos e condições internas tais a diminuir ou cortar por um certo tempo ou para sempre, como no caso da senilidade esclerótica, a atitude funcional do decidir. Neste sentido, funcionalmente, a estrutura humana do decidir moral segue os ritmos e a parábola do desenvolvimento, da maturação e da regressão psicossomática humana.¹¹⁸

4.3.4.1.

Critérios da decisão na ótica cristã

A experiência de uma comunidade de fé, as celebrações litúrgicas, os ensinamentos do Magistério, a vivência do testemunho, tudo isso contribui para uma boa formação pessoal da consciência e também ajuda no julgamento das decisões. A decisão última da consciência cristã é sempre da própria pessoa, mas que se percebe nesta dinâmica de discípula de Jesus, numa relação de irmãos e irmãs. A comunidade de fé constitui um verdadeiro antídoto para os erros em nossas decisões pessoais. Contudo, não podemos ver a Igreja simplesmente como um meio para nos ajudar em nossas necessidades. Ela é, acima de tudo, o lugar onde sentimos a presença salvífica de Deus em nossas vidas. Embora, a Igreja também seja pecadora, pois ela não é perfeita.¹¹⁹

A mentalidade social não é sempre clara e coerente. Se de uma parte se reivindica como fundamental o direito de decidir pessoalmente a própria vida e do próprio agir, de outra, se adverte como um peso o risco e a responsabilidade

¹¹⁸ Cf. PETRÀ, B. *La coscienza "nello Spirito": per una comprensione cristiana della coscienza morale*. Milano: O. R. Edizioni, 1993, p. 62; GUIDI, S. La struttura ontologica della decisione della coscienza. In: NALEPA, M.; KENNEDY, T. (a cura di). *La coscienza morale oggi: omaggio al prof. Domenico Capone*. Roma: Academiae Alphonsianae, 1987, p. 326; GUIDI, S. La struttura ontologica della decisione della coscienza. In: NALEPA, M.; KENNEDY, T. (a cura di). op. cit., p. 313.

¹¹⁹ Cf. CURRAN, C. Conscience in the light of the Catholic Moral Tradition. In: CURRAN, C. (edit.). *Conscience*. Readings in moral theology n. 14. New York: Paulist press. 2004, p.20-21.

daquilo que se decide. Por outro lado, não há um critério infalível para determinar se a decisão da consciência é verdadeira. Mas, a paz e a alegria do coração permanecem como o melhor critério.¹²⁰

Do ponto de vista cognitivo, nós não decidimos nunca sozinhos. A aquisição de informações, a formulação dos critérios de valores, os processos avaliativos e as expressões de juízo são ações que nós realizamos com a ajuda e/ou influência dos outros, seja presentes ou ausentes. Ou seja, se a decisão é uma ação cognitivo-avaliativa e se tal operação é sempre um fato cultural humano, então a decisão aparece sempre também como um processo estruturalmente político.¹²¹

É preciso dizer que de decisivo na escolha é que sou eu a escolher. Pois, a decisão está no próprio sujeito que decide. Não se pode decidir no lugar do outro, também quando se exprimisse a decisão de um outro. Nem mesmo Deus pode decidir no nosso lugar, nem nós podemos delegá-lo pela nossa decisão. Podemos e devemos crer na veracidade de Deus, mas cada um de nós é chamado a decidir-se. E nisto nós não somos livres de decidir, somos subjetivamente forçados a decidir-nos pessoalmente. Ou sou eu a decidir, existindo, ou se decidem por mim e, então, privo da minha existência, torno-me um simples objeto nas mãos de outros.¹²²

Como afirma a *Gaudium et spes*, n. 17:

O homem porém não pode voltar-se para o bem a não ser livremente. Os nossos contemporâneos exaltam e defendem com ardor esta liberdade. E de fato com razão. Contudo, eles a fomentam muitas vezes de maneira viciada, como uma licença de fazer tudo que agrada mesmo o mal. A verdadeira liberdade, porém é um sinal eminente da imagem de Deus no homem. Pois Deus quis “deixar ao homem o poder de decidir”, para que assim procure espontaneamente o seu Criador, a Ele adira livremente e chegue à perfeição plena e feliz.¹²³

¹²⁰ Cf. CURRAN, C. Conscience in the light of the Catholic Moral Tradition. In: CURRAN, C. (edit.). *Conscience...*, p. 22; MAJORANO, S. *La coscienza: per una lettura cristiana...*, p. 146.

¹²¹ Cf. THOMAE, H. *Conflitto, decisione, responsabilità. Contributo alla psicologia della decisione*. Roma: Città Nuova, 1978, p. 31; GUIDI, S. La struttura ontologica della decisione della coscienza. In: NALEPA, M.; KENNEDY, T. (a cura di). *La coscienza morale oggi: omaggio al prof. Domenico Capone*. Roma: Academiae Alphonsianae, 1987, p. 308.

¹²² Cf. GUIDI, S. La struttura ontologica della decisione della coscienza. In: NALEPA, M.; KENNEDY, T. op. cit., p. 303-304 e p. 307-309.

¹²³ Cf. CONCILIO ECUMÊNICO VATICANO II. *Compêndio do Vaticano II: Constituições, Decretos e Declarações* (Organizado por VIER, F.; KLOPPENBURG, B.). 25. ed. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 158.

4.3.5.

Responsabilidade

Ser responsável é reconhecer que aquilo que fazemos em geral não fica sem conseqüências. Daí torna-se preciso avaliar o quanto possível as previsíveis conseqüências dos nossos atos. Mas, alguém só é responsável por aquilo de que é consciente. Ao mesmo tempo, em todo comportamento responsável é preciso o “querer”, a atividade volitiva da própria pessoa. Além disso, a vida afetiva também deve entrar como elemento da responsabilidade humana e, portanto, como estrutura antropológico-moral.¹²⁴

Necessitamos de uma ética que aponte os resultados da intervenção prática do ser humano no mundo e na sociedade, avaliando suas conseqüências sobre a vida das pessoas e comunidades humanas, o que só é possível tendo, como ponto de referência, a alteridade e, como princípio fundamental, a responsabilidade. Mas, a responsabilidade é a relação constitutiva de uma liberdade em relação a outra. Pois, não podemos esquecer que a consciência tem sempre um caráter comunitário, reflexo do ambiente sócio-cultural. E é nesta relação entre pessoa e sociedade que se faz emergir o sentido de responsabilidade.¹²⁵

O sentido de responsabilidade se expressa na própria palavra. Sua raiz vem de “responder”. Ser responsável significa, então, ser “respondente”, isto é, ter o “poder de responder”. Ora, só se pode responder a um outro – pessoa ou coletividade. Por isso, a responsabilidade é assumida diante de um outro pessoal ou coletivo. O acento não recai, em primeiro lugar, sobre aquilo por que alguém é responsável, mas sobre os efeitos nas pessoas por quem e diante do qual esse alguém é responsável.¹²⁶

Responsabilizar-se diante do outro pessoal e coletivo é sopesar os efeitos da

¹²⁴ Cf. VALADIER, P. *Elogio della coscienza*. Torino: Società Editrice Internazionale. 1995. p. 168-170; ROCCA, G. *Coscienza, libertà e morale: risposte ai giovani e agli educatori*. 4. e. Roma: Città Nuova, 2000. p. 47; JUNGES, J. R. *Evento Cristo e ação humana: temas fundamentais da ética teológica*. São Leopoldo: UNISINOS, 2001, p. 143; VIDAL, M. *Moral de opção fundamental e atitudes*. São Paulo: Paulus, 1999, p. 131-1333.

¹²⁵ Cf. MOLINARO, A. *Libertà e coscienza: saggi etica filosofica e teologica*. Roma: PUL/Città Nuova, 1977, p. 137; AUBERT, J.-M. *Coscienza e legge*. In: LAURET, Bernard; REFOULÉ, F. *Iniziazione alla pratica della teologia*. Vol. IV, Brescia: Queriniana, 1986, p. 221; JUNGES, J. R. op. cit., p. 85.

¹²⁶ Cf. JUNGES, J. R. *Evento Cristo e ação humana – temas fundamentais de ética teológica*. São Leopoldo: Unisinos, 2001, p. 86.

ação sobre as pessoas e o contexto, tendo como critério os direitos humanos e, como referência última, a dignidade. Por exemplo, os atentados ao meio ambiente devem ser considerados um desrespeito indireto à dignidade. Responsabilizar-se diante do outro é responsabilizar-se por sua dignidade. Por outro lado, responsabilidade inclui sempre valores, porque aponta para uma qualidade da ação humana, expressa num valor.¹²⁷

De todas as formas, o outro representa uma proposta que reclama uma resposta. Deste confronto entre proposta e resposta surge a responsabilidade. Ao assumir minha responsabilidade ou demitir-me dela, faço de mim um ser ético. Dou-me conta da consequência de meus atos, que podem ser bons ou ruins para o outro e para mim.¹²⁸

Ser humano é responder às situações, em cada momento. Esta capacidade humana de responder implica num voltar-se para uma boa direção. Neste sentido, toda pessoa tem um senso daquilo que é bom ou não para ela e para os outros. Nós, cristãos, cremos que Deus se nos revelou e esta revelação espera uma resposta. Nesta dinâmica, a pessoa humana é responsável pelos próprios atos e é custódio do seu irmão (cf. Gn 4,9).¹²⁹

Sendo assim, Häring afirma que a regra fundamental da teologia moral é o conceito de responsabilidade. Ela é o motor da resposta ao chamado de Deus e se funda na união do fiel a Cristo. Por isso, torna-se urgente uma educação para a responsabilidade criativa, a fim de realizar a lei do Espírito que nos dá vida em Jesus, aquele que nos liberta do pecado e da morte.¹³⁰

¹²⁷ Cf. JUNGES, J. R. *Evento Cristo e ação humana...*, p. 87.

¹²⁸ Cf. BOFF, L. *Do iceberg à Arca de Noé. O nascimento de uma ética planetária*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002, p. 95.

¹²⁹ Cf. O'CONNELL, T. An understanding of conscience. In: CURRAN, C. (edit.). *Conscience. Readings in moral theology* n. 14. New York: Paulist press. 2004, p.26; JONES, P. Coscienza e ragione secondo la Grammatica dell'Assenso di John Henry Newman. In: NALEPA, M.; KENNEDY, T. (a cura di). *La coscienza morale oggi: omaggio al prof. Domenico Capone*. Roma: Academiae Alphonsianae, 1987, p. 206; SPAEMANN, R. Etica cristiana della responsabilità. In: BORGONOVO, G. (a cura di). Prefácio. *La coscienza*. Città del Vaticano: Editrice Vaticana, 1996, p. 84-85.

¹³⁰ Cf. BALOBAN, S. *Spirito e vita christiana nella teologia morale di Bernhard Häring*. Dissertatio ad Doctoratum. Roma: Academia Alfonsiana, 1988, p. 57; DOLDI, M. *Fondamenti cristologici della teologia morale in alcuni autori italiani*. Dissertatio ad Doctoratum. Roma: Academia Alfonsiana, 1996, p. 39; SALVODI, V. (Org.). *Häring: Uma autobiografia à maneira de entrevista*. S. Paulo: Paulinas, 1998, p. 35.

4.3.6.

Conclusão

Os atos realmente meus são os que manifestam a minha liberdade, a minha escolha, como escolha moral, ou seja, consciente e consentida, querida. Logo, eu sou livre porque sou moralmente responsável. Segundo uma conhecida fórmula, a liberdade é “o que eu faço daquilo que os outros fizeram de mim”. Por isso, a liberdade é tanto um dado quanto uma tarefa, uma resposta crescente aos apelos éticos que emergem na história. Por outro lado, a pessoa humana não é absolutamente livre, mas é livre de tornar-se livre ou de renunciar à sua liberdade.¹³¹

Essa liberdade sempre se exerce em meio à multiplicidade de atos concretos, na diversidade de espaço e tempo. Porém, nossa liberdade é encarnada e se realiza em situações concretas. Ela conta com o substrato espiritual, mas se realiza no mundo concreto. Não se trata de liberdades puras, mas se efetiva no mundo e nas condições inerentes à nossa existência. Nossa liberdade está concretizada em meio aos condicionamentos que encontramos quando agimos. Pois, não existe uma natureza humana no estado puro, mas apenas aquela liberdade pessoal naquela situação determinada.¹³²

Ao mesmo tempo, em torno de nossa liberdade, existem outras liberdades. Ninguém é uma ilha. Somos humanos na medida em que nos inserimos na realidade dos outros seres humanos. Nós somos aquilo que somos dentro da cultura em que nos inserimos. Ou seja, a liberdade que é essencialmente a pessoa humana é coexistencialmente uma liberdade situada no mundo. Neste sentido, não existe uma natureza humana no estado puro, mas somente aquela liberdade pessoal naquela determinada situação.¹³³

O uso da liberdade envolve e supõe o senso de responsabilidade. Liberdade e responsabilidade são termos correlativos. Mas para que isso se torne efetivamente possível, é preciso uma educação para o uso da liberdade. Esta é a nossa maior

¹³¹ Cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Ética: pessoa e sociedade*. Documentos da CNBB, n. 50, São Paulo: Paulinas, n.74.

¹³² Cf. RAHNER, K. *Curso fundamental da fé*. 2. e., São Paulo: Paulus, 1989, p. 52-53; SCHILLEBEECKX, E. *Dio e l'uomo*. Roma: Paoline, 1967, p. 395.

¹³³ Cf. J. FINANCE, J. *Etica generale*. Roma: Pont. Università Gregoriana, 1997, p. 330.

utopia.¹³⁴

¹³⁴ Cf. TRASFERETTI, J. Teologia moral na Pós-Modernidade: o difícil dilema do agir moral. In: TRASFERETTI, J.; GONÇALVES, P. S. L. (Orgs.) *Teologia na pós-modernidade – abordagens epistemológica, sistemática e teórico-prática*. São Paulo: Paulinas, p. 431; KLOPPENBURG, B. *O cristão secularizado – o humanismo do Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1970, p. 151-152.

4.4.

A opção fundamental na reciprocidade das consciências

4.4.1.

Introdução

A reciprocidade das consciências é um conceito chave da antropologia humanista e personalista. De acordo com a Bíblia, a pessoa humana torna-se completamente humana, somente quando se encontra diante dos outros e de Deus, nesta relação “tu a tu”, numa abertura dialógica interpessoal. É através deste encontro que se aflora o conhecimento pessoal de si mesmo. Ou seja, a pessoa se experimenta em sintonia consigo mesma e como pessoa somente em meio ao encontro pessoal com o outro. Ela chega à sua integridade e à sua identidade somente na reciprocidade das consciências. Ela conhece a unicidade do próprio eu somente diante desta relação “eu-tu” que conduz à experiência de um “nós”.¹³⁵

O termo, originalmente em grego, *syneidesis*, vem de *syn-oida* (infinitivo *syneidenai*: conhecimento ocular ou intuitivo) e significa “saber com outro”, ser testemunha, confidente ou cúmplice de uma mesma coisa. Com a evolução do significado, se passou a ser também “saber consigo mesmo”, relação da pessoa humana consigo mesma, num conhecimento auto-reflexivo. Mas, a auto-reflexão somente é possível a partir da experiência do encontro com o outro. A partir deste dinamismo de abertura, o ser humano capta a si mesmo, as outras pessoas, a natureza e a própria transcendência.¹³⁶

Ou seja, não existe a possibilidade de se compreender a si mesmo no isolamento. É necessário estar em comunhão com os outros. Somente em

¹³⁵ Cf. HÄRING, B. *Mi experiencia con la Iglesia*. Madrid: PS Edit., 1990, p. 180; RÖMELT, J. *La coscienza: un conflitto delle interpretazioni*. Roma: Academiae Alphonsianae, 2001. p. 55; HÄRING, B. La legge naturale nella luce della legge di Cristo. In: NALEPA, M.; KENNEDY, T. (a cura di). *La coscienza morale oggi: omaggio al prof. Domenico Capone*. Roma: Academiae Alphonsianae, 1987, p. 287; HÄRING, B. *Liberi e fedeli in Cristo: teologia morale per preti e laici*, vol. I, Cinisello Balsamo: Paoline, p. 319; RÖMELT, J. *La coscienza: un conflitto delle interpretazioni*. Roma: Academiae Alphonsianae, 2001. p. 20-21.

¹³⁶ Cf. GATTI, G. Confessione ed educazione morale. *Corso sul Foro Interno*. Tribunale della Penitenzieria Apostolica. Roma, 2005, p. 5-6; AGOSTINI, N. Condicionamentos e manipulações: desafios morais. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *O itinerário da fé na “iniciação cristã dos adultos”*. Estudos da CNBB, n. 82, p. 110-111.

comunhão, o ser humano pode abrir os seus olhos da razão na busca da verdade e desenvolver a sua faculdade de comunicação verbal e vital.¹³⁷

4.4.2.

A reciprocidade na visão conciliar

Quem se concentra egoisticamente sobre si mesmo, encontra somente um “eu vazio”, mal-são, perdido. Segundo a doutrina do Concílio, é próprio da fidelidade à consciência de se unir os cristãos aos outros para a busca da verdade. Uma das principais perspectivas da Constituição *Gaudium et spes* é justamente o diálogo com todas as pessoas. Um diálogo no qual os cristãos e também o Magistério devem se distinguir pela capacidade de escuta, na prontidão e na estima para com aqueles que são de outras igrejas e/ou religiões. É intenção da *Gaudium et spes*, n.16 indicar claramente que o diálogo respeitoso e a fome e sede de um conhecimento melhor da existência constituem o caminho que leva a evitar o subjetivismo, que muitas vezes se torna intolerância, cego arbítrio privado de sentido.¹³⁸

De acordo com a concepção conciliar, na fidelidade da consciência, os cristãos se unem, uns aos outros, para buscar a verdade e para resolver os diversos problemas morais, que surgem tanto na vida individual quanto social. É uma reciprocidade feita de proposta, de anúncio, de estímulo, nunca de imposições, de passividade, de chantagens. Pois, todos devem respeitar a consciência de cada um e não buscar impor a sua própria verdade, permanecendo íntegro o direito de professá-la, sem por isso desprezar quem pensa de uma forma diferente.¹³⁹

¹³⁷ Cf. HARING, B. *La morale è per la persona*. Roma: Paoline, 1973, p. 249-260.

¹³⁸ Cf. Decreto *Christus Dominus*, n. 1041; Decreto *Ad gentes*, n. 887, 934, 1010 e 1583; Decreto *Apostolicam actuositatem* 1384, 1440 e 1450; Constituição pastoral *Gaudium et spes*, n. 262, 285, 337, 377, 516, 518 e 519; Decreto *Unitatis redintegratio*, n. 766, 786, 791-793, 803 e 816; Decreto *Nostra aetate*, n. 1590. In: CONCILIO ECUMÊNICO VATICANO II. *Compêndio do Vaticano II: Constituições, Decretos e Declarações* (Organizado por VIER, F.; KLOPPENBURG, B.). 25. ed. Petrópolis: Vozes, 1996; HÄRING, B. *La legge naturale nella luce della legge di Cristo*. In: NALEPA, M.; KENNEDY, T. (a cura di). *La coscienza morale oggi: omaggio al prof. Domenico Capone*. Roma: Academiae Alphonsianae, 1987, p. 287-289.

¹³⁹ Cf. GIOVANNI PAOLO II. *Se vuoi la pace rispetta la coscienza di ogni uomo*. In: *Insegnamenti di Giovanni Paolo II*, Vol. XIII/2, Vaticano: Editrice Vaticana, 1992, p. 1559; MAJORANO, S. *La coscienza: per una lettura cristiana*. Milano: San Paolo, 1994, p. 134.

4.4.3.

A dinâmica da reciprocidade na formação das consciências

É importante ressaltar que a pessoa nunca é uma mônada isolada, mas faz parte de uma comunidade humana, incluindo as comunidades naturais como família, parentes, organizações cívicas e religiosas, bem como muitas outras nas quais cada um escolhe se associar. Estas relações comunitárias também afetam a todos.¹⁴⁰

A consciência se estrutura por meio de uma experiência originária de boa relação com os outros que lhe consente de crer na vida e no seu valor promissor. As relações familiares tornam-se aqui decisivas. Através da experiência genitorial da responsabilidade de um mútuo dar e receber é que se desenvolve a dedicação ao outro, bem como o retirar-se para que o outro cresça na sua liberdade. Por esta via de uma saudável relação familiar, a pessoa humana, no seu desenvolvimento, saberá alargar o olhar para o mundo inteiro e abrir-se aos deveres da justiça, do respeito, da reconciliação e da paz. Isto se dá através também da experiência entre irmãos, buscando acolher a diversidade como uma riqueza e desenvolvendo o partilhar e o cooperar com os outros.¹⁴¹

Pois, o conhecimento moral é também um fato social. As convicções das consciências são formadas, as obrigações morais são apreendidas, com as influências de todo o meio social. A princípio, porque não podemos nunca saber tudo sozinho, devemos entregar-nos à ajuda do conhecimento e da competência dos outros. Essencialmente, na maior parte dos casos, buscamos a verdade, confiando na veracidade dos outros.¹⁴²

Ao mesmo tempo, o respeito pela consciência do próximo é condição *sine qua non* ao respeito pela própria consciência. Não existe uma sadia e verdadeira consciência do meu “eu” autêntico, fora da essencial relação com os outros.

¹⁴⁰ Cf. CURRAN, C. Conscience in the light of the Catholic Moral Tradition. In: CURRAN, C. (edit.). *Conscience*. Readings in moral theology n. 14. New York: Paulist press. 2004, p.14.

¹⁴¹ Cf. SVANERA, O. La formazione della coscienza nella Chiesa. *Credere oggi*, ano XXII, n. 2, vol. 128, 2002, p. 102; JOAO PAULO II. Encíclica *Familiaris consortio*. São Paulo: Paulinas, 1981, n. 43.

¹⁴² Cf. GUIDI, S. La struttura ontologica della decisione della coscienza. In: NALEPA, M.; KENNEDY, T. (a cura di). *La coscienza morale oggi: omaggio al prof. Domenico Capone*. Roma: Academiae Alphonsianae, 1987, p. 308; GULA, R. M. The moral conscience. In: CURRAN, C. (edit.). op. cit., p.54-55.

Encontro-me a mim mesmo na medida em que me abro aos outros e a Deus. No entanto, é importante ressaltar que sempre que se vivencia o conflito entre atitudes contrárias, ou quando um desejo e/ou idéia pessoal são contestados pelo “outro”, existe a possibilidade de se criar uma maior clareza das idéias e, por conseguinte, uma maior conscientização.¹⁴³

4.4.4.

A importância do testemunho

Acima de tudo, para o fiel, há a palavra de Deus recebida na comunidade viva. Ocorre não esquecer nunca que ela é sempre o critério fundamental de interpretação da realidade. Decisivo é também a escuta do Magistério da Igreja, feita com sinceridade, em razão da missão particular a ele confiado. Vem depois, o confronto incessante com todos aqueles que podem ajudar-nos para uma aproximação maior à verdade. Na reciprocidade das consciências, nos distanciamos do cego arbítrio. Neste contexto, o deixar-se provocar pelos santos e profetas adquire um valor particular. A busca da verdade advém para Bernhard Häring e outros, através desta reciprocidade. Daí a importância do testemunho dos santos e das pessoas exemplares, que tornam de tal modo autoridade moral para a nossa consciência.¹⁴⁴

O caráter emerge dos hábitos que nós formamos, o qual reflete nos nossos pensamentos, ideais e imagens de vida que internalizamos como resultado de nossas relações interpessoais. Para se formar um bom caráter, não se dá por meio de argumentos simplesmente. Talvez, se fôssemos espíritos incorpóreos, análises abstratas funcionariam. Mas, nós somos pessoas concretas, por isso, aprendemos muito mais, por meio das experiências concretas da vida. Daí a importância para

¹⁴³ Cf. Cf. HÄRING, B. La legge naturale nella luce della legge di Cristo iscritta nei cuori. In: NALEPA, M.; KENNEDY, T. (cure) *La coscienza morale oggi*. Roma: Academiae Alphonsianae, 1987, p. 287; EDINGER, E. F. *A criação da consciência: o mito de Jung para o homem moderno*. São Paulo: Cultrix, 1999, p. 17-18.

¹⁴⁴ Cf. PARISI, F. *Coscienza ed esperienza morale alla luce della riflessione teologico-morale post conciliare in Italia (1965-1995)*. Dissertationis ad Doctoratum. Roma: PUL - Academia Alphonsiana, 2002, p. 119-120; MAJORANO, S. *La coscienza: per una lettura cristiana*. Milano: San Paolo, 1994, p. 155-156.

nós, de estabelecermos boas relações, com pessoas de bom caráter. Pois, o poder do testemunho é aquilo que mais influencia na nossa formação.¹⁴⁵

Portanto, para um amadurecimento e uma boa formação do caráter, não precisamos simplesmente prestar atenção nas regras de uma instrução moral explícita, mas também nas comunidades de vida que nos influenciam. Nas imagens e crenças que estas comunidades reforçam. E as pessoas que personificam o estilo de vida das mesmas comunidades, de tal forma que ao encontrarmos sinceros testemunhos, elas capturem a nossa imaginação para que nós sejamos como elas. Por fim, as decisões que tomamos e as ações que realizamos são função do tipo de caráter que nós desenvolvemos, na situação em que nos encontramos.¹⁴⁶

4.4.5.

A necessidade de uma visão crítica e dialogal

A consciência cristã deve ser sempre empenhada não somente nas individuais relações privadas com os outros, mas também na visão crítica das estruturas sociais de convivência. Não é somente o dever de aceitar o existente, mas também o de modificá-lo. É na consciência solidária que repousam as chances de uma arrancada decisiva para as transformações profundas no campo político, econômico, social e mesmo religioso.¹⁴⁷

A reciprocidade entre as consciências deve constituir hoje uma preocupação fundamental em todos aqueles que acreditam no futuro da humanidade. Para se evitar que as diversidades se degenerem em contraposições cegas e violentas, como o fundamentalismo político e religioso e as suas conseqüentes manipulações, é indispensável formar uma reciprocidade, na busca do diálogo. As diversidades se tornam enriquecimentos e a necessária unidade toma o rosto de comunhão. Neste sentido, a comunidade cristã, em força da sua catolicidade, que significa

¹⁴⁵ Cf. GULA, R. M. The moral conscience. In: CURRAN, C. (edit.). *Conscience*. Readings in moral theology n. 14. New York: Paulist press. 2004, p.56.

¹⁴⁶ Idem.

¹⁴⁷ Cf. CHIAVACCI, E. Coscienza, società, diritti umani. *Credere oggi*, ano XXII, n. 2, vol. 128, 2002, p. 118-119; MOSER, A.; LEERS, B. *Teologia Moral: Impasses e Alternativas*. Coleção Teologia e Libertação. 3a. ed., Petrópolis, Vozes, 1996, p. 147.

universalidade fruto desta comunhão, pode oferecer uma contribuição preciosa para toda a humanidade.¹⁴⁸

Quando a reciprocidade é vivida com convicção, então acontece uma verdadeira qualidade humana em todas as relações. Mas, a consciência é chamada hoje a intensificar a sua reciprocidade também com toda a criação. O exigem não somente a amplitude e a gravidade da problemática ecológica, como também o maior conhecimento antropológico que desenvolvemos. Além disso, somos chamados a pensar com o outro e, especialmente, com o outro que é oprimido.¹⁴⁹

Devemos liberar-nos das ilusões de que a pessoa humana moderna seria um adulto completo. Em termos morais, ninguém pode nunca pretender ter se tornado um adulto completo, alguém que decide sozinho e sempre na tranqüila certeza das suas boas intenções. Ao contrário, em moral, o adulto é aquele que sabe ter necessidade. Deseja que o tenham sempre acordado, sacudido, polido, contestado, para que nasça nele uma verdadeira exigência moral. É também aquele que sabe do dever da sua própria vez de contestar e de cobrar, para que as consciências não se nivelem na rotina ou na cegueira do conformismo. É quem, em suma, sabe que a exigência das inter-relações é permanente, não somente no tempo da dependência infantil, mas para conduzir uma vida adulta mais amadurecida.¹⁵⁰

A complexidade crescente da nossa sociedade produz interações sempre mais fortes e numerosas. Assim, malgrado nosso, acabamos por encontrar-nos, muitas vezes, co-envoltos em manobras eticamente não positivas. Por outro lado, a oração unida a uma reflexão mais atenta e o aconselhar-se com os outros permitem individuar uma maneira prática de compor os diversos valores.¹⁵¹

¹⁴⁸ Cf. MAJORANO, S. *La coscienza: per una lettura cristiana*. Milano: San Paolo, 1994, p. 183.

¹⁴⁹ Cf. JOHNSTONE, B. V. Solidarity and moral conscience: challenges for our theological and pastoral work. *Studia moralia*. Roma, n. 31, 1993, p. 71; MAJORANO, S. *La coscienza: per una lettura cristiana*. Milano: San Paolo, 1994, p. 184-185.

¹⁵⁰ Cf. VALADIER, P. *Elogio della coscienza*. Torino: Società Editrice Internazionale. 1995. p. 145.

¹⁵¹ Cf. MAJORANO, S. op. cit., p. 169 e 175.

4.4.6.

A regra de ouro

A pessoa humana, para que comporte sabedoria, habilidade e competência, tem necessidade de um aprendizado trabalhoso. Para isso, se exercita muito, caindo, muitas vezes, em erros. Mas, para se construir a própria vida é preciso ter a habilidade de um artesão: rigor e paciência, ascese e determinação, escuta dos conselhos do próximo e também solidão nas escolhas, para a busca de realização de sua obra-prima, a própria vida.¹⁵²

No entanto, se uma pessoa leva a sua vida fazendo aquilo que a ela é dito realizar por alguém, simplesmente porque é uma autoridade que diz, ou porque este é o tipo de conduta esperada pelo grupo, esta pessoa nunca faz escolhas morais concretamente por si. Para uma maturidade moral não é suficiente seguir aquilo que os outros nos dizem. Mas, uma pessoa moralmente madura deve ser capaz de perceber, escolher e identificar como agir. Ou seja, nós criamos o nosso caráter e damos sentido às nossas vidas por meio da vivência de nossa liberdade humana, ao não sermos cegos submissos. Não podemos alegar que somos virtuosos, de termos um forte caráter moral ou de dar direção às nossas próprias vidas se nós agimos simplesmente com base naquilo que nos dizem fazer. A maturidade se dá por meio da conquista da liberdade no dia-a-dia.¹⁵³

O fundamental é sempre a regra de ouro: “Não faças aos outros aquilo que não gostarias que os outros te fizessem”. Ou seja, ponha-se no lugar dos outros. Este é um modo prático de assegurar que não se faça exceções fáceis para si mesmo. Você poderá fazer algo numa determinada situação se você permitir que outras pessoas, na mesma situação, façam o mesmo.¹⁵⁴

¹⁵² Cf. BENETOLLO, O. Il problema della formazione della coscienza retta. In: MANICARDI, E.; CAVALCOLI, G.; CASSANI, M.; BENETOLLO, O.; APPI, F.; BARZAGHI, G. *La coscienza morale e l'evangelizzazione oggi: tra valori obiettivi e tecniche di persuasione*. Collana “Clastrum” 11. Bologna: Studio Domenicano, 1992, p. 113-114.

¹⁵³ Cf. GULA, R. M. The moral conscience. In: CURRAN, C. (edit.). *Conscience...*, p.58.

¹⁵⁴ Cf. CURRAN, C. Conscience in the light of the Catholic Moral Tradition. In: CURRAN, C. (edit.). *Conscience...*, p.21.

4.4.7.

A “opção fundamental” na vida do cristão

A teologia moral insistiu, durante os últimos anos, em destacar a importância da categoria “opção fundamental” na estrutura antropológica do dinamismo moral. Trata-se de uma opção decisiva na qual se põe em jogo a pessoa na sua totalidade, dando uma orientação radical à sua vida. Para o cristão, a opção fundamental pode ser identificada com a categoria da “caridade”.¹⁵⁵

Quanto à sua profundidade, a opção fundamental implica toda a pessoa. Mas, pode ser mudada, pois, o ser humano, por suas limitações, não pode determinar sua vida para sempre. No seu desenvolvimento concreto, a opção fundamental não é totalmente definitiva, porque existem casos em que se processa uma mudança, quando, por exemplo, alguém se converte ou muda de orientação de vida. Portanto, ela pode consolidar-se e aprofundar-se ou, também, debilitar-se e regredir.¹⁵⁶

A opção fundamental, como orientação, expressa plenamente a responsabilidade e a capacidade de fazer da própria vida uma resposta de amor a Deus. A situação em que a pessoa se encontra face ao projeto de Deus, através da opção e orientação fundamental, é o espaço ou o âmbito da graça. A graça atua e manifesta seus efeitos na orientação de vida. Possibilita a conversão, na busca da realização do amor.¹⁵⁷

A opção é fundamental porque constitui o fundamento de todo o edifício moral do sujeito. Ela é a decisão pela qual a pessoa determina livre e radicalmente sua relação para com aquilo que a tradição agostiniana e tomista chamam de “fim último”. Portanto, opção fundamental é a atitude humana primordial na qual a pessoa assume o seu dado histórico-pessoal e se autodetermina face a um sentido que, para nós cristãos, é o próprio Deus. Apresenta-se imediatamente como respeito à dignidade de todo ser humano. Configura a personalidade através de atitudes morais e confere à própria existência e ao agir uma orientação básica que

¹⁵⁵ Cf. REJÓN, F. M. *Teología moral desde los pobres*. Madrid: Perpetuo Socorro, 1986, p. 115.

¹⁵⁶ Cf. JUNGES, J. R. *Evento Cristo e ação humana: temas fundamentais da ética teológica*. São Leopoldo: UNISINOS, 2001, p. 144.

¹⁵⁷ *Ibid.*, p. 146.

inspira as decisões concretas, num contexto sociocultural e de acordo com a evolução histórica.¹⁵⁸

A opção fundamental é a expressão primária da vida moral cristã. Nela, a pessoa expressa nuclearmente o seu *ethos*, ou seja, o dinamismo ético de sua vida como sujeito responsável. A opção fundamental cristã é por isso mesmo opção pelo seguimento de Jesus, que se concretiza na realização de um leque de renúncias (Cf. Mt 16,24-28; Lc 14,25-35) e na conformação da vida segundo a imagem de Jesus (Cf. Rm 15,1-3; 2 Cor 8,9; Fl 2,5ss). O fiel faz esta opção por Cristo por meio da fé (Cf. Gal 2,16), que se torna operativa somente através da práxis do amor (Cf. Gal 5,13) sob a guia do Espírito Santo (Cf. Gal 5,25).¹⁵⁹

Portanto, a opção fundamental cristã identifica-se com a existência cristã, numa relação amorosa com Deus, em conformação com Cristo e sob a força do Espírito. Ela é a verificação da experiência paulina: “Já não sou eu que vivo, pois é Cristo que vive em mim” (Cf. Gl 2,20). Como decisão fundamental do cristão, a opção fundamental só pode ser “orientação radical” para Deus. Ora, essa orientação não é mais que a decisão de viver em relação de amizade com Deus, por meio da aceitação radical de Jesus Cristo como quem nuclearmente “condiciona” a compreensão e a realização da existência pessoal.¹⁶⁰

Para perceber o alcance da opção fundamental, faz-se mister situar-se no nível dinâmico da pessoa, ou seja, em sua capacidade de tomar decisões. Caracteriza-se a vida da pessoa por ser vida “escolhida” e “vocacionada”. É isso que indicam o substantivo “opção” e o verbo correspondente “optar”. Os dois termos fazem parte do universo do discernimento entre diversas alternativas e da decisão, à medida que se implica o sujeito na alternativa escolhida. Por essa decisão fundamental é que os atos da pessoa ganham sentido. Sendo assim, pode-se condensar o alcance antropológico da opção fundamental dizendo que ela representa a orientação e direção de toda a vida rumo ao fim. A noção

¹⁵⁸ Cf. VIDAL, M. *Moral de opção fundamental e atitudes*. São Paulo: Paulus, 1999, p. 144; p. 148-151; JUNGES, J. R. op. cit., p. 147-149.

¹⁵⁹ Cf. VIDAL, M. op. cit., p. 146-147; ALVAREZ-VERDES, L. L'ennomia cristica come principio di flessibilità nella prassi morale: approccio ermeneutico a 1 Cor 9, 19-23. In: NALEPA, M.; KENNEDY, T. (a cura di). *La coscienza morale oggi: omaggio al prof. Domenico Capone*. Roma: Academiae Alphonsianae, 1987, p. 84.

¹⁶⁰ Cf. VIDAL, M. op. cit., p. 144-145.

antropológica de opção fundamental vincula-se ao sentido mais profundo da liberdade humana.¹⁶¹

Trata-se de uma decisão fundamental que condiciona, como intenção básica, todos os outros atos. É entrega totalizante de si mesma: é o “sim” ou o “não” da pessoa. Consiste numa decisão fundamental de entrega (de fé: aceitar o outro) ou de fechamento (fazer sua própria história, endeusamento; egoísmo; soberba). A opção por uma ou outra direção não é sem conseqüências para todo o futuro, o influencia de modo determinante. Não pode ser considerada simples conclusão racional. Nela age sempre também a liberdade, o “dispor de si” que a pessoa humana não apóia somente na razão. Em tal processo, é presente e participa de vários modos, todo o sujeito. Não somente os seus conhecimentos, convicções e atitudes morais (virtudes ou vícios), mas também as suas possibilidades físicas, as atitudes psicofísicas ligadas ao caráter ou à evolução da personalidade (p.ex., atenção, capacidade de decisão, espírito de iniciativa, força psíquica, resistência ao cansaço e às tentações, fantasias, etc.) e também a força condicionante das relações sociais imediatas e as pressões ambientais, etc.¹⁶²

4.4.8.

Conclusão

Cada pessoa consciente e livre, agindo numa série de escolhas, realiza seus projetos históricos que o inserem no horizonte de uma decisão fundamental, tida como pró ou contra Deus. Para o cristão, iluminado pela fé e animado pelo amor-caridade, a opção fundamental, que deve estar ao fundo de todas as suas decisões éticas, consiste crer de não poder se salvar sem Cristo, tomando este “poder se salvar” no sentido pleno de realizar a sua vocação humana. Ela requer o ser

¹⁶¹ Cf. VIDAL, M. *Moral de opção fundamental e atitudes*. São Paulo: Paulus, 1999, p.143.

¹⁶² Id., ibid., p. 128; AUBERT, J.-M. *Coscienza e legge*. In: LAURET, Bernard; REFOULÉ, F. *Iniziazione alla pratica della teologia*. Vol. IV, Brescia: Queriniana, 1986, p. 220; PETRÀ, B. *La coscienza “nello Spirito”*: per una comprensione cristiana della coscienza morale. Milano: O. R. Edizioni, 1993, p. 14-15.

humano como um todo: coração-alma-mente-força. E requer em cada atividade sua, em cada relação sua, sem excluir alguma.¹⁶³

Devemos temer não tanto o inferno da culpa, mas o deserto da vida sem caridade. Pois, Deus tem um projeto de amor para o mundo e nos chama a realizá-lo. “Se me amais observareis os meus mandamentos” (Cf. Jo 14,15); “se observais os meus mandamentos permanecereis no meu amor” (Cf. Jo 15,10). “Se me amais”: eis a escolha, a opção fundamental. Mas ela não tem nem pode ter lugar outro que nas escolhas, nas opções categoriais, no observar os vários mandamentos. Contudo, o amor ao próximo não deve ser um mandamento, por assim dizer, imposto de fora, mas uma consequência resultante da fé que se torna operativa pelo amor (Cf. Gl 5,6). Portanto, a transformação em Cristo exige que a vontade humana busque concretamente sempre mais a vontade divina.¹⁶⁴

A resposta humana ao amor de Deus, o encontro com este não deixa a pessoa humana sem mudanças, imóvel, mas influencia até a sua relação mais profunda consigo mesmo, experimentável na consciência. Por isso, a consciência deve ser sempre movida e inspirada pelo amor. É esta a sua vocação fundamental, enquanto núcleo central e íntimo da pessoa. E esta deve ser também a sua “opção fundamental”, que determina todas as outras.¹⁶⁵

¹⁶³ Cf. BORGHI, E.; BUZZI, F. *La coscienza di essere umani: percorsi biblici e filosofici per un agire ético*. Milano: Ancora, 2001. p. 112; AUBERT, J.-M. *Coscienza e legge...*, p. 221; GIOVANNI, A. L’opzione fondamentale nella Bibbia. In: ASSOCIAZIONE BIBLICA ITALIANA. *Fondamenti biblici della teologia morale: atti della XXII Settimana Biblica*. Brescia: Paideia, 1973, p. 69.

¹⁶⁴ Cf. BENTO XVI. Carta Encíclica *Deus Caritas Est*. São Paulo: Paulinas, 2006, n. 28 a, p. 59; GIOVANNI, A. L’opzione fondamentale nella Bibbia. In: ASSOCIAZIONE BIBLICA ITALIANA. *Fondamenti biblici della teologia morale: atti della XXII Settimana Biblica...*, p. 73; SVANERA, O. La formazione della coscienza nella Chiesa. *Credere oggi*, ano XXII, n. 2, vol. 128, 2002, n. 40, p. 112; MAZZOCATO, G. Senso di colpa e pentimento. *Servitium*. n. 137, 2001, p. 79; ROCCA, G. *Coscienza, libertà e morale: risposte ai giovani e agli educatori*. 4. e. Roma: Città Nuova, 2000. p. 46; PETRÀ, B. *La coscienza “nello Spirito”*: per una comprensione cristiana della coscienza morale. Milano: O. R. Edizioni, 1993, p. 72.

¹⁶⁵ Cf. CASSANI, M. La coscienza morale nella riflessione teologica contemporanea. In: MANICARDI, E.; CAVALCOLI, G.; CASSANI, M.; BENETOLLO, O.; APPI, F.; BARZAGHI, G. *La coscienza morale e l’evangelizzazione oggi...*, p. 104; RÖMELT, J. *La coscienza: un conflitto delle interpretazioni*. Roma: Academiae Alphonsianae, 2001. p. 124; MOLINARO, A. *Libertà e coscienza: saggi etica filosofica e teologica*. Roma: PUL/Città Nuova, 1977, p. 138.

4.5.

Desafios atuais para a consciência moral

4.5.1.

Introdução

A experiência ética mais original e legítima da consciência é o fato de deixar-se interpelar. Isso acontece quando a vontade de Deus, o rosto de uma pessoa, uma determinada situação interpelam a consciência a sair de si e a fazer algo para responder ao apelo de Deus, para defender e promover a dignidade do outro ou para transformar uma situação injusta. O que interpela é a vontade de Deus ou o valor moral que lateja no rosto do outro ou na realidade a ser transformada e que exige ser realizado. Trata-se de deixar-se tocar pela situação do outro ou de solidarizar-se com ele. Pois, a emergência da consciência moral está intimamente ligada à emergência da alteridade. A consciência moral é, antes de mais nada, lugar de interpelação.¹⁶⁶

Neste sentido, não se pode responder à questão da salvação prescindindo-se da historicidade e da natureza social do homem. É na história que ele deve realizar sua salvação, à medida em que a encontra ofertada na história e nela a acolhe. Um diálogo com o mundo pós-cristão pressupõe da parte da Igreja, do cristianismo em geral, contato em nível sociológico com a realidade do mundo em evolução e uma reflexão teológica aberta e corajosa, que saiba ler e interpretar o fenômeno chamado “sinais dos tempos”.¹⁶⁷

Ler os “sinais dos tempos” significa entrar em contato com a problemática da historicidade do ser humano, assumir os valores das realidades terrestres, para possibilitar um autêntico diálogo entre a religião e o mundo. Como a Igreja é o lugar teológico da verdade “presente” do Evangelho, ela deve buscar sempre o testemunho da economia da salvação inserida na história. O tempo lhe oferece

¹⁶⁶ JUNGES, J. R. *Evento Cristo e ação humana*. São Leopoldo: UNISINOS, 2001, p. 166.

¹⁶⁷ RAHNER, Karl. *Curso fundamental da fé*. São Paulo: Paulus, 2. e., 1989, p. 56-57; CHENU, M.-D. Realidade terrestre e mundo do trabalho. In: V.V. A. A. *Deus está morto? Religião e ateísmo num mundo em mutação*, Petrópolis: Vozes, 1970, p. 57.

“sinais” da expectativa atual do Messias, sinais da coerência do Evangelho com a esperança do mundo.¹⁶⁸

Foi o Papa João XXIII, sobretudo na Encíclica *Pacem in terris*, a chamar a atenção da importância desta perspectiva. É esta entre as mais caras à práxis cristã, depois do Vaticano II. Como afirma a *Gaudium et spes*, n. 4, “A Igreja, a todo momento, tem o dever de perscrutar os sinais dos tempos e interpretá-los à luz do Evangelho, de tal modo que possa responder, de maneira adaptada a cada geração, às interrogações eternas sobre o significado da vida presente e futura e de suas relações mútuas”.¹⁶⁹

Os sinais dos tempos são mesmo recobertos pela ambigüidade e contradição, porque na história fica sempre presente como ameaça e risco o pecado. Daí a necessidade de interpretar corretamente à luz do Evangelho os diversos acontecimentos que indicam a direção da vida pessoal e também comunitária. É preciso também evidenciar e valorizar com empenho os conteúdos que trazem esperança.¹⁷⁰

Como sinais dos tempos, trazemos a seguir, alguns desafios para a vivência de uma consciência moral cristã, face à realidade do mundo contemporâneo.

4.5.2.

Consciência e justiça social

Podemos criar uma sociedade, um mundo mais justo, mas nem sempre queremos e não o fazemos apesar dos apelos e instrumentos ao nosso alcance. À medida que, pela omissão ou indiferença, pelo conformismo ou covardia, nos rendemos a esta situação ou com ela tacitamente pactuamos, nos tornamos co-responsáveis dessa injustiça que oprime e provoca violências. A América Latina

¹⁶⁸ CHENU, M.-D. Realidade terrestre e mundo do trabalho. In: V.V. A. A. *Deus está morto? Religião e ateísmo num mundo em mutação*, Petrópolis: Vozes, 1970, p. 58; 67.

¹⁶⁹ Cf. Constituição pastoral *Gaudium et spes*, n. 4 e 11. In: CONCILIO ECUMÊNICO VATICANO II. *Compêndio do Vaticano II: Constituições, Decretos e Declarações* (Organizado por VIER, F.; KLOPPENBURG, B.). 25. ed. Petrópolis: Vozes, 1996; ; Carta encíclica *Pacem in terris*, n. 39-45; 75-79; 125-128 e 141-144. In: JOÃO XXIII. *Documentos de João XXIII (1958-1963)*. Coleção Documentos da Igreja. São Paulo: Paulus, 1998; MAJORANO, S. *La coscienza: per una lettura cristiana*. Milano: San Paolo, 1994, p. 158-159; BACH, J. M. *Consciência e identidade moral*. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 107 e 161.

¹⁷⁰ Cf. MAJORANO, S. *La coscienza: per una lettura cristiana*. Milano: San Paolo, 1994, p. 160-161.

tem hoje, ao lado de uma faixa modernizante da população, uma imensa maioria que vive em um contexto pré-moderno de analfabetismo e ignorância, pobreza, falta de saúde, desemprego e fome. Estes fenômenos encontram suas causas profundas e estruturais na inaceitável estratificação de nossa sociedade, consequência em parte do próprio modelo de modernização vigente entre nós. Esta foi uma das temáticas centrais tanto em Medellín quanto em Puebla.¹⁷¹

A realização do Reino está necessariamente relacionada com a luta contra a injustiça. Por isso, a Igreja precisa marcar sua presença e atuação profética de acordo com opções evangélicas dentro dessa situação de gritante injustiça social, oferecendo seu serviço e sua efetiva participação na transformação da sociedade pelo bem dos empobrecidos e excluídos.¹⁷²

Como afirma o Papa Bento XVI, na Encíclica *Deus caritas est*, n. 28:

A Igreja não pode nem deve tomar nas suas próprias mãos a batalha política para realizar a sociedade mais justa possível. Não pode, nem deve colocar-se no lugar do Estado. Mas também não pode, nem deve ficar à margem na luta pela justiça. Deve inserir-se nela pela via da argumentação racional e deve despertar as forças espirituais, sem as quais a justiça, que sempre requer renúncias também, não poderá afirmar-se, nem prosperar. A sociedade justa não pode ser obra da Igreja; deve ser realizada pela política. Mas toca à Igreja, e profundamente, o empenhar-se pela justiça trabalhando para a abertura da inteligência e da vontade às exigências do bem.¹⁷³

O ponto de partida deve ser a pessoa humana mutilada, oprimida, excluída por uma situação gritante de injustiça, fruto de um sistema sócio-econômico e político-cultural que concentra a riqueza nas mãos de poucos. A luta deve ser não apenas contra a dor, o sofrimento, o fracasso e a morte, mas contra as forças do mal que penetram nos corações e produzem no mundo de hoje sempre novas formas de escravidão, exploração, falsidade e violência.¹⁷⁴

A pobreza é um fator desumanizador, tanto do indivíduo como da família e do grupo social. Por isso, João Paulo II, na Encíclica *Redemptor hominis*, n. 8, constata que a nossa realidade, o mundo da nova época, “o mundo dos vãos

¹⁷¹ Cf. AZEVEDO, M. *Entroncamentos e entrechoques...* São Paulo: Loyola, 1991, p. 63 e 77.

¹⁷² Cf. SOBRINO, J. *Cristologia a partir da América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1983, p. 144; SOUZA, N. Evolução histórica para uma análise da pós-modernidade. In: TRASFERETTI, J.; GONÇALVES, P. S. L. (Orgs.) *Teologia na pós-modernidade – abordagens epistemológica, sistemática e teórico-prática*. Paulinas: São Paulo, p. 138-139.

¹⁷³ Cf. BENTO XVI. Carta Encíclica *Deus Caritas Est*. São Paulo: Paulinas, 2006, n. 28 a, p. 49-50.

¹⁷⁴ Cf. MOSER, A.; LEERS, B. *Teologia Moral: Impasses e Alternativas*. Coleção Teologia e Libertação. 3. e., Petrópolis: Vozes, 1996, p. 177.

cósmicos, o mundo das conquistas científicas e técnicas, jamais alcançadas anteriormente” é um mundo que geme e sofre. Mas, a Modernidade parece ignorar as grandes maiorias empobrecidas.¹⁷⁵

O inimigo contra o qual precisamos hoje combater, no continente latino-americano, não é o ateísmo e o problema do “não-Deus”. Mas aquele ainda mais elementar, o problema do “não-homem”. Por outro lado, a ciência hoje dispõe de um conceito limitado da vida humana, apenas no sentido biológico, reduzindo-o a uma visão funcional dos órgãos. Dessa forma, o ser humano passou a ser concebido simplesmente como matéria-prima, como um produto biológico manipulável. A visão que se tem hoje é de que a dignidade da vida não é mais inviolável. Daí, a missão da Igreja em mostrar que ser pessoa é um mistério que todos devem respeitar na sua transcendência.¹⁷⁶

Toda forma de violência contra o ser humano e de dominação abusiva contra as demais criaturas é um tipo de injustiça. Neste sentido, somos confrontados com dois tipos de injustiças: a social e a ambiental. A injustiça social afeta diretamente as pessoas e as instituições sociais. A injustiça ambiental as afeta indiretamente, mas com conseqüências perversas imediatas, já que a deterioração da qualidade de vida ambiental gera tensões sociais, violência, enfermidades, desnutrição e até a morte. Um mínimo de justiça ambiental é imprescindível para haver uma justiça social mínima. No entanto, não há nada de mais antiecológico e que ecoe tão forte em nossos ouvidos do que o grito da miséria, da fome e da pobreza humana.¹⁷⁷

¹⁷⁵ Cf. JOÃO PAULO II. Encíclica *Redemptor hominis*. São Paulo: Loyola, 1979, n. 8; DUSSEL, E. *Caminhos da libertação latino-americana*. São Paulo: Paulinas, 1989, p. 59; VIDAL, M. La solidaridad: nueva frontera de la teología moral. *Studia moralia*. Roma, vol. I, n. 23, p. 106.

¹⁷⁶ Cf. SANNA, I. L’antropologia della postmodernità e la coscienza cristiana. *Studia moralia*, Roma, n. 40, 2002, p. 335.

¹⁷⁷ Cf. ARAUJO, J. W. C. *Exigências éticas de uma co-responsabilidade com a criação – uma proposta de ética ecológica*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2001, p. 74 e 91; PEGORARO, O. A. *Ética e justiça*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 127.

4.5.3.

Consciência e crise ecológica*

O debate sobre a agressão ao meio ambiente é uma questão ética fundamental nos dias de hoje. Como afirma B. Häring:

A ecologia é inserida no âmbito dos grandes problemas da humanidade. E os cristãos devem sentir-se diretamente responsáveis em relação ao futuro das gerações vencendo esta autêntica batalha em curso contra o ambiente. Não pode existir uma paz entre os homens se estes não vivem em paz com toda a criação, e vice-versa.¹⁷⁸

Por trás de nossos problemas ambientais, não estão apenas a ação de poluidores ou a falta de consciência ambiental. Estão também atitudes e valores de quem julga natural explorar o meio-ambiente e os nossos semelhantes somente para acumular lucros crescentes, sem se importar com as agressões ambientais e os problemas sociais que gera. Ou seja, atrás de cada agressão à natureza, estão interesses socioeconômicos, como reflexos da injustiça e da desarmonia das relações entre os indivíduos da própria espécie. Portanto, a atual relação de nossa espécie com a natureza é apenas um reflexo do estágio de desenvolvimento das relações humanas. Não existe coerência em quem ama os animais e as plantas, mas explora, humilha e discrimina os semelhantes.¹⁷⁹

A crise ecológica aponta para a decadência do atual paradigma de intervenção no meio ambiente e de convivência entre os seres humanos e destes com a natureza. A situação de fome, pobreza e injustiça de multidões de seres humanos é a face social da crise ecológica. Trata-se de uma crise de civilização, de valores e das relações humanas entre as pessoas, os povos, e das relações entre estes com a natureza. Ela não diz respeito apenas às várias formas de poluição, nem mostra apenas o fracasso das relações seres humanos - criação, mas o fracasso dos sistemas econômicos, políticos e sociais vigentes. O estilo de desenvolvimento

* Para maior elucidação do tema, ver: ARAUJO, J. W. C. *Exigências éticas de uma co-responsabilidade com a criação...* Dissertação de Mestrado, PUC-Rio, 2001, 130 p. Veja também do mesmo autor: Por uma nova ética. *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis, 2004, p. 128-140; Criação: sacramento de Deus. *Grande Sinal*. Petrópolis, 2002/4, jul.-ag., p. 423-437; Francisco de Assis e as criaturas. *Grande Sinal*. Petrópolis, 2003/3, p. 271-277.

¹⁷⁸ Cf. HÄRING, B. *Mi experiencia con la Iglesia*. Madrid: PS Edit., 1990, p. 186.

¹⁷⁹ Cf. BERNA, V. S. D. *Pensamento ecológico: reflexões, críticas sobre meio ambiente, desenvolvimento sustentável e responsabilidade social*. São Paulo: Paulinas, 2005, p. 17-21 e 25-26.

atual se caracteriza por não reconhecer na natureza valores que não sejam os que sirvam ao ser humano. Coloca-se a ênfase na utilidade que determinados recursos podem ter ou não.¹⁸⁰

O que nós temos feito com a natureza é uma demonstração clara de um domínio irresponsável e de uma arrogância e orgulho que se colocam no extremo oposto do que significa ser imagem de Deus. O domínio depredador, abusivo, meramente instrumentalizador do mundo, não constitui uma administração responsável. O progresso obtido tem beneficiado somente a uma minoria em detrimento da maioria. Um progresso de tipo mecanicista e tecnocrático que ameaça a sobrevivência mesma da espécie humana. Trata-se de uma sociedade na qual o ser humano é visto essencialmente como um ser de necessidades que devem ser satisfeitas e, por isso, um ser de consumo que prima pela valorização do provisório e do descartável. Se quisermos frear a destruição da natureza, teremos que modificar as relações econômicas e sociais da sociedade humana.¹⁸¹

Como afirma Häring:

O ser humano científico, tecnológico dos dias de hoje é o mais hábil manipulador da natureza. Enquanto acumula um enorme capital monetário e constrói sempre novos maquinários industriais e novas auto-estradas, ele esquece de administrar sabiamente o que lhe é fornecido pela natureza... Por outro lado, a exploração bárbara dos recursos indispensáveis e não renováveis acontece da mesma forma que a exploração de um ser humano pelo outro. E assim, o mundo industrial moderno supera o limite de tolerância da natureza e da subsistência humana. Explora a natureza de uma maneira tal que bloqueia o caminho em direção a um futuro vivível pela humanidade.¹⁸²

Nada vive isolado na natureza. Assim como exercemos influência sobre o

¹⁸⁰ Cf. ARAUJO, J. W. C. *Exigências éticas de uma co-responsabilidade com a criação – uma proposta de ética ecológica*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2001, p. 74-76 e 79; JUNGES, J. R. *Ética ecológica: antropocentrismo ou biocentrismo? Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, n. 89, jan. / abr. – 2001, p. 48; MOSER, A. *Teologia moral – desafios atuais*. Ed. Vozes, Petrópolis, 1991, p. 153; Id. *A ecologia a partir de uma perspectiva ética*. In: BEOZZO, J. O. (Org.). *Vida, clamor e esperança*. São Paulo: Loyola, 1992, p. 250; REGIDOR, J. R. Ressarcir os povos e a natureza – em busca de uma reconversão sócio-ecológica da sociedade. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, n. 52, fasc. 205, março de 1992, p. 39; TORRE, M. A. *Ecología y moral – la irrupción de la instancia ecológica en la ética de Occidente*. Bilbao: Desclée de Brower, 1993, p. 25- 38.

¹⁸¹ Cf. ARAUJO, J. W. C., op. cit., p. 80-81; SIQUEIRA, J. C. *Ética e meio ambiente*. São Paulo: Loyola, 1998, p. 20; BERNAL, V. S. D. *Pensamento ecológico: reflexões, críticas sobre meio ambiente, desenvolvimento sustentável e responsabilidade social*. São Paulo: Paulinas, 2005, p. 12; RUBIO, A. G. *Unidade na Pluralidade*. São Paulo: Paulinas, 1989, p. 452; MOLTSMANN, Jürgen. *Deus na criação: doutrina ecológica da criação*. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 47.

¹⁸² Cf. HÄRING, B. *Livres e fiéis em Cristo: teologia moral para sacerdotes e leigos*. Vol. III. São Paulo: Paulinas, 1984, p. 169.

meio, somos influenciados por ele. Um ser depende do outro para sobreviver. Para o conjunto de vida do planeta, não existem seres mais ou menos importantes. O que realmente importa é a rede de relações mantidas por todos os seres vivos entre si e com o meio em que vivem. Rompida esta "teia", ou diminuída em sua capacidade, a vida corre perigo. Portanto, o ser humano é mais um membro do ecossistema global, um cidadão do planeta. As outras criaturas possuem também um “valor reconhecível”, em função do “todo biótico”. Ele ocupa o cume da pirâmide do real, mas os demais seres ostentam também um valor próprio.¹⁸³

Cada pessoa é plasmada nas mãos de Deus, pela argila da história e recebe um sopro divino. Por outro lado, a realidade humana é “existência-com” seus semelhantes humanos, vegetais e animais e com toda a natureza. Se nós somos seres-no-mundo, integrados na realidade global que nos rodeia, a deterioração do entorno natural afeta gravemente a nossa estrutura pessoal. Somos um ser de relações ilimitadas, juntamente com outros no mesmo mundo e no mesmo Cosmos; somente nos realizamos na medida em que somos “para os outros”, saímos de nós mesmos e nos relacionamos com os demais.¹⁸⁴

Por isso, o ser humano vive eticamente quando renuncia estar sobre os outros para estar junto com os outros. Quando se faz capaz de entender as exigências do equilíbrio ecológico e quando, em nome do equilíbrio, impõe limites a seus próprios desejos. O ser humano é ético somente enquanto a vida, como tal, é sagrada para ele, a das plantas e a dos animais tanto quanto a dos seus companheiros e enquanto se devota a toda forma de vida que necessita de ajuda.¹⁸⁵

¹⁸³ Cf. ARAUJO, J. W. C. *Exigências éticas de uma co-responsabilidade com a criação – uma proposta de ética ecológica*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2001, p. 93; TORRE, M. A. *Ecología y mora – la irrupción de la instancia ecológica en la ética de Occidente*. Bilbao: Desclée de Brower, 1993, p. 94; PEÑA, J. L. R. de la. *Teología da criação*. Ed. Loyola, São Paulo, 1989, p. 175 – 177; SOSA, N. M. *Ecología e ética*. In: VIDAL, Marciano. *Ética teológica – conceitos fundamentais*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 789; BERNA, V. S. D. *Pensamento ecológico: reflexões, críticas sobre meio ambiente, desenvolvimento sustentável e responsabilidade social*. São Paulo: Paulinas, 2005, p. 25.

¹⁸⁴ Cf. ARAUJO, J. W. C. op. cit., p. 94; PEGORARO, O. A. *Ética e justiça*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 126; JUNGES, J. R. *Ética ecológica: antropocentrismo ou biocentrismo? Perspectiva Teológica*, n. 89, jan. / abr. – 2001, p. 52; PETRÀ, B. *La coscienza “nello Spirito”*. Milano: O. R. Edizioni, 1993, p. 29.

¹⁸⁵ Cf. ARAUJO, J. W. C. op. cit., p. 74-75; SOBRINHO, J. Vasconcelos. *Catecismo da Ecologia*. 3. e., Petrópolis: Vozes, 1982, p. 133.

4.5.4.

O desafio do individualismo e das suas manipulações

Na cultura moderno-contemporânea, há uma centralidade do indivíduo, considerada como sujeito de direitos, decisões e ações. O indivíduo é visto com a sua inteligibilidade e legitimação sem necessária referência ao grupo ou dependência dele. Há, pois, uma ênfase sobre a formação da consciência individual e a responsabilidade pessoal. Mas, o contraste entre atitudes e interesses individuais pode levar à competitividade, à falta de solidariedade, no contexto da “ideologia do individualismo”.¹⁸⁶

Além disso, o ser humano é um ser manipulável, sendo que as principais formas manipuladoras são: manipulação da cultura, da arte, da educação e de todos os processos culturais; manipulação da comunicação social, opinião pública, propaganda e publicidade; manipulação social em suas várias vertentes: econômica, política e ideológica e manipulação da atitude religiosa. Todas estas formas se unificam na elaboração de um “tipo de homem” que melhor se acomode para os fins que o manipulador persegue. No contexto contemporâneo, a forma privilegiada de manipulação é a de caráter social. A “unidimensionalidade” socialmente manipulada vem a ser o núcleo originário de todas as forças manipuladoras do ser humano atual. A consciência moral manipulada é uma consciência acrítica ou heterônoma, seu centro de decisão está fora dela mesma. A formação moral é o pressuposto indispensável para imunizar a consciência frente aos ataques manipuladores.¹⁸⁷

Ao mesmo tempo, o pecado maior e mais comum hoje talvez seja o de que, mesmo podendo conhecer a Deus, as pessoas não querem adorar a Deus como Deus e não reconhecem isso. Neste sentido, há algo de desconcertante na existência humana, pois, mesmo desejando o bem, eis que buscamos praticar o mal (Cf. Rm 7, 25; 12, 17.21; 1 Cor 10,6). Há uma preferência pela auto-suficiência, uma rejeição ao diálogo com Deus e com os irmãos e uma deturpação do relacionamento com a própria natureza. No nosso orgulho, quereremos uma

¹⁸⁶ Cf. AZEVEDO, M. *Entroncamentos e entrechoques*. São Paulo: Loyola, 1991, p. 106.

¹⁸⁷ Cf. VIDAL, M. *El discernimiento ético: hacia una estimativa moral cristiana*. Madrid: Cristiandad. 1980, p. 111-113; 118-121.

autonomia total, viramos as costas para Deus, até cairmos em si e nos descobrirmos impotentes, indigentes, desamparados, nus (cf. Gn 3), enfim entregues às próprias fraquezas.¹⁸⁸

O individualismo surge antes de tudo da falta de vontade de conversão e da resistência contra a renovação da vida eclesial e social. Ele não somente diminui a dignidade da consciência pessoal, como também cria estruturas pecaminosas. E ninguém é imune da contaminação que irrompe das estruturas e condições sociais e culturais corrompidas. É sempre mais difícil a conversão individual do coração sob as pressões de um universo envolvente que não se converte. Os vincos ideológicos e a manipulação da informação em macroescala debilitam e deformam, quando não totalmente anestesiavam a consciência do indivíduo. Daí a necessidade de se buscar uma firme decisão na solidariedade da salvação.¹⁸⁹

Diante do outro, ninguém pode ficar indiferente. Tem que tomar posição. Mesmo não tomando posição, silenciando e mostrando-se indiferente, isto já é uma posição. Pode fechar-se ou abrir-se ao outro, pode querer dominar o outro, pode entrar numa aliança com ele, pode negar o outro como alteridade, não o respeitando, mas incorporando-o, submetendo-o ou, simplesmente, destruindo-o. E a nossa conversão significa abrir os olhos da consciência para as diversas situações de privações pelas quais passam muitos de nossos irmãos.¹⁹⁰

Numa época em que o individualismo e a mentalidade de “cada um por si” crescem na medida em que crescem as posses e o status social, também o compromisso corre o perigo de definhando-se num espiritualismo egocêntrico e estéril. Tal egoísmo fechado forma uma contradição flagrante com o compromisso de Jesus com seu Pai, dedicando sua vida ao serviço dos irmãos e libertando-os de

¹⁸⁸ Cf. PETRÀ, B. *La coscienza “nello Spirito”: per una comprensione cristiana della coscienza morale*. Milano: O. R. Edizioni, 1993, p. 36; VIDAL, M. *Moral de opção fundamental e atitudes*. São Paulo: Paulus, 1999, p. 151-152; HÄRING, B. La legge naturale nella luce della legge di Cristo iscritta nei cuori. In: NALEPA, M.; KENNEDY, T. (a cura di). *La coscienza morale oggi: omaggio al prof. Domenico Capone*. Roma: Academiae Alphonsianae, 1987, p. 284; AGOSTINI, N. *Ética Cristã e desafios atuais*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 127-133.

¹⁸⁹ Cf. HÄRING, B. La legge naturale nella luce della legge di Cristo. In: NALEPA, M.; KENNEDY, T. (a cura di). *La coscienza morale oggi: omaggio al prof. Domenico Capone*. Roma: Academiae Alphonsianae, 1987, p. 291; AZEVEDO, M. *Entroncamentos e entrelagos – vivendo a fé em um mundo plural*. São Paulo: Loyola, 1991, 232 p., p. 59-60.

¹⁹⁰ Cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Roteiro para as celebrações da Quaresma e Tríduo Pascal 2003*. Brasília: Scala, 2003, p. 14.

todos os males.¹⁹¹

A pergunta do Senhor “que fizeste?”, à qual Caim não se pode esquivar (Cf. Gn 4), é dirigida também a nós hoje, para que tomemos consciência da amplitude e gravidade dos atentados à vida que continuam a registrar-se na história da humanidade. É preciso que tomemos consciência das múltiplas causas que geram e alimentam estes atentados a fim de refletirmos com extrema seriedade sobre as consequências que derivam para a existência das pessoas e dos povos.¹⁹²

A mentalidade individualista e utilitarista obscurece a solidariedade e a gratuidade. Reforçada pelo consumismo, pela busca do prazer hedonista, essa mentalidade se torna dificilmente permeável ao Evangelho. E assim, o ser humano entregue à própria sorte padece as consequências do pecado como estrutura pessoal e social, provocando sofrimento, opressão, morte e ficando impedido de realizar a vocação de amor para a qual Deus o chamou.¹⁹³

Como afirma João Paulo II, na Encíclica *Evangelium vitae*, n. 10:

Como não pensar na violência causada à vida de milhões de seres humanos, especialmente crianças, constrangidos à miséria, à subnutrição e à fome, por causa da iníqua distribuição das riquezas entre os povos e entre as classes sociais? Ou na violência inerente às guerras, e ainda antes delas, ao escandaloso comércio de armas, que favorece o torvelinho de tantos conflitos armados que ensangüentam o mundo? Ou então na sementeira de morte que se provoca coma imprudente alteração dos equilíbrios ecológicos, com a criminosa difusão da droga, ou com a promoção do uso da sexualidade segundo modelos que, além de serem moralmente inaceitáveis, acarretam ainda graves riscos para a vida? É impossível registrar de modo completo a vasta gama das ameaças à vida humana, tantas são as formas, abertas ou camufladas, de que se revestem no nosso tempo!¹⁹⁴

4.5.5.

Consciência e Evangelização

Evangelizar é primeiramente ajudar a pessoa ou a sociedade a pôr-se no caminho do encontro profundo consigo, com o próximo, com a natureza e com Deus. A evangelização confere ao fiel uma nova e mais profunda consciência de

¹⁹¹ Cf. MOSER, A.; LEERS, B. *Teologia Moral: Impasses e Alternativas*. Coleção Teologia e Libertação. 3. e., Petrópolis: Vozes, 1996, p. 184-185.

¹⁹² Cf. JOÃO PAULO II. Carta Encíclica *Evangelium vitae*, São Paulo: Paulinas, 1995, n.10.

¹⁹³ Cf. JUNGES, J. R. *Evento Cristo e ação humana – temas fundamentais de ética teológica*. São Leopoldo: Unisinos, 2001, p. 97; MOSER, A. *Moral e cultura: entre o diálogo e o etnocentrismo*. In: ANJOS, M. F. (Coord.) *Teologia moral e cultura*. Aparecida: Santuário, 1992, p. 77.

¹⁹⁴ Cf. JOÃO PAULO II. Carta Encíclica *Evangelium vitae*, São Paulo: Paulinas, 1995, n. 10.

si, da própria identidade e vocação centradas em Cristo. Mostrando-lhe o indicativo da sua salvação, confere novo significado e novas dimensões também ao imperativo do seu agir moral.¹⁹⁵

A evangelização põe a pessoa humana frente a Cristo, apresentado e proposto como pessoa por excelência, o protótipo de toda a humanidade. Um modelo que com as suas palavras e, sobretudo com os seus gestos e atitudes, provoca, questiona, faz refletir. E que se acolhido na fé exige do fiel e incessantemente o força a buscar uma conversão e santificação.¹⁹⁶

Hoje, a vida eclesial é tomada por um número significativo de “pertencentes parciais”. Daí, a necessidade de uma nova evangelização, com o objetivo de se alcançar uma maior maturidade das consciências cristãs, tornando os conteúdos do Evangelho mais eficazes. O problema não é simplesmente o de se enfatizar o conhecimento das leis morais. Aquilo que se torna sempre mais indispensável é o efetivo resplandecer das consciências, tendo em vista o centro pascoal do anúncio cristão. Pois, o compromisso dos cristãos encontra a sua forma real no fazer o que Jesus fez. Mas, o compromisso depende da maturidade de cada um, conforme os parâmetros de sua responsabilidade e força de decisão.¹⁹⁷

A evangelização conscientizadora implica numa ação evangelizadora que propicie o despertar do ser humano para um nível crítico e responsável, criativo e aberto, sempre pronto a redescobrir o seu lugar e o sentido dos acontecimentos. Isto requer um engajamento lúcido a favor da vida, fazendo da opção pelos pobres ao mesmo tempo seu desafio primordial e a condição de sua conversão. No entanto, esta opção, que funde seus valores no Evangelho, deve ser interpretada como uma opção preferencial, porém não exclusiva, nem excludente, entendendo

¹⁹⁵ Cf. CASSANI, M. La coscienza morale nella riflessione teologica contemporanea. In: MANICARDI, E.; CAVALCOLI, G.; CASSANI, M.; BENETOLLO, O.; APPI, F.; BARZAGHI, G. *La coscienza morale e l'evangelizzazione oggi: tra valori boietivi e tecniche di persuasione*. Collana “Clastrum” 11. Bologna: Studio Domenicano, 1992, p. 111; AZEVEDO, M. *Entroncamentos e entrechoques*. São Paulo: Loyola, 1991, p. 84.

¹⁹⁶ Cf. CASSANI, M. op. cit., p. 112.

¹⁹⁷ Cf. MANICARDI, E. Legge, coscienza e grazia nell'insegnamento paolino. MANICARDI, E.; CAVALCOLI, G.; CASSANI, M.; BENETOLLO, O.; APPI, F.; BARZAGHI, G. op. cit., p. 46; MOSER, A.; LEERS, B. *Teologia Moral: Impasses e Alternativas*. Coleção Teologia e Libertação. 3. e., Petrópolis: Vozes, 1996, p. 186 e 192.

os pobres como um grupo humano ministerial, não como uma classe social em luta, nem como uma Igreja paralela.¹⁹⁸

4.5.6.

A relação entre fé, moral e secularização

A Pós-modernidade pôs em crise não somente a fé, coisa que já havia feito a Modernidade, mas também a razão. Desta maneira, os princípios morais ficam na arbitrariedade de cada um. E assim, as preferências e/ou os sentimentos se convertem em referentes éticos, quebrando o universalismo da ética. Com isso, o mais forte se impõe, o vulnerável sofre, o liberalismo econômico selvagem impera. No contexto contemporâneo, a fé se torna cada vez mais fluida, intimista, finalizada pelo eu, como atesta a atração pelas técnicas de meditação espiritual vindas do Oriente, pelas culturas para-religiosas e esotéricas da Nova Era. Sincretismo mais ou menos narcisista de um lado, extremista e dogmático de outro.¹⁹⁹

Há uma perda de sentido da síntese e do mistério e, além disso, também uma perda do sentido de pecado. Neste mundo secularizado, a fé não tem mais uma sustentação sólida, como no passado onde havia um consenso social em relação à vivência dos valores cristãos. Hoje, a fé é minada pela indiferença, pela mentalidade científica, por uma cultura que muitas vezes rejeita a dimensão religiosa. Por isso, mais do que nunca, hoje a fé precisa ser cuidadosamente cultivada, sempre novamente redescoberta.²⁰⁰

A vida cristã constitui um todo unitário. O que dá corpo a esta unidade é a dimensão religiosa. Religião é o diálogo com Deus, como uma resposta a Ele. Na revelação cristã, Jesus Cristo é a expressão concreta de Deus Pai, no seu amor para

¹⁹⁸ Cf. VIDAL, M. La solidaridad: nueva frontera de la teología moral. *Studia moralia*. Roma, vol. I, n. 23, p. 124; AGOSTINI, N. *Nova evangelização e opção comunitária: conscientização e movimentos populares*. Petrópolis: Vozes, 1990, p. 21-40; Id. *Ética cristã e desafios atuais*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 108; Id.,

¹⁹⁹ Cf. CARRERA, J. C. *Em busca del Reino – una moral para o Novo Milênio*. Barcelona: Cristianisme i Justícia, 2000, p. 29; LIPOVETSKY, G. *A era do vazio – ensaios sobre o individualismo contemporâneo*. Barueri: Manole, 2005, p. 195.

²⁰⁰ Cf. HÄRING, B. *Ética cristã em um'epoca di secolarizzazione*. Roma: Paoline, 1974, p. 24; GATTI, G. Confessione ed educazione morale. *Corso sul Foro Interno*. Tribunale della Penitenzieria Apostolica. Roma, 2005, p. 8.

com a humanidade. O diálogo entre Deus e as pessoas acontece por meio de Jesus, porque ele é a mensagem do amor eterno de Deus, e em virtude de sua humanidade, a resposta a este amor. A pessoa humana é capaz de dialogar com Deus porque criada à Sua imagem e semelhança é aberta à comunicação de Deus e, ao mesmo tempo, tem a capacidade de responder, por meio dos dons do Espírito Santo. Mas, quando se esquece de Deus, quando se cancela em si a necessidade e o sentido de Deus, então a cidade terrestre se torna um gigantesco bezerro de ouro: uma nova e terrível divindade que impõe à pessoa humana o sacrifício da própria dignidade. Frente à falta de consciência do pecado, um moralismo superficial é absolutamente insuficiente. Por isso, é preciso lançar com mais profundidade e clareza os valores cristãos.²⁰¹

Bernhard Häring enfatiza uma ética do seguimento, na qual o seguidor de Cristo não se dá a si mesmo a norma de seu agir (autonomia pura), já que esta norma brilha na pessoa do Mestre a quem segue. Por outro lado, em relação a Deus e a Cristo, não há nenhum tipo de heteronomia. Esta é a falsa interpretação dada pelo deísmo. Para a compreensão correta dialógica da experiência religiosa, Deus não é um *heteros* (estranho) senão Aquele que está no mais íntimo da pessoa. Superando as limitações da heteronomia e da autonomia, a ética do seguimento se concretiza positivamente na “obediência amorosa” e no “amor obediente”.²⁰²

Porém, para Häring, este seguimento não deve ser entendido simplesmente como princípio moral, como uma idéia. Porque se trata de uma experiência de fé. A ética cristã é uma ética mística, que se concretiza por meio da fé. É uma ética de resposta, de responsabilidade e testemunho, não de leis com suas aplicações. Pois, o Evangelho não é um “código” de prescrições concretas para todas as situações da vida humana, mas acontecimento de salvação que investe a pessoa humana para a sua responsabilidade.²⁰³

²⁰¹ Cf. HÄRING, B. *Etica cristiana in un'epoca di secolarizzazione*. Roma: Paoline, 1974. p. 25; Id. *Problemi attuali di teologia morale e pastorale*. Vol. I, Roma: Paoline, 1965, p. 413; VIDAL, M. Bernhard Häring y la renovación de la moral fundamental. *Estudios eclesiológicos*, vol. 74, jul-sep. 1999, p. 465; VALLATE, M. “The inner voice”: a study of conscience in Bernhard Häring and Mahatma Gandhi. *Dissertatio ad doctoratum*. Roma: Academia Alfonsiana, 2000, p. 56.

²⁰² Cf. VIDAL, M. op. cit., p. 467.

²⁰³ Idem., ; MOLINARO, A. *Libertà e coscienza: saggi etica filosofica e teologica*. Roma: PUL/Città Nuova, 1977, p. 169-170.

A fé é o elemento primeiro e principal que dá frutos no amor e na justiça. Por isso, a moral não pode colocar-se à margem da dogmática. Ela nasce e recebe o seu vigor da fé. Portanto, a espiritualidade não é alheia ao projeto moral da vida cristã. Para a meta da realização humana como filhos e filhas de Deus convergem espiritualidade e moral num empenho comum. A moral como reflexão e práxis, se vincula ao mistério salvífico amoroso de Deus em Cristo, e deixa de ser uma realidade de caráter jurídico.²⁰⁴

A fé é uma relação dialógica, responsorial, entre Deus e o ser humano. A moral cristã se baseia na fé, pela qual o ser humano é justificado. Mediante a nossa aceitação da verdade salvífica e a nossa total resposta no abandono a Deus, a fé traz frutos na justiça e no amor. Por isso, a religião deve tornar-se a experiência vital da presença de Deus pelas pessoas de hoje, uma mensagem comunicada e referida a estas pessoas, na linguagem segundo esquemas de comportamento atuais.²⁰⁵

4.5.7.

Conclusão

Frente a toda essa situação, é preciso que busquemos mudanças em prol de uma relação mais harmônica e menos predatória e poluidora com o planeta. Em especial, estas mudanças começam por meio de dois movimentos distintos: um em direção a nosso íntimo, com a adoção de novos hábitos, comportamentos, atitudes e valores; e outro visando à sociedade em torno de nós, a partir da busca da união com outros cidadãos, para influir em políticas públicas e empresariais que ressaltem a importância do planeta, a qualidade de vida e a justiça social.²⁰⁶

Hoje, em nossa cultura, há uma ideologia na qual a natureza é concebida como ilimitada provedora de recursos, sempre a serviço dos seres humanos, sem direito próprio. Esta dominação se estende também sobre as pessoas ou grupos

²⁰⁴ Cf. BERETTA, P. Sintesi e sviluppo della teologia di Bernhard Häring. In: V.V.A.A. *Chiamati alla libertà: sagi di teologia morale in onore di Bernhard Häring*. Roma: Paoline, 1980, p. 383; QUEREJAZU, J. *La moral social y el Concilio Vaticano II*. Votoria: ESET, 1993, p. 57.

²⁰⁵ Cf. HÄRING, B. La morale è per la persona, p. 22 e 319-322; HÄRING, B. *I religiosi del futuro*. Roma: Paoline, 1972, p. 120-121.

²⁰⁶ Cf. BERNA, V. S. D. *Pensamento ecológico: reflexões, críticas sobre meio ambiente, desenvolvimento sustentável e responsabilidade social*. São Paulo: Paulinas, 2005, p. 26.

mais enfraquecidos. Faz-se necessário uma ética onde se reconheça os valores intrínsecos de todos os seres, vivos e não vivos. Pois, para nós cristãos, existe um compromisso que nasce da dinâmica da fé, com a conseqüente valorização das realidades terrestres.²⁰⁷

Nós não somos donos da natureza, somos parte dela e, portanto, co-responsáveis pela manutenção do equilíbrio ecológico. Vivemos melhor quando renunciamos ao “estar sobre” para o “estar juntos” com os outros, quando impomos limites aos nossos próprios desejos em nome do equilíbrio e harmonia. Só assim descobrimos que não somos apenas um ser de desejos egoístas, mas também um ser de solidariedade e comunhão. Poderemos conservar a natureza somente se agirmos impulsionados por um amor alimentado pelo reconhecimento de seu valor autônomo, que não seja o “valor de mercado”. Para isso, é preciso uma revolução cultural da consciência.²⁰⁸

O agravamento da pobreza, da degradação do ambiente e do desemprego estrutural, demanda um novo pacto ético da humanidade, sem o qual o futuro pode ser ameaçador para todos. A preocupação ecológica não traz apenas novos problemas que exigem solução. Introduz um novo paradigma civilizacional e, por conseguinte, uma nova ética. A sensibilidade cuidadosa pela vida precisa impregnar a personalidade moral das pessoas e manifestar-se como atitude pessoal, constituindo-se como cultura ética da sociedade e tendo assim força para fazer frente à atual crise ecológica e social.²⁰⁹

O que distingue a nós humanos dos outros seres do ecossistema é que somos os únicos agentes morais e, por causa dessa diferença, somos responsáveis e temos o papel de administradores e custódios do planeta: não como donos e proprietários, mas a serviço dos outros seres. Por isso, precisamos construir um novo *ethos*, uma nova identidade que nos permita resgatar o senso de cordialidade e de respeito. Tal

²⁰⁷ Cf. ARAUJO, J. W. C. *Exigências éticas de uma co-responsabilidade com a criação – uma proposta de ética ecológica*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2001, p. 74-77; GUARDINI, R. *La coscienza*. 3. e. Brescia: Morcelliana, 2001, p. 33; MOSER, A.; LEERS, B. *Teologia Moral: Impasses e Alternativas*. Coleção Teologia e Libertação. 3. e., Petrópolis: Vozes, 1996, p. 58; GUDYNAS, E.; EVIA, G. *Ecología social, manual de metodologías para educadores populares*. Madrid: Editorial Popular, 1993.

²⁰⁸ Cf. ARAUJO, J. W. C. op. cit., p. 97; TORRE, M. A. *Ecología y mora – la irrupción de la instancia ecológica en la ética de Occidente*. Bilbao: Desclée de Brower, 1993, p. 86; SUNG, J. M.; SILVA, J. C. *Conversando sobre ética e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 92.

²⁰⁹ Cf. ARAUJO, J. W. C. op. cit., p. 98; JUNGES, J. R. *Ética ecológica: antropocentrismo ou biocentrismo? Perspectiva Teológica*, B. Horizonte, n. 89, jan. / abr. – 2001, p. 33 – 34 e 64 – 65.

ética somente poderá surgir a partir da superação da visão de mundo que tenta reduzir todos os seres à condição de objetos cujo valor reside no lucro que podem produzir. Isso implica uma mudança de mentalidade em nossa maneira de compreender a nossa identidade enquanto humanos e o nosso lugar no Cosmos.²¹⁰

²¹⁰ Cf. ARAUJO, J. W. C. *Exigências éticas de uma co-responsabilidade com a criação – uma proposta de ética ecológica*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2001, p. 86, 99-101 e 104; REGIDOR, J. R. Ressarcir os povos e a natureza – em busca de uma reconversão sócio-ecológica da sociedade. *Revista Eclesiástica do Brasil*, Petrópolis, vol. 52, fasc. 205, 1992, p. 41; UNGER, N. M. *O encantamento do humano: ecologia e espiritualidade*. São Paulo: Loyola, 1991, p. 71.

4.6.

A configuração trinitária da consciência moral

4.6.1.

Introdução

No sentido cristão, crer é se co-envolver em toda a sua pessoa numa comunhão de vida com o Pai, o Filho e o Espírito Santo. O ato de fé, portanto, brota na acolhida a Deus que se revelando, se doa, e doando-se liberta e salva. É o encontro de duas totalidades: de Deus que se revela como o Pai de Jesus Cristo e doador do Espírito, e da pessoa humana que se firma na obediência (*ob-audiere*). É em Cristo que nos conhecemos e nos percebemos co-envolvidos na economia da salvação. Em Cristo, alcançamos um sentido para a nossa vida. E para atualizar no tempo a identidade percebida e conhecida, o Espírito nos torna possível a realização da missão de Cristo. Por isso, a relação da pessoa humana com Deus, por Cristo e no Espírito se configura como comunhão. Todo este dinamismo de conformação se realiza através da nossa consciência. Na dignidade de pessoas humanas somos a imagem mais profunda da Trindade divina.²¹¹

Diante de nossa participação na morte e ressurreição de Cristo, compreendemos que não estamos mais sob o regime “da lei, mas sob a graça” (Cf. Rm 6,14). Graça (*charis*) quer dizer, sobretudo, amor atraente de Deus Pai. Ele que nos deu o seu Verbo que é doador da vida e que nos concede o Espírito também doador da vida, volta para nós a sua face e abençoa-nos. É desta forma que ele nos faz participantes da aliança e grava a sua vontade amorosa em nossos corações. E assim como as Três Pessoas em Deus são constituídas pessoas exclusivamente por suas relações mútuas, somos criados à imagem de Deus, como “pessoas”, por

²¹¹ Cf. HARING, B. *Liberi e fedeli in Cristo*, Vol. I, 2. ed., Roma: Paoline, 1980, p. 282; MALI, M. *La portata teologico-pastorale in “Liberi e fedeli in Cristo” de Bernhard Häring: una ricerca storico-critica alla luce della sua partecipazione nella stesura della “Gaudium et spes”*. Dissertatio ad doctoratum. Roma: Academia Alfonsiana, 2003, p. 17; MEDUSA, L. Il contributo di A. Gardeil per lo sviluppo della riflessione teologica sulla coscienza morale cristiana. In: NALEPA, M.; KENNEDY, T. (a cura di). *La coscienza morale oggi: omaggio al prof. Domenico Capone*. Roma: Academiae Alfonsianae, 1987, p. 245, 254 e 256-257.

nossas relações com os outros. Quanto mais intensificamos as relações tanto mais fortalecemos a nossa “personalidade”, realizando-nos enquanto humanos.²¹²

Todas as pessoas são criadas em vista do Verbo encarnado, que nos manifesta a plenitude do amor do Pai santo e misericordioso. Portanto, a moral cristã é uma resposta ao chamado de Deus. É a moral do seguimento de Cristo, que nos chama a sair de nós mesmos, como condição indispensável para crescer no amor. A preocupação da moral é o empenho humano que deve configurar-se acima de tudo como “vida de oração”, como busca constante da união com o Pai, permanecendo em Cristo, por meio do Espírito, para que, conduzidos pelo mesmo Espírito, sejamos de fato filhos de Deus (cf. Rom 8,14).²¹³

No encontro com a palavra de Deus, a pessoa humana se faz dom de uma salvação, como uma resposta ao amor do Deus trinitário. Na escuta da Palavra, somos voltados para Deus. Somente na dedicação a Deus, no abandono gratuito nas mãos de Deus é que encontramos a nossa própria plenitude. Deus não nega a sua aproximação, nem mesmo nas mais profundas contradições do coração humano. Com a vida, morte e ressurreição de Jesus, ele se introduz em meio a estas situações paradoxais. A recusa e o ódio ao homem Jesus não contrapõe outro que não a solidariedade amante. Na morte de cruz, Deus mesmo suporta em Cristo, as experiências limites da nossa existência. E aqueles que reconhecem com fé que Jesus é o Ungido (o Cristo) são também eles “ungidos” pelo Espírito.²¹⁴

O modo de ser de Deus é essencialmente o amor. Este modo constitui ontologicamente o ser humano, feito “à imagem” de Deus (cf. Gn 1,26-27), criado para participar e comunicar a vida trinitária e pessoal de Deus. Mas, ser imagem de Deus é um compromisso, num dinâmico realizar-se. Enquanto pessoas humanas possuímos o privilégio de sermos uma imagem da Trindade. Esta dinâmica de

²¹² Cf. HARING, B. *Liberi e fedeli in Cristo*, Vol. I, 2. ed., Roma: Paoline, 1980, p. 300-301; KLOPPENBURG, B. *O cristão secularizado – o humanismo do Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1970, p. 172.

²¹³ Cf. HÄRING, B. La legge naturale nella luce della legge di Cristo iscritta nei cuori. In: NALEPA, M.; KENNEDY, T. (a cura di) *La coscienza morale oggi*. Roma: Edit. Academiae Alphonsianae, 1987, p. 285; PETRÀ, B. *La coscienza “nello Spirito”: per una comprensione cristiana della coscienza morale*. Milano: O. R. Edizioni, 1993, p. 72-73; ROCCA, G. *Coscienza, libertà e morale: risposte ai giovani e agli educatori*. 4. e. Roma: Città Nuova, 2000, p. 119.

²¹⁴ Cf. RÖMELT, J. *La coscienza: un conflitto delle interpretazioni*. Roma: Academiae Alphonsianae, 2001. p. 25-26 e 123; NALEPA, M. La configurazione trinitaria della coscienza morale cristiana. In: NALEPA, M.; KENNEDY, T. (a cura di), op. cit., p. 413.

fazer-se imagem se dá por meio das relações com a criação, com o outro, com Deus e consigo mesmo, na historicidade humana.²¹⁵

A ética cristã é ética de um discípulo que segue o modelo do seu mestre. Não se dá ética cristã senão em referência à ação de Deus, à pessoa de Jesus Cristo, aos seus apelos, ao seu modelo e ao seu Espírito. Trata-se de unir-se à pessoa concreta de Cristo e de separar-se do pecado e não, do mundo e da sua história na qual Deus entrou e participa. Dessa forma, a bondade moral deriva do fato que a pessoa humana explicita dinâmica e progressivamente, através dos seus atos, a sua semelhança com Deus, tendendo a Ele. Bondade moral é atitude global da pessoa que se orienta ao bem moral e à verdade nas ações concretas. É, portanto, intencionalidade.²¹⁶

O chamado de Deus que ressoa em nosso coração é ao mesmo tempo experiência religiosa e experiência de consciência, sempre marcada pela totalidade do humano. A pessoa toda é chamada por Deus, para Deus e para o bem. Portanto, só podemos estar em paz se respondermos com todo o nosso coração a este chamado. Sendo assim, quanto mais descobrimos a riqueza da graça e misericórdia de Deus em nossa vida, tanto mais lutamos e enfrentamos a nossa missão de realizar a justiça e a paz de Deus neste mundo.²¹⁷

O que Jesus de Nazaré fez e falou fornece um amplo leque de atitudes e posicionamentos no compromisso com Deus. Pelo batismo, estamos inseridos neste mistério. Jesus está dentro de nós e opera na intimidade de cada um, de todas as comunidades cristãs, como voz e luz no sacrário de nossas consciências. Trata-

²¹⁵ Cf. NALEPA, M. La configurazione trinitaria della coscienza morale cristiana. In: NALEPA, M.; KENNEDY, T. (a cura di), op. cit., p. 412; APPI, F. Competenza storica e coscienza. In: MANICARDI, E.; CAVALCOLI, G.; CASSANI, M.; BENETOLLO, O.; APPI, F.; BARZAGHI, G. *La coscienza morale e l'evangelizzazione oggi: tra valori boietivi e tecniche di persuasione*. Collana "Clastrum" 11. Bologna: Studio Domenicano, 1992, p. 139; SVANERA, O. La formazione della coscienza nella Chiesa. *Credere oggi*, ano XXII, n. 2, vol. 128, 2002, p. 100; YANNARA, C. *La libertà dell'ethos: alle radici della crisi morale in occidente*. Bologna: Dehoniane, 1984, p. 11-12.

²¹⁶ Cf. CONGAR, Y. Sull'originalità dell'etica cristiana. In: V.V.A.A. *Chiamati alla libertà: saggi di teologia morale in onore di Bernhard Häring*. Roma: Paoline, 1980, p. 32; Cf. PETRÀ, B. Cristo Salvatore della verità personale dell'uomo nella riflessione ortodossa contemporanea. In: NALEPA, M.; KENNEDY, T. (a cura di). *La coscienza morale oggi: omaggio al prof. Domenico Capone*. Roma: Academiae Alphonsianae, 1987, p. 376; APPI, F. Competenza storica e coscienza. In: MANICARDI, E.; CAVALCOLI, G.; CASSANI, M.; BENETOLLO, O.; APPI, F.; BARZAGHI, G. *La coscienza morale e l'evangelizzazione oggi: tra valori boietivi e tecniche di persuasione*. Collana "Clastrum" 11. Bologna: Studio Domenicano, 1992, p. 139.

²¹⁷ Cf. MOSER, A.; LEERS, B. *Teologia Moral: Impasses e Alternativas*. Coleção Teologia e Libertação. 3. e., Petrópolis: Vozes, 1996, p. 180.

se de uma Aliança de amor no qual Deus nos convida a participar como parceiros na construção de uma história que é, ao mesmo tempo, divina e humana.²¹⁸

Portanto, como seguidores de Jesus somos chamados a reproduzir, com a ajuda da graça, o modo de amar de Deus. Concretizar esse modo de amar é a maneira de tornar presente a proposta do Reino. Assim, o valor moral fundamental genérico para o seguidor de Jesus está em realizar o Reino de Deus, a justiça e a fraternidade, tornando-se ele, ao mesmo tempo, parte deste Reino. O espírito de Deus age em nós, suscitando em nossas consciências a busca do bem e a participação na gigantesca luta pela justiça e pela libertação do pecado, que atravessa toda a história humana. Uma história em que todas as pessoas, cristãs ou não, são chamadas a ser solidárias: tanto no sofrimento que a injustiça traz, quanto no empenho pela libertação.²¹⁹

4.6.2.

Deus Pai

A consciência cristã está de frente ao Deus vivo, ao Deus que continua a operar no mundo, na Igreja e no nosso coração. Portanto, a consciência cristã é sempre a pessoa viva, a pessoa que ama, a confrontar-se com Deus, o nosso Tu. O Deus que nos chama na originalidade irrepetível de cada um, a experimentar da sua plenitude e do seu amor, por meio do Mistério Pascal.²²⁰

No encontro com a liberdade de Deus nos traz uma gratificação, um sentido de plenitude. Trata-se de um chamado, um encontro interpessoal que exige de nós uma resposta. No encontro com o tu de Deus que nos chama em meio à história, que é também história da salvação, o mundo se torna a criação confiada por Deus,

²¹⁸ Cf. *Gaudium et spes*, n. 16. In: CONCILIO ECUMÊNICO VATICANO II. *Compêndio do Vaticano II: Constituições, Decretos e Declarações* (Organizado por VIER, F.; KLOPPENBURG, B.). 25. e. Petrópolis: Vozes, 1996; MOSER, A.; LEERS, B. *Teologia Moral: Impasses e Alternativas*. Coleção Teologia e Libertação. 3. e., Petrópolis: Vozes, 1996, p. 62 e 186-187.

²¹⁹ Cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Ética: pessoa e sociedade*. Documentos da CNBB, n. 50, São Paulo: Paulinas, n.119; SOBRINO, J. *Cristologia a partir da América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1983, p. 142; JUNGES, J. R. *Evento Cristo e ação humana – temas fundamentais de ética teológica*. São Leopoldo: Unisinos, 2001, p. 96-97.

²²⁰ Cf. HÄRING, B. *I religiosi del futuro*. Roma: Paoline, 1972, p. 121; CAPONE, D. Antropologia, coscienza e personalità. *Studia Moralia*. 1966, n. IV, Roma: Academia Alfonsiana, p. 108; CURRAN, C. E. *Catholic moral theology in dialogue*. London: Univ. of Notre Dame Press, 1976, p. 31.

a nós pessoas humanas. E a nossa regra suprema deve ser como a de Maria: “faça-se em mim segundo a tua palavra” (Cf. Lc 1,38). Por outro lado, dizer sim, mas não ser conseqüente nas ações, não é cumprir a vontade do Pai (Cf. Mt 21, 28-32).²²¹

Esta é a verdadeira santidade do cristão: pôr-se a caminho com os outros, incentivar o desejo de nos tornarmos misericordiosos como o Pai que “está nos céus”. A santidade da Igreja consiste na vontade de viver como povo de Deus em contínua peregrinação. Para isso, a meditação das Escrituras põe o fiel frente aos desígnios de Deus, frente a um Deus o qual toda a intenção é criar e suscitar na pessoa humana como seu parceiro, que deve co-responder na sua liberdade.²²²

A consciência cristã como existência de fé, vive e reflete em si mesma a tensão geral da história da salvação, que se desenrola na dinâmica do “já” e “ainda não”. Portanto, a consciência cristã é a consciência que toma as suas decisões em conformidade com o Evangelho no conhecimento da história da salvação e com a responsabilidade de quem é chamado a colaborar na sua concretização. Mas, o ser humano solitário e inseguro da sociedade pós-moderna, muitas vezes, rompe a sua relação com Deus e torna-se privado de um encorajamento transcendente. Este enfraquecimento da concepção de Deus traz diretamente o enfraquecimento da concepção de pessoa humana. O primeiro efeito é que ela se torna reduzida de uma criatura de Deus a um simples exemplar da condição humana.²²³

Enquanto criatura, a pessoa humana, com toda a complexidade de sua natureza, como todas as criaturas, é expressão da vontade de Deus e, portanto expressão de sua Palavra criadora. A pessoa humana é criada à imagem de Deus, e enquanto imagem de Deus é capaz de saber ler esta vontade criadora em sua

²²¹ Cf. SANNA, I. L'antropologia della postmodernità e la coscienza cristiana. *Studia moralia*, 2002, p. 334; AZPITARTE, E. L. *Fundamentação da ética cristã*. São Paulo: Paulus, 1995, p. 309; RÖMELT, J. *La coscienza: un conflitto delle interpretazioni*. Roma: Academiae Alphonsianae, 2001. p. 24 e 122; BALTHASAR, H. U. Nove tesi sull'etica cristiana. *Prospettive di morale cristiana: sul problema del contenuto e del fondamento dell'ethos cristiano*. (Contributi di Teologia 3). Roma, 1986, p. 68; REY-MERMET, T. *A moral de Santo Afonso*. Aparecida: Santuário, 1991, p. 56.

²²² Cf. VALADIER, P. *Elogio della coscienza*. Torino: Società Editrice Internazionale. 1995. p. 240; SALVODI, Valentino (Org.). *Häring. Uma autobiografia à maneira de entrevista*. S. Paulo: Paulinas, 1998, 228 p. 45.

²²³ Cf. MOLINARO, A. Riflessioni teologiche sulle coscienza. *Rivista di teologia morale*, ano 3, fasc. 10, 1971, p. 188; Gaudium et spes n. 24,3; SANNA, I. L'antropologia della postmodernità e la coscienza cristiana. *Studia moralia*, 2002, p. 325.

natureza e na criação. Quando a pessoa vivencia a si mesma como imagem de Deus, então a consciência adquire toda a sua dignidade.²²⁴

4.6.2.1.

Deus Pai e o Reino de Deus

A ética do cristão identifica-se com uma pessoa. Assim, o agir de Jesus é o próprio conteúdo da sua ética e diretriz para o cristão. Para atualizar a proposta ética no seguimento de Cristo, exige-se discernir a maneira de efetivar a justiça do Reino, no mundo de hoje, e o modo de tornar os seus valores eficazes e relevantes para os homens e as mulheres dos nossos dias. A atitude cristã é necessariamente empenho perseverante pela transformação da sociedade rumo à realização dos autênticos valores humanos e invocação constante – como na oração de Jesus – da vinda do Reino.²²⁵

Portanto, a realização do reino de Deus constitui o princípio e a meta da opção do cristão. O anúncio da proximidade do Reino, ponto central do *kerigma* de Jesus, proporciona a moldura totalizante e a orientação decisiva do comportamento moral: “O tempo está realizado e o Reino de Deus está próximo. Converti-vos e crede no Evangelho” (Cf. Mc 1,15). Se o reino de Deus é a meta da opção cristã, o seguimento de Jesus é seu caminho. O seguimento é categoria bíblica de grande densidade teológica. Expressa a nova forma de vida de quem se decide a aceitar o chamado e transformar-se em discípulo.²²⁶

O Reino é de Deus. A expressão inclui um genitivo possessivo. O Reino pertence a Deus, ou melhor, é de sua iniciativa absoluta. A intervenção salvífica é uma decisão absoluta de Deus. O Reino é a manifestação histórica da plena soberania e misericórdia divinas. Face a essa oferta gratuita e absoluta da parte de Deus, o ser humano só pode deixar-se presentear. A única atitude correspondente face a um dom gratuito é a acolhida agradecida. Porém, o Reino de Deus não

²²⁴ Cf. VIDAL, M. *Moral de actitudes*. Vol. I: moral fundamental, 4ª. ed., 1977, Madrid: PS Edit., p. 300.

²²⁵ Cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (1999-2002)*. 2. e., São Paulo: Paulinas, 1999, n. 120; JUNGES, J. R. *Evento Cristo e ação humana: temas fundamentais da ética teológica*. São Leopoldo: UNISINOS, 2001, p. 104 e 119.

²²⁶ Cf. VIDAL, M. *Moral de opção fundamental e atitudes*. São Paulo: Paulus, 1999, p. 146.

suprime a necessidade de agir, e a ação em favor do Reino não nega a sua gratuidade. É um dom que deve ser acolhido construtivamente. Quem acolhe em sua vida o amor gratuito de Deus, manifestado em gestos por Jesus, dispõe-se a tornar presente esse amor através de ações concretas. Em outras palavras, quer que a mensagem do Reino seja eficaz: aconteça na história humana e torne-se boa nova para os homens e mulheres do nosso tempo. Por certo, este mundo é o lugar onde se luta pela concretização do Reino. Porém, o Reino de Deus, pelo fato de não ser deste mundo, exige que o reino dos homens no mundo não se transforme nunca numa ideologia ilusória.²²⁷

O convite para entrar no Reino proveniente do Mensageiro de Deus solicita a livre resposta de quem é convidado para as bodas. A resposta não é condicionada por pertencer a um povo, uma etnia, um sexo ou a uma classe social. Não é nem mesmo condicionada pelo comportamento virtuoso ou ética e religiosamente conforme, visto que os mais reticentes a responder são mesmo os mais “impecáveis” (escribas e fariseus), enquanto os mais disponíveis a dizer sim são, ao contrário, os pecadores e pagãos. A resposta depende acima de tudo da livre disposição de quem se sente interpelado pela Palavra. Depende das suas atitudes e do seu desejo de fazer-se discípulo. Em suma, de por os seus passos sobre as pegadas daquele que o guia para as estradas do Deus próximo e do encontro para com o outro. Ou seja, de acolher a Boa Nova da vida proposta por Deus.²²⁸

A moral cristã parte do princípio do Reino de Deus. Um reino que propõe toda uma constelação de valores. Portanto, tudo aquilo que a pessoa humana faz não é indiferente porque pode estar a favor ou contra o Reino. Uma proposta ética cristã para o século XXI deve ser ao mesmo tempo, defensora da autonomia da subjetividade humana e da objetividade dos valores evangélicos. Deve se constituir com a participação de todos, enfrentando com coragem as novas questões surgidas. Além disso, a Igreja não pode se limitar a dar uma orientação ética. Sua palavra deve ser evangélica, portadora de uma Boa Nova que não se reduz a uma pauta de avaliação moral, mas deve estimular e acompanhar a humanidade que se encontra a

²²⁷ Cf. MOLTSMANN, J. *Teologia política, ética política*. Salamanca: Sígueme, 1987, p. 109; MOLINARO, A. *Libertà e coscienza: saggi etica filosofica e teologica*. Roma: PUL/Città Nuova, 1977, p. 163; JUNGES, J. R. *Evento Cristo e ação humana...*, p. 98-99.

²²⁸ Cf. VALADIER, P. *Elogio della coscienza*. Torino: Società Editrice Internazionale. 1995. p. 224-225.

caminho, na busca da plenitude. Trata-se de buscar fazer presente, vitalmente, como desejável humano não qualquer utopia, mas a utopia que Deus tem para a humanização de nós, pessoas, e de seu mundo, tal como se percebe na fé e no seguimento de Jesus, vivido na comunidade eclesial.²²⁹

4.6. 3.

Jesus Cristo

Para a vida moral, não se trata somente de pôr-se à escuta de um ensinamento e acolher na obediência um mandamento. Trata-se, mais radicalmente, de aderir à própria pessoa de Jesus. E assim, gradualmente, a consciência torna-se, no fiel que vive a conversão e o seguimento, a voz de Cristo. O cristão é direcionado para uma intersubjetividade radical e constitutiva com Cristo e com o próximo. A liberdade e a responsabilidade tornam-se respostas a Cristo e ao próximo e a consciência assume intrinsecamente o caráter de comunhão, cuja etimologia (*cum-scientia*) enuncia um “saber-com”, em diálogo e em comunidade.²³⁰

Como afirma a *Dignitatis humanae*, n.14:

Pois o discípulo se compromete por um grave dever para com Cristo Mestre a conhecer sempre mais cabalmente a verdade d’Ele recebida, a anunciá-la com fidelidade e a defendê-la com coragem, excluídos os meios contrários ao espírito do Evangelho. Ao mesmo tempo, porém, anima-o a caridade de Cristo a tratar com amor, prudência e paciência os homens que vivem no erro ou na ignorância acerca da fé.²³¹

²²⁹ Cf. CARRERA, J. C. *Em busca del Reino – una moral para o Novo Milênio*. Barcelona: Cristianisme i Justícia, 2000, p. 4; PEINADO, J. V. *Éticas teológicas ontem e hoje*. São Paulo: Paulus, 1996, p. 23.

²³⁰ Cf. JOÃO PAULO II. Encíclica *Veritatis Splendor*, n. 19. Documentos Pontifícios n. 255, Petrópolis: Vozes, 1993; MEDUSA, L. Il contributo di A. Gardeil per lo sviluppo della riflessione teologica sulla coscienza morale cristiana. In: NALEPA, M.; KENNEDY, T. (a cura di). *La coscienza morale oggi: omaggio al prof. Domenico Capone*. Roma: Academiae Alphonsianae, 1987, p. 258; CASSANI, M. La coscienza morale nella riflessione teologica contemporanea. In: MANICARDI, E.; CAVALCOLI, G.; CASSANI, M.; BENETOLLO, O.; APPI, F.; BARZAGHI, G. *La coscienza morale e l’evangelizzazione oggi: tra valori boietivi e tecniche di persuasione*. Collana “Clastrum” 11. Bologna: Studio Domenicano, 1992, p. 110; MOLINARO, A. Riflessioni teologiche sulle coscienza. *Rivista di teologia morale*, ano 3, fasc. 10, 1971, p. 189.

²³¹ Cf. *Dignitatis humanae*, n.14. In: CONCILIO ECUMÊNICO VATICANO II. *Compêndio do Vaticano II: Constituições, Decretos e Declarações* (Organizado por VIER, F.; KLOPPENBURG, B.). 25. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

Convidado a entrar numa vida nova, iniciativa amorosa e gratuita de Deus, o ser humano mergulha num dinamismo divino que abraça o humano. Cristo, pela sua ressurreição, é garantia desta realização plena ao alcance de todo ser humano. Como filho no Filho, cada cristão é chamado a fazer suas as palavras do Senhor Jesus: “o meu alimento é fazer a vontade daquele que me enviou” (Cf. Jo 4,34); “e faço como o Pai me ordenou” (Cf. Jo 14,31). Somente quem faz a vontade do Pai pode, na verdade, dizer-se filho e rezar a oração dos filhos: “seja realizada a tua vontade” (Cf. Mt 6,10).²³²

A eficácia transformante, própria de cada sacramento, se manifesta especialmente no Batismo e na Eucaristia. Na Eucaristia, o fiel se torna realmente partícipe da vida de Cristo, mais “um em Cristo” e experimenta profundamente a familiaridade com Deus, o calor da presença do seu Espírito. Ao mesmo tempo, torna-se “em Cristo” realmente partícipe da vida dos outros, crescendo no conhecimento da unidade que intimamente o une aos irmãos. Isso explica porque a Eucaristia constitui também o critério decisivo de autenticidade da experiência cristã. De fato, quanto mais a pessoa humana nas fibras íntimas do seu ser torna-se Cristo, tanto mais a liturgia torna-se a sua morada, o seu ambiente vital, a expressão perfeita da sua fé. E as palavras e os gestos da Eucaristia tornam-se sempre mais vida celebrada e celebração da vida, na unidade crescente e indissolúvel entre a vida de Cristo, a vida individual e a vida da Igreja.²³³

A salvação de Deus é operada por meio de Jesus que veio para redimir a todos e para mostrar a verdade da fraternidade divina. Cristo não fez outra coisa que revelar o humano ao próprio ser humano, desvelando o sentido mais profundo da nossa existência. Neste sentido, a lei nova, que constitui a estrutura normativa do cristão, é a transformação da pessoa humana em Jesus Cristo pela presença do Espírito. O encontro com Jesus é um encontro com sua prática, que se constitui em

²³² Cf. AGOSTINI, N. *Ética Cristã e desafios atuais*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 68-70; PETRÀ, B. *La coscienza “nello Spirito”: per una comprensione cristiana della coscienza morale*. Milano: O. R. Edizioni, 1993, p. 72.

²³³ Cf. PETRÀ, B. *La coscienza “nello Spirito”: per una comprensione cristiana della coscienza morale*. Milano: O. R. Edizioni, 1993, p. 71.

desafio existencial que estimula, impulsiona e encoraja o cristão para uma ação concreta na história em sintonia com a prática de Jesus.²³⁴

Para sermos livres em Cristo e libertados por Cristo, devemos fazer a escolha fundamental de seguir o Mestre e de ouvir a sua voz. A escolha da liberdade implica, intrínseca e fortemente, a fidelidade à opção fundamental: colocar Cristo no centro da nossa vida. Mas, a fidelidade ao Senhor não é um ato de fé abstrato, passa pelo amor, pela fidelidade às pessoas com as quais partilhamos esta nossa existência. Pois, a “lei de Cristo” (Cf. Gal 6,2; Rm 8,2), ou seja, a lei do Espírito que dá vida em Cristo, é a lei de solidariedade no carregar os fardos uns dos outros. Ela se revela como elemento fundante de uma ética que combina sadiamente a liberdade criadora humana e o seu enraizamento no evento Cristo. Portanto, como cristãos, somos chamados a viver uma vida de resposta à vida do Cristo Jesus Senhor (cf. 2 Cor 4,5).²³⁵

O que está no centro da Sagrada Escritura é o próprio Cristo, Filho Unigênito do Pai, que se fez homem para ser um de nós! Nele temos a vida. É o seu Espírito que nos dá alegria, tornando-nos livres. A nossa relação com Cristo não é algo exterior, baseada na simples imitação. Aquilo que transforma a nossa vida é o fato de que Jesus nos dá o seu Espírito, porque quer continuar a sua vida conosco, ou melhor, em nós.²³⁶

²³⁴ Cf. MALI, Mateus. *La portata teologico-pastorale in “Liberi e fedeli in Cristo” de Bernhard Häring: una ricerca storico-critica alla luce della sua partecipazione nella stesura della “Gaudium et spes”*. Dissertatio ad Doctoratum. Roma: Academia Alfonsiana, 2003, p. 17; ROCCA, G. *Coscienza, libertà e morale: risposte ai giovani e agli educatori*. 4. ed. Roma: Città Nuova, 2000. p. 171; VIDAL, M. *Moral de opção fundamental e atitudes*. São Paulo: Paulus, 1999, p. 108; JUNGES, J. R. *Evento Cristo e ação humana: temas fundamentais da ética teológica*. São Leopoldo: UNISINOS, 2001, p. 108.

²³⁵ Cf. HÄRING, B. La legge naturale nella luce della legge di Cristo iscritta nei cuori.. In: NALEPA, M.; KENNEDY, T. (a cura di). *La coscienza morale oggi: omaggio al prof. Domenico Capone*. Roma: Academiae Alphonsianae, 1987, p. 281; SALVODI, Valentino (Org.). *Häring: Una autobiografia à maneira de entrevista*. S. Paulo: Paulinas, 1998, 228 p. 44; ALVAREZ-VERDES, L. L'ennomia critica come principio di flessibilità nella prassi morale: approccio ermeneutico a 1 Cor 9, 19-23. In: NALEPA, M.; KENNEDY, T. (a cura di). *La coscienza morale oggi: omaggio al prof. Domenico Capone*. Roma: Academiae Alphonsianae, 1987, p. 105.

²³⁶ Cf. SALVODI, Valentino (Org.). op. cit., p. 42.

4.6.4.

Espírito Santo

Cremos que Cristo é o Redentor e Senhor de todos, e que seu Espírito trabalha em todos, através de todos e para todos. Na totalidade e na abertura de nossa consciência somos um sinal real das inspirações do Espírito que renova nosso coração e, por meio de nós, a terra. Por isso, importa abrir-nos às sugestões do Espírito que nos impulsiona a elaborar novas respostas para os problemas novos do mundo atual. Pois, os pedidos e os apelos do Espírito ressoam também nos acontecimentos da história.²³⁷

Na visão neotestamentária, o princípio da atividade moral cristã é a transformação operada no interior do Espírito. Por isso, a “lei” cristã é a lei do Espírito, que não se deve confundir nem com a lei mosaica nem com uma espécie de indeterminação sujeita à ilusão ou ao subjetivismo. As funções do Espírito com referência à atividade moral podem-se reduzir a três: santificar (fazer o sujeito moral), iluminar (propor o objeto moral) e dar forças para cumprir o que se deve fazer (é a dinâmica da ação do Espírito entendido como “dom do Pai”). A consciência cristã é assinalada pela fé no Espírito Santo e por uma gratidão que abraça tudo, a qual nos mantém ao nível do Espírito e nos liberta da armadilha do egoísmo “encarnado”. A abertura ao Espírito guia a nossa consciência cristã na avaliação de cada situação.²³⁸

Portanto, o cristão é alguém que deveria deixar-se guiar sempre pelo Espírito (Cf. Rm 8,14; Jo 16,13). E nós somos continuamente chamados a confrontar a nossa conduta, com a Palavra de Deus. O Espírito Santo, porém, não nos é dado privadamente, separadamente, mas enquanto membros de um Corpo, a própria Igreja. Ou seja, a reflexão e a resposta, que somos chamados a dar à Palavra de

²³⁷ Cf. HARING, . *Liberi e fedeli in Cristo*, Vol. I, 2. e., Roma: Paoline, 1980, p. 282 e 297; JOAO PAULO II. Exortação Apostólica *Vita consecrata*, n. 73. Documentos Pontifícios n. 269. Petrópolis: Vozes, 1996; JOÃO PAULO II, Encíclica *Familiaris consortio*. n. 4. 3. e., São Paulo: Loyola, 1982; AGOSTINI, N. *Introdução à teologia moral: o grande sim de Deus à vida*. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 83.

²³⁸ Cf. VIDAL, M. *Moral de opção fundamental e atitudes*. São Paulo: Paulus, 1999, p. 29; HARING, . *Liberi e fedeli in Cristo*, Vol. I, 2. e., Roma: Paoline, 1980, p. 249-250.

Deus, não podem ser cumpridas individualmente, mas em união com toda a comunidade eclesial.²³⁹

O dom do Espírito no sujeito renascido pela Páscoa de Cristo, devolve ao itinerário moral do cristão um processo dinâmico, um caminho de conversão gradualmente chamado a integrar na vida as exigências radicais e absolutas da vontade de Deus (Cf. Ef 4,23-24; Col 3,9-15). A consciência é fecundada pelo germe do Espírito. Os sinais do pecado, porém, não estão totalmente cancelados nem mesmo do dom batismal. Por isso, para que o germe amadureça e cresça, deve ser sempre de novo acolhido na fidelidade amorosa da liberdade humana. O Espírito, de fato, não busca escravos mas filhos fiéis e amantes da vontade do Pai, filhos à imagem do Filho.²⁴⁰

Segundo Paulo, somente a presença do Espírito oferece à pessoa humana a possibilidade concreta de viver como a lei requer. Como ele diz em Rm 7,14, a lei é “espiritual”, enquanto a pessoa humana é “carnal”. A lei do Espírito é a lei da liberdade (enquanto liberta de ter de obedecer de maneira servil à lei, seja qual for esta lei), lei interior (enquanto está escrita nos corações e constitui como que uma segunda natureza), lei da graça, lei da caridade, etc. Portanto, a moral cristã resume-se na atualização do seguimento de Jesus.²⁴¹

4.6.5.

Conclusão

A Igreja é seguramente o lugar essencial onde a consciência fundamental do cristão deve amadurecer, formar-se e atingir a sua energia espiritual para dar o seu testemunho que se realiza por meio da responsabilidade, do estilo de vida, do modo

²³⁹ Cf. ROCCA, G. *Coscienza, libertà e morale: risposte ai giovani e agli educatori*. 4. e. Roma: Città Nuova, 2000. p. 28.

²⁴⁰ Cf. PETRÀ, B. *La coscienza “nello Spirito”: per una comprensione cristiana della coscienza morale*. Milano: O. R. Edizioni, 1993, p. 80; SVANERA, O. *La formazione della coscienza nella Chiesa. Credere oggi*, ano XXII, n. 2, vol. 128, 2002, p. 108.

²⁴¹ Cf. MANICARDI, E. *Legge, coscienza e grazia nell'insegnamento paolino*. MANICARDI, E.; CAVALCOLI, G.; CASSANI, M.; BENETOLLO, O.; APPI, F.; BARZAGHI, G. *La coscienza morale e l'evangelizzazione oggi: tra valori boietivi e tecniche di persuasione*. Collana “Clastrum” 11. Bologna: Studio Domenicano, 1992, p. 42; VIDAL, M. *Moral de opção fundamental e atitudes*. São Paulo: Paulus, 1999, p. 29.

de comportar-se e de cumprir os deveres que tem em comum com os outros. Neste compromisso, deve se predominar o amor e o respeito entre as pessoas.²⁴²

Por isso, na consciência de todas as pessoas de boa-vontade ressoa a lei do amor. Ama o próximo como a ti mesmo, ou seja, a regra de ouro: “Tudo aquilo que quereis que os homens vos façam, fazei-o vós a eles; porque isto é a Lei e os Profetas” (cf. Mt 7,12). Paulo afirma o mesmo, com ênfase maior: “Toda a Lei está contida numa só palavra: amarás a teu próximo como a ti mesmo” (cf. Gal 5,14).²⁴³

Os mandamentos são apelos para uma responsável atuação do grande mandamento do amor recíproco, tornando-se possível o permanecer em Cristo. O amor e a graça divina já nos estão garantidos, de antemão, abrindo a possibilidade da conversão como fruto da experiência existencial. Ao mesmo tempo, a bondade divina sempre será fiel em sua solidariedade com a humanidade. Pois, o amor de Deus revelado em Jesus é essencialmente salvífico: é amar o ser humano pra que tenha vida e vida em abundância. E, por ser gratuito e regenerador, o amor de Deus manifesta-se, preferencialmente em relação aos pobres e pequenos. Isso aparece, claramente, no modo como Jesus ama.²⁴⁴

A consciência cristã só é autêntica quando vivida na caridade. Consequentemente, todo o agir do fiel é verdadeiro somente se é efetivamente inspirado pela caridade. Qualquer ação à qual sou chamado a realizar não é nunca somente esta ação considerada em si mesma: é um gesto com o qual exprimo e me construo a mim mesmo, chego às pessoas concretamente, num contexto histórico e social preciso, com conseqüências que vão além dos resultados imediatos da mesma ação.²⁴⁵

²⁴² Cf. AUBERT, J.-M. Coscienza e legge. In: LAURET, B.; REFOULÉ, F. *Iniziazione alla pratica della teologia*. Vol. 4, Brescia: Queriniana, 1986, p. 223.

²⁴³ Cf. HÄRING, B. La legge naturale nella luce della legge di Cristo iscritta nei cuori.. In: NALEPA, M.; KENNEDY, T. (a cura di). *La coscienza morale oggi: omaggio al prof. Domenico Capone*. Roma: Academiae Alphonsianae, 1987, p. 285.

²⁴⁴ Cf. DOLDI, M. *Fondamenti cristologici della teologia morale in alcuni autori italiani*. Dissertatio ad Doctoratum. Roma: Academia Alfonsiana, 1996, p. 40; JUNGES, J. R. *Evento Cristo e ação humana – temas fundamentais de ética teológica*. São Leopoldo: Unisinos, 2001, p. 97.

²⁴⁵ Cf. MAJORANO, S. *La coscienza: per una lettura cristiana*. Milano: San Paolo, 1994, p. 77 e 148.

4.7.

Conclusão do Capítulo IV

Em nosso mundo interdependente, emerge sempre mais clara a consciência da negação, perversão ou destruição do projeto evangélico, através da organização social, econômica e política em escala mundial, geradoras de injustiça e pobreza, de opressão e violência. Somos conscientes de que podemos criar hoje uma sociedade, um mundo mais justo. À medida que, pela omissão ou indiferença, pelo conformismo ou covardia e pela preservação de posições institucionais alcançadas em nossa história, nos rendemos a esta situação ou com ela tacitamente pactuamos, inclusive como Igreja, fazemo-nos co-responsáveis dessa injustiça e pobreza, dessa opressão e violência estrutural nas sociedades e nas culturas. Isto é incompatível com a fé que professamos, em um Deus que é Pai e quer o bem de todos.

O que Jesus de Nazaré fez e falou fornece um amplo leque de atitudes e posicionamentos em que o compromisso com Deus se pode incorporar, tornar-se história humana neste mundo. Todavia, a força exemplar de Jesus e sua atração não formam um simples paradigma a seguir. Pelo batismo, os cristãos mesmos estão inseridos no mistério de Deus, cuja epifania completa no mundo é condicionada pela cooperação daqueles que, em Cristo, descobrem sua própria dignidade e base de ação. Jesus está dentro de nós e opera na intimidade de cada um, de todas as comunidades cristãs, como voz e luz no sacrário das nossas consciências morais.

É importante que a compreensão dos conteúdos e dos alcances da fé cristã revele a dinâmica interna de seus imperativos éticos de verdade e de justiça, de amor e de liberdade, de igualdade e de participação em comunhão. É fundamental que esta inspiração seja vivida em um nível pessoal e profundo de cada um, mas sem um caráter intimista e exclusivista. É igualmente indispensável que o potencial da fé seja descoberto e atuado na busca da transformação do que na sociedade e na cultura são estruturas de violência e opressão, de marginalização e discriminação, de pobreza absoluta e de formas de injustiça radical.

Responsabilizar-se diante do outro pessoal e coletivo é sopesar os efeitos da ação sobre as pessoas e o contexto, tendo como critério os direitos humanos e como referência última a dignidade humana. Dessa forma, o seguidor de Jesus

tenta reproduzir, com a ajuda da graça, o modo de amar de Jesus. E concretizar esse modo de amar é a maneira de tornar presente a proposta do Reino. O valor moral fundamental genérico para o seguidor de Jesus está em realizar o Reino de Deus tornando-se ele, ao mesmo tempo, parte deste. Pois, o Reino é um evento futuro que já está acontecendo e qualificando o presente.

O amor de Deus revelado em Jesus é essencialmente salvífico: é amar o ser humano para que tenha vida e vida em abundância. Por ser gratuito e regenerador, o amor de Deus manifesta-se, preferencialmente em relação aos pobres e pequenos. Isto aparece claramente no modo como Jesus ama. Embora o amor divino seja universal, Deus privilegia os mais abandonados em consequência da própria dinâmica libertadora e regeneradora da sua bondade salvífica. O amor destina-se preferencialmente àqueles diminuídos em sua dignidade e em suas condições de vida. Neste sentido, os pobres são os protagonistas do Reino porque são privilegiados pelo amor de Deus.

Na verdade, a formulação geral da exigência moral não é “fazer o bem e evitar o mal”, mas “fazer o bem e lutar contra o mal para eliminá-lo”. Trata-se de, antes de tudo, dar prioridade efetiva às exigências do ser humano. Estas, não são apenas as necessidades materiais relativas à sobrevivência, mas também as aspirações profundas, voltadas para a realização da dignidade e do destino transcendente das pessoas. Neste sentido, “agir bem” é procurar o bem de todos os seres humanos em todas as suas dimensões.

O que forma todas as disposições morais, o que dá amplitude total à consciência e firmeza à opção fundamental do cristão, é a atitude profunda de fé e sua responsividade. A fé, como relacionamento em profundidade com Cristo, desperta em nós forte anseio por conhecer Cristo e tudo o que ele nos ensinou e espera de nós. Esta fé é caracterizada pela gratidão e pela alegria que dão orientação e força a toda a nossa vida. A fé é uma relação dialógica, sponsorial, entre Deus e o ser humano. A moral cristã se baseia na fé, pela qual o ser humano é justificado. Mediante a nossa aceitação da verdade salvífica e a nossa total resposta no abandono a Deus, a fé traz frutos na justiça e no amor.

A dissociação de fé e vida esvazia ou relativiza as exigências de uma projeção ética da fé. A desvinculação de fé e vida explica a contradição de pessoas, instituições e sociedades que professam de público a fé cristã, mas convivem com

a injustiça e a violência, com a pobreza e a opressão quando não, as promovem. Na consciência, o sujeito fiel avalia a interna coerência entre a sua adesão de fé a Cristo pela vida e pelas condutas individuais. Assim descrita, a consciência exprime, de um lado, a profundidade do coração, lá onde a pessoa humana se doa ou se recusa ao Senhor. E, por outro lado, a capacidade de formular juízos particulares coerentes com a vocação em Cristo.

A virtude da caridade dá finalidade a toda as atividades éticas do cristão, iluminado pela fé. O critério fundamental é de que frente às escolhas éticas particulares, o discernimento cristão deverá sempre tender a optar pela decisão que leva maior amor, maior unidade entre as pessoas e, ao mesmo tempo, respeita melhor a soberana dignidade da pessoa humana. Este maior amor deve ter em vista a felicidade, no sentido de beatitude, superando as dificuldades do dia-a-dia, na busca de uma maior justiça, no compromisso de ser “sal da terra”. Pois, a opção fundamental da consciência não tem sentido senão for um encarnar-se nas decisões pessoais.

O seguimento da prática história de Jesus aponta em todas as latitudes e longitudes para a libertação do pecado, tanto pessoal, quanto social. Para isso, é preciso se lançar na profundidade da religião, e reconhecer de maneira mais clara os valores cristãos. Pois, a ética cristã é uma ética mística, que se concretiza por meio da fé. É uma ética de resposta, não de asceses. Portanto, é uma ética de responsabilidade e testemunho, não de leis e suas aplicações. Isto porque o Evangelho não é um “código” de prescrições concretas para todas as situações da vida humana, mas acontecimento de salvação que investe o fiel para a sua responsabilidade.

No mundo secularizado como o nosso, a fé não tem mais uma sustentação sólida como no passado, onde havia um consenso social em relação à vivência dos valores cristãos. Hoje, a fé é minada pela indiferença, pela mentalidade científica, por uma cultura que muitas vezes rejeita a dimensão religiosa. Mas, para o cristão, iluminado pela fé e animado pelo amor-caridade, a opção fundamental, que deve estar ao fundo de todas as suas decisões éticas, consiste crer de não poder se salvar sem Cristo, tomando este “poder se salvar” no sentido pleno de realizar a sua vocação humana. Por isso, mais do que nunca, hoje a fé precisa ser acuradamente cultivada, sempre novamente redescoberta.